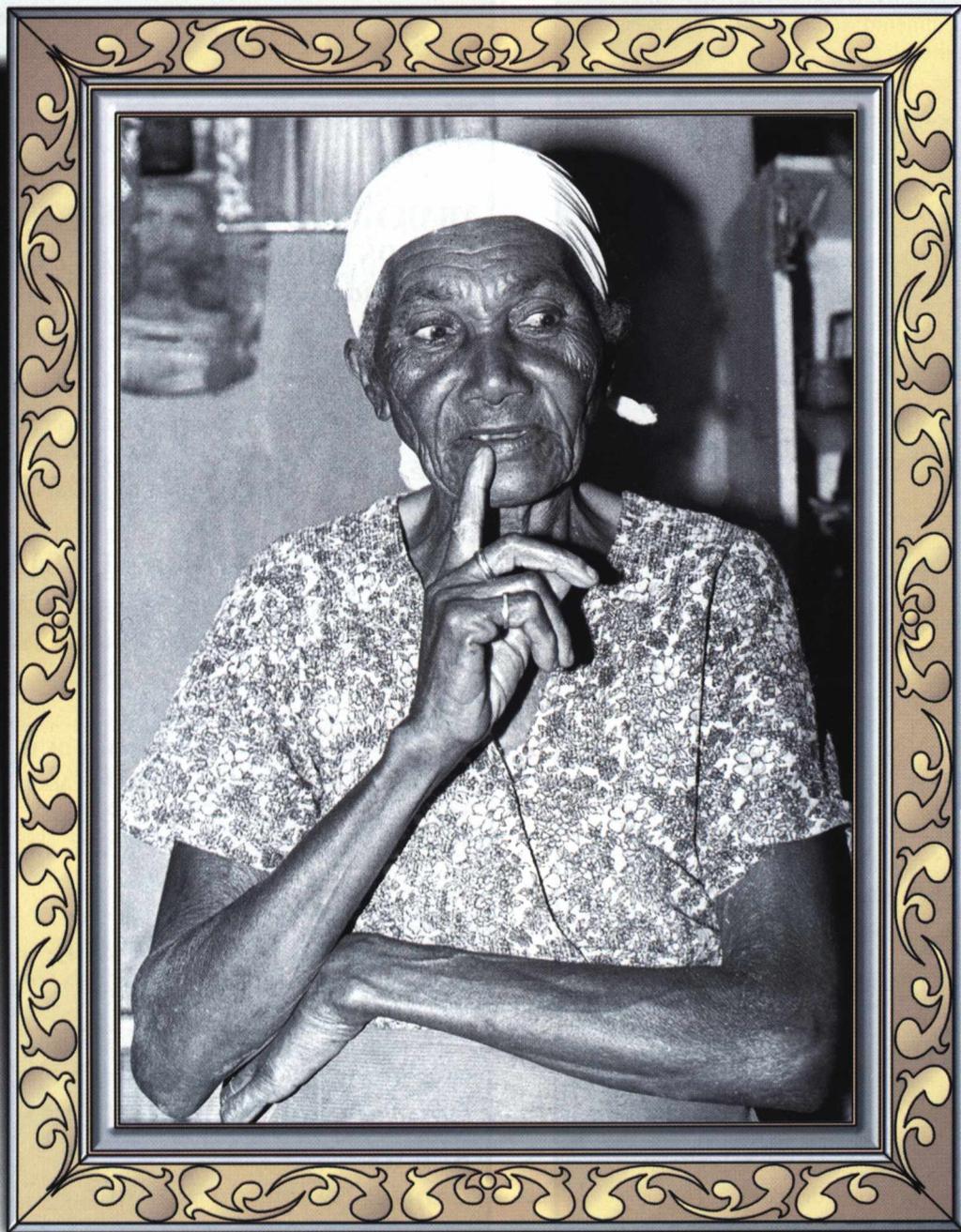


TRAVESSIA

revista do migrante

Publicação do CEM - Ano XI, número 32, Setembro - Dezembro / 98



MEMÓRIA

TRAVESSIA

Revista do Migrante

CEM - Centro de Estudos Migratórios (Federação dos CEMs J.B.Scalabrini)

Publicação quadrimestral, voltada ao estudo e divulgação da realidade do migrante a partir dos diferentes ramos do conhecimento: social, político, econômico, educacional, cultural, etc.

Diretor

Sidney da Silva

Editores

Dirceu Cutti

Sidnei M. Dornelas

Jornalista Responsável

Antonio Garcia Peres (MtB 3081)

Conselho Editorial

Carlos B. Vainer

Dulce Baptista

Francisco Nunes

Heinz Dieter Heidemann

Helion Póvoa Neto

José G. Baccarin

José Guilherme C. Magnani

José J. Gebara

Luiz Bassegio

Marilda A. Menezes

Oswaldo M.S. Truzzi

Teresa Sales

Wanderluce P. Bison

Conselho Consultivo

Alfredo J. Gonçalves

Cláudio Ambrozio

Edgard Malagodi

Ermínia Maricato

Marília P. Sposito

Milton Schwantes

Capa

Arte: 2M Criação e Produção Gráfica Ltda

Foto: Arquivo CEM

Editoração Eletrônica

Dirceu Cutti

Impressão

Gráfica e Editora Peres Ltda - Fone:(011)7209.1387

Endereço para Correspondência

Rua Vasco Pereira, 55 - Liberdade

01514-030 São Paulo/SP - Brasil

Fone: (011)278.6227 - Fax: (011)278.2284

E-Mail: cemsp@cidadanet.org.br

<http://www.scalabrini.org>

ÍNDICE

(CONTO) COMO BOLA DE NEVE

Liliana Laganà.....05

OS SAMPAULEIROS

MEMÓRIA DO DESLOCAMENTO

Ely Souza Estrela.....11

TRAJETÓRIAS E MEMÓRIAS DE NEGROS MIGRANTES

Alecsandro J. P. Ratts.....14

A MEMÓRIA DA CASA E A MEMÓRIA DOS OUTROS

José Moura Gonçalves Filho.....17

MIGRANTES CANUDENSES EM SÃO PAULO

A MEMÓRIA NUM CONTEXTO DE DISCRIMINAÇÃO

José Roberval Freire da Silva.....25

MI AMADA ISLA - CONSTRUCCIÓN DE LA HISTORIA DE VIDA DE UN INMIGRANTE CABOVERDEANO

Marta M. Maffia

Lucía E. Giorgieri.....30

RECONSTRUINDO O PASSADO: MEMÓRIAS

MIGRANTES DA ZONA NORTE DE NATAL

Julie A. Cavignac.....35

MEMÓRIAS DE TRABALHADORES RURAIS NA CIDADE

Charles D'Almeida Santana.....41

MEMÓRIA COMO RESISTÊNCIA:

O MIGRANTE

Teresinha Bernardo.....44

TEMPO DE RECORDAR

“Não há evocação sem uma inteligência do presente, um homem não sabe o que ele é se ele não for capaz de sair das determinações atuais. Apurada reflexão pode preceder e acompanhar a evocação. Uma lembrança é diamante bruto que precisa ser lapidado pelo espírito. Sem o trabalho da reflexão e da localização, seria uma imagem fugidia. O sentimento também precisa acompanhá-la para que ela não seja uma repetição do estado antigo, mas uma reaparição.”
(Ecléa Bosi, 1987).

Neste número da Travessia debruçamo-nos sobre o diamante ainda bruto da memória dos migrantes. Como todo diamante, a memória só pode causar admiração pela sua beleza. A exemplo dos diamantes ainda brutos, ela possui uma riqueza que é difícil de avaliar. Por isso, como nos lembra Ecléa Bosi, essa memória preciosa como um diamante precisa ser lapidada pelo esforço acurado do espírito. É o que se percebe nos diversos trabalhos expostos neste número.

Primeiro, o trabalho da escuta, que admira e contempla esses relatos cheios de vida. Depois, ainda na escuta, começa-se a admirar esse trabalho de reelaboração feito pelos próprios migrantes que retraçam suas trajetórias de vida. No entanto, para além da escuta, na busca de entender o mundo do migrante, e o modo como o migrante entende o seu mundo, o pesquisador procura descobrir os laços sociais e as determinações que a própria consciência do migrante não consegue descobrir. Busca-se ainda perceber como o migrante, tomando consciência do valor e do poder de sua memória, redimensiona sua vida pessoal e coletiva. Eis aí um segundo trabalho de reelaboração, desta vez do cientista social, numa tentativa de explorar a rica mina da memória dos migrantes. Um trabalho um tanto mais desafiador que implica um respeito visceral pela condição de vida dos migrantes. Pois a memória do migrante é sempre diamante, mas um diamante delicado, eivado pelas dores, esperanças, dúvidas, alegrias e lutas de muitas vidas cruzadas.

Assim, admirar e explorar esse diamante exige, seja do pesquisador que escreve, seja do leitor descuidado que lerá esses artigos, um respeito radical pela vida do “outro”, do migrante. Porque, na verdade, não existe nada mais precioso do que a vida, essa “vida” que nos é relatada, e que supera o nosso entendimento!

Sidnei Marco Dornelas

DESEJA ADQUIRIR

TRAVESSIA - Revista do Migrante?

*É fácil assinar a Revista TRAVESSIA
É possível adquirir números avulsos
E ainda há tempo para montar a coleção*

Veja como proceder

Observe, ao lado, a relação dos números publicados;
Veja abaixo as opções para assinatura e aquisição de números avulsos;
Escolha o que deseja receber;
Faça você mesmo as contas - (as despesas postais, via impresso, são por nossa conta);
Efetue o pedido mediante pagamento.

Formas de Pagamento

Escolha a opção que lhe facilita mais:

- a) Cheque nominal à Pia Soc. dos Miss. de S. Carlos
- b) Depósito bancário nominal à Pia Soc. dos Miss. de S. Carlos; Banco Bradesco; Agência Tabatinguera nº 0515-0; conta corrente nº 23083-9 e envie-nos cópia do comprovante do depósito.
- c) Vale Postal em nome de Centro de Estudos Migratórios, endereçado à Agência de Correio Praça João Mendes-SP, código nº 72902302.

Valor da Assinatura

- () Ass. válida por 1 ano..... R\$ 15,00
- () Ass. válida por 2 anos..... R\$ 25,00
- () Ass. válida por 3 anos..... R\$ 35,00

Números Avulsos

- Exemplares do nº 1 ao 7.....R\$ 1,00
- Demais exemplares: Nº avulso.....R\$ 5,00
- Quantidade.....R\$ 4,00
- Coleção Completa.....R\$ 85,00

Nosso Endereço

Rua Vasco Pereira, 55 Liberdade CEP:01514-030 São Paulo/SP - Brasil
Fone: (011)278.6227 Fax: (011)278.2284
E-Mail: cemsp@cidadanet.org.br
<http://www.scalabrini.org>

CONFIRA A RELAÇÃO DOS NÚMEROS PUBLICADOS

- 01 - Sazonais
- 02 - Cidade
- 03 - Fronteira Agrícola
- 04 - Violência
- 05 - Voto
- 06 - Barragens
- 07 - Cultura
- 08 - Trabalho
- 09 - Família
- 10 - Religião e Religiosidades
- 11 - Estrangeiros
- 12 - Educação
- 13 - Pena de Morte
- 14 - Migrar e Morar
- 15 - Tempo e Espaço
- 16 - Desemprego e Subemprego
- 17 - Imagens
- 18 - Novas Tecnologias
- 19 - Identidades
- 20 - Saúde
- 21 - Emigração
- 22 - Retorno
- 23 - Metrópole
- 24 - Índios e Territórios
- 25 - Deslocamentos Compulsórios
& Restrições à Migração
- 26 - Mulher Migrante
- 27 - Nomadismos
- 28 - Meio Ambiente
- 29 - Albergue
- 30 - Clandestinidade
- 31 - Festas

COMO BOLA DE NEVE

Conto

Liliana Laganà *

Era janeiro. Havia nevado e os bosques ao redor estavam lindos, com aquelas manchas de neve e um silêncio grande. Eu tinha ido dar uma volta sozinho, para me despedir das ruas da minha aldeia, das casas que conhecia uma a uma, dos cantos que tinham sido meus refúgios de menino, da Fontana Vecchia, do velho carvalho à entrada da aldeia... Caminhava assim quando vi uma garota que eu conhecia. Me aproximei para me despedir, porque eu ia partir aquele dia, disse para ela, eu ia para a América, para o Brasil. Mas ela, em lugar de apertar a mão que lhe estendia, agachou-se, pegou uma bola de neve, a jogou na minha cara com força de doer e saiu correndo sem dizer uma palavra, deixando-me ali parado, feito bobo, a mão ainda estendida e aquele gelo de neve na cara.

O rosto de meu tio Consolato se ilumina, ao contar isso.

- Acho que gostava de mim, - diz.

Não posso deixar de sorrir, eu também, ao olhar seus cabelos brancos, que ainda esboçam um topete na testa, a lembrar uma bola de neve que ficou ali, suspensa entre a raiva e o estupor.

- Era janeiro de 1922, - continua a contar meu tio - e na porta de casa havia muita gente, todos ali reunidos para se despedir. Era sempre assim, quando alguém partia, a aldeia inteira ia se despedir. E eu estava lá, entre os muitos abraços e os muitos adeuses, quando meu irmãozinho mais novo, Carmelo, que tinha uns quatro anos, veio descendo a escada me chamando "Consolà, Consolà", me chamava choroso, e parando no penúltimo degrau me estendeu os braços dizendo: "Consolà, você vai-se embora e a mim você não vai me levar?" Assim ele disse: "Consolà, você vai-se embora e a mim você não vai me levar?" - repete meu tio, estendendo os braços e falando com manhosa voz infantil, em dialeto calabrês, alongando as vogais, num tom de lamento antigo.

- Era o ano de 1922 e eu tinha dezessete anos - continua meu tio. - Naquele tempo eu trabalhava com madeira, nos bosques da Sila, na Calábria. Era tudo bosques, ao redor de Adami, a aldeia onde eu morava. Bosques de castanheiras e carvalhos. Eu cortava árvores e fazia tábuas, tudo a mão. Com serrote e plaina, tudo a mão. Eu trabalhava, ganhava meu dinheiro, ajudava a família

que era grande, uma escadinha de irmãos e irmãs depois de mim, que era o mais velho, e minha mãe grávida de novo. Na verdade, o que eu gostava mesmo era fazer sapatos. De pequeno fazia sapatinhos para as bonecas das minhas irmãs. Depois, tinha ido aprender o ofício de sapateiro em Soveria Mannelli, a cidadezinha mais próxima, onde a gente podia ir a pé. Eu não ganhava nada, mas aprendia o ofício.

Mas quando acabou a guerra em 1918 e veio a gripe espanhola, todos lá em casa pegaram a gripe, menos eu. E eu tive de cuidar de todos. Minha mãe fechou o armazém de secos e molhados e ficaram todos largados na cama. Eu ia buscar leite de cabra para eles, no caminho não resistia e bebia um bocado dele, depois passava na Fontana Vecchia e inteirava com água. Ficava com remorso por fazer isso, mas eu não me aguentava, era tão bom aquele leitinho quente! Lá em casa ninguém morreu, mas na aldeia foram muitos os mortos. Não havia dia que não morresse alguém. Uma tristeza. E quando acabou a gripe e minha mãe reabriu o armazém, muitos que haviam comprado fiado não puderam mais pagar, alguns mortos, outros sem dinheiro. Eu tive de deixar meu ofício de sapateiro, porque não ganhava nada. Tinha de trabalhar para ganhar, eu era o mais velho. Fui cortar madeira e fazer tábuas. Dos quatorze aos dezessete anos foi isso que fiz. Os outros iam ajudar na olaria da nonna, a mãe da minha mãe. Iam lá ajudar a fazer tijolos, as meninas também. Eu também tinha ido, de pequeno. Mas agora já era grande, era forte, podia cortar madeira e ganhar dinheiro. Ganhava até bem, mais que todos lá em casa, e tinha até uma namoradina, a Mariuzza...

- Mas então por que partiu, tio? - pergunto. - Por que decidiu deixar tudo e partir?

- Mas não fui eu a decidir! - responde meu tio. - Foi meu pai quem decidiu. Um belo dia ele me disse: "Vamos para o Brasil!". Ele e eu, disse. Eu já estava bastante grande, podia partir. Ele, meu pai, já tinha ido para a América do Norte, quando eu era ainda pequeno. E agora ele queria partir de novo. Não sossegava, queria partir. A maioria daquela gente lá naquela aldeia vivia desassossegada, só pensando em partir, ir para a América. E tinha acontecido que um conhecido de uma aldeia vizinha tinha

voltado do Brasil, e tinha voltado com dinheiro, tinha comprado uma casa, estava rico... Os filhos dele usavam sapatos o ano inteiro, não como nós, que usávamos só no inverno, sapatos de pregos na sola, para durarem e passarem de um irmão para outro. Eu não queria partir, mas ninguém segurou meu pai. "Desta vez vamos nós dois. Em dois sempre é melhor. A gente pode ganhar muito dinheiro os dois juntos. Fazemos logo a América e voltamos ricos e meus filhos não vão mais andar descalços por aí." - dizia.

Pára um pouco, meu tio, os olhos fechados, depois continua:

- Havia um bocado de gente na porta de casa. Era sempre assim quando alguém partia. A aldeia inteira ia se despedir. Minha mãe ao me abraçar disse apenas: "Tem cuidado, meu filho!" Só isso: "Tem cuidado, meu filho!" Naquele tempo Adami ficava isolada no meio dos montes, não havia trem nem ônibus. E para chegar até a estação, na cidade de Nicastro, era preciso caminhar dezessete quilômetros, por uma estradinha, uma trilha de mulas e cabras, que cortava caminho no meio dos bosques. Um outro rapaz da aldeia também emigrava para o Brasil, junto com a gente. Teu pai e um amigo dele, que se chamava Fortunato como ele, nos acompanharam com o burrico que meu avô emprestara, para carregar as malas. Não que fossem pesadas as malas, mas era preciso caminhar muito. E fomos caminhando pela estradinha em silêncio, encosta abaixo, os passos amortecidos na neve. Eu ia pensando nas palavras de Carmelo, no choro dele de vontade de partir, nas palavras de minha mãe, de ter cuidado, nos lugares todos que eu deixava e sentia ainda o gelo daquela bola de neve na cara... Descíamos em silêncio, nós que partíamos e eles que ficavam. E eu sabia que eles me invejavam, eles haviam dito: "Que bom para você, Consolà, que vai partir!" Eles esperavam com ânsia que a hora deles chegasse de partir também, parecia que partir estava no destino de todos, naquele lugar, e eles me invejavam porque minha hora já tinha chegado. Imagine! Eu ia para a América: tomaria um trem para Nápoles, tomaria um navio, e viajaria dias e dias atravessando o oceano e chegaria a uma terra longe, que diziam rica e generosa... E eles retomariam o caminho de volta, pela estradinha de mulas e cabras, encosta acima, com o burrico agora aliviado, e pisariam os passos pisados, na neve, em silêncio...

Meu tio fala da viagem de trem, do frio no trem, das paradas na noite, dos nomes que iam passando, de cidades até então apenas sonhadas. Fala de Nápoles, onde deveriam embarcar e de seu espanto ao sair da estação e ver pela primeira vez um bonde elétrico. E conta que em Nápoles afinal não puderam embarcar, e tiveram de viajar até Gênova, em outro trem cheio de frio e com tantos outros nomes de cidades que iam passando. Depois conta que afinal embarcaram num navio francês de nome Valdívia. E fala dos dias e dias a bordo do Valdívia, do frio do início da viagem no enorme compartimento onde ficavam todos juntos, amontoados como animais, todos uma miséria só. E fala do calor que veio depois do frio, passado o estreito de Gibraltar, na costa africana, em pleno oceano entre África e América. E o desconforto que ia aumentando, dia a dia, com tanta água e tanto céu, e essa terra que nunca chegava. E o medo que começava a tomar conta de muitos, de que talvez a América nem existisse, que era

apenas um sonho.

- Mas um dia afinal chegamos - diz meu tio. Era noite quando o navio atracou ao largo do Rio de Janeiro, na baía de Guanabara. Nós estávamos dormindo, mas acordamos ao som da sirene e corremos todos para o convés e ficamos todos de boca aberta diante daquela maravilha, aquelas luzes que nunca tínhamos visto tantas juntas. Ficamos todos no convés olhando pasmos, de novo crianças diante da nova terra. E o mesmo encanto experimentamos na noite daquele mesmo dia, costeando Copacabana em direção a Santos. Para mim, uma festa extra no Rio tinha sido uma dúzia de bananas que comprei por uma ninharia e que comi sozinho, uma banana atrás da outra, convencido agora de que a América existia...

Fica parado um tempo, meu tio, de novo os olhos fechados, quem sabe prolongando o gosto daquelas primeiras bananas comidas em sua vida. Depois continua:

- Mas em Santos foi diferente. Fazia um calor danado quando chegamos e o céu estava escuro, cinzento por inteiro. Tudo era escuro, o céu, a água, as casas, o cais do porto. E, lá no cais, gente parecendo triste, mal vestida e muitos até descalços. Aí eu disse para meu pai: "Mas aqui também tem miséria!" E não queria descer, queria voltar naquele mesmo navio, me deu uma vontade grande de chorar, uma saudade sem nome dos meus bosques, do meu céu... Mas desembarcamos...

Pára mais uma vez, meu tio, segue o movimento da minha caneta no papel e depois continua:

- E depois já tínhamos um contrato de trabalho: antes mesmo de descer do navio um senhor nos havia contratado para trabalhar numa fazenda de café. Era a fazenda Nova-Louzã, perto de Mogi-Mirim. Contratou nós três, meu pai, eu e o rapaz da minha aldeia. Ele só estranhou que meu pai e eu tínhamos o mesmo nome, os dois Consolato Laganà, sem nem ao menos um "filho", para distinguir um do outro. E acho que ele colocou "pai" e "filho", nas suas anotações. Mas antes de irmos para a fazenda nos levaram num trem para a Hospedaria dos Imigrantes, na Visconde de Parnaíba, onde ficamos três ou quatro dias. Era onde levavam todos os imigrantes para a triagem e de lá cada um seguia seu caminho, para alguma fazenda de café. Lá na Imigração ficamos todos amontoados num grande compartimento, como antes no navio. Ficamos lá entontecidos, sem nada saber do nosso destino, sem entender uma palavra, até que nos puseram de novo num trem até a fazenda. E lá na fazenda nos levaram logo até a direção, onde entregaram uma casa a cada família ou grupo e explicaram o serviço. Eu aos grandes proprietários estava habituado, sabia como eram os barões da minha aldeia, os donos de todas aquelas terras lá. E sabia como me devia comportar diante de um grande proprietário, diante do patrão. Isto eu tinha aprendido desde pequeno. Mas os proprietários da fazenda eu nunca vi, nem nunca soube de quem eram aquelas terras em que a gente ia trabalhar. O capataz é que lidava com a gente. Ele também era um empregado, mas dava as ordens e explicava o serviço. Ele dava um jeito de a gente entender o que falava, chamava algum italiano mais velho na fazenda, que já tinha chegado há algum tempo da Itália, fazia gestos, sei lá, mas a gente entendia... A

primeira impressão que tive da fazenda não foi boa. Que a terra era rica a gente via logo pelas plantas tão verdes e pelas árvores tão exuberantes e variadas, tão enormes... Mas lá também havia gente mal vestida, descalça, que dava vontade de sair correndo... Mas depois de uma semana mudei de idéia. Nós colonos recebíamos um salário conforme o número de pés de café que cuidávamos: mais cuidávamos, mais recebíamos. As famílias mais numerosas recebiam mais, porque podiam tratar de mais pés de café. E a gente podia plantar milho e feijão nas ruas do café. E a gente até tinha uma terra à parte, onde se podia plantar arroz, manter uma vaca, fazer uma horta. Aí eu pensei: "Se vier a família toda a gente pode viver bem." A Giovannina tinha dezesseis anos, teu pai quinze, a Franceschina nove, o Domenico e o Pasquale, sete. Todos eles já davam duro fazendo tijolos na olaria da nonna, ao trabalho estavam acostumados. E os outros logo cresceriam. E Carmelo queria tanto partir ele também... Eu nem dormia de noite pensando nisso, pensando no bom que seria de novo todos juntos. Soube de muitas histórias de italianos que haviam logo saldado suas dívidas de viagem com os fazendeiros e que haviam comprado suas próprias terras e tocavam seus próprios cafezais. E nós nem dívidas de viagem tínhamos, nós tínhamos pagado nossas próprias viagens. Mil e oitocentas liras cada um, era o que nós tínhamos pagado, isso eu lembro bem. E podíamos fazer com que eles também viessem... Eu não dormia de noite pensando nisso... Mas meu pai não quis, não teve jeito de convencê-lo. Não era isso que ele queria. Ele queria fazer a América logo, tinha pressa de fazer a América e voltar triunfante, como aquele conhecido da aldeia vizinha, que todos invejavam. Na verdade nem sei mesmo se era isso que ele queria, nunca soube. Só sei que para mim ele era um pai-patrão, que mandava e batia em mim sem razão. Na fazenda à noite íamos para uma escolinha que havia ali e assim aprendíamos o português. E também tinha uma espécie de pracinha, e a gente se reunia lá, tudo moço, ficávamos um pouco em companhia e era gostoso. A gente não fazia nada de mal, só ficava um pouco em companhia, gostoso, depois de ter dado duro o dia todo debaixo dos pés de café. Meu pai não queria que eu fosse. Dizia que era falta de respeito com ele. Mas eu gostava daquela companhia, eu ia. E aí um dia ele me deu uma surra, bateu em mim porque eu tinha faltado com o respeito por ele, - dizia - só porque tinha ido até a pracinha... E eu fugi da fazenda. Fui para Mogi-Mirim, que era a cidade mais próxima, e lá fui trabalhar numa serraria, fazia tábuas à mão. Aquele era um serviço que eu sabia fazer muito bem e o dono da serraria gostou de mim, gostou do meu trabalho. Mas não aguentei muito tempo lá, porque pensava em meu pai, pensava nele o tempo todo, pensava como devia estar preocupado comigo e então voltei. Tomei outra surra, eu quis compensar entregando para ele o dinheiro que tinha ganho e ele não quis, mas escreveu para minha mãe que tinha um filho ingrato...

Contou quase tudo de um fôlego, meu tio, mas agora pára um pouco, espera novamente que eu tome nota, e começa de novo a contar:

-Ficamos na fazenda mais uns quatro ou cinco meses. Tivemos sorte porque uma família de espanhóis foi embora e nos deixou o milho e o feijão que tinham plantado e nós vendemos o

milho e o feijão e ganhamos um bom dinheirinho. Mas meu pai quis ir embora porque ele não gostava de trabalhar a terra, de lidar com plantas, de ficar o dia inteiro debaixo dos pés de café. Quis ir para São Paulo. Na cidade, ele dizia, seria mais fácil fazer logo essa América. Mas nem em São Paulo encontrou aquilo que procurava. Aí ele soube que havia uma exposição italiana no Rio de Janeiro e embarcou para o Rio trabalhar como marceneiro naquela exposição. Ficou no Rio dois anos e depois eu soube que pegara um navio para Montevideo. Minha mãe me escreveu contando. Da Calábria fiquei sabendo que eu tinha ficado sozinho aqui no Brasil, e depois ele mesmo me escreveu...

- E você, tio? - pergunto, estarrecida ao ouvir a história deste nonno do qual só sabia o nome, Consolato. Desde pequena eu ouvia falar dele como de alguém a vagar sempre pelo mundo, pra cima e pra baixo pelo oceano entre a Europa e América, e quando um dia chegou uma carta e meu pai ficou triste porque morrera seu pai e minha mãe ordenou-me de não cantar esse dia, eu tentei sentir um pouco de tristeza, mas não consegui, e só senti raiva por não poder cantar aquele dia, só porque aquele meu nonno não estava mais vagando pelo mundo, e isto não fazia nenhuma diferença para mim, agora que estava morto. Mas agora que eu escuto esta história entendo a tristeza de meu pai, e a tristeza e a solidão de meu tio, e de todos aqueles que ele tinha deixado para vagar pelo mundo...

Eu? Que podia fazer? Fiquei sozinho aqui em São Paulo. Meu pai tinha me deixado cinco mil réis e deu para comer uma semana. E logo procurei trabalho para mim, fazia qualquer coisa que aparecesse. Comecei lixando pedras para monumentos de cemitérios. Depois fui trabalhar numa fábrica de tecidos, dos Matarazzo. Dez horas por dia e aos domingos até o meio dia... O dinheiro dava justinho para comer e pagar a pensão onde eu morava, no Brás. Mas uma noite, um cara lá da pensão fugiu levando minha malinha com todas as minhas roupas dentro. Não eram muitas, mas eram minhas roupas para ir trabalhar e eu fiquei com o trapinho com que dormia. Não podia mais nem ir trabalhar, não podia nem sair da pensão. A dona da pensão foi boa comigo e me pegou como ajudante na cozinha, assim podia comer e dormir sem pagar e não precisava de roupa para sair, e ainda ganhava umas gorjetinhas. À noite lavava meus trapinhos e de manhã colocava. Fiquei sem sair da pensão por três meses, até que pude comprar um terninho e voltar a trabalhar numa fábrica de tecidos, era outra fábrica, mas também dos Matarazzo. Naquele tempo aqui em São Paulo havia muitas fábricas de tecidos. São Paulo ainda era uma cidade pequena, mas já começava a crescer, a ter fábricas. Eu falo de 1923, 1924... Depois eu fui trabalhar naquilo que eu mais gostava, numa fábrica de sapatos. Era uma fabriqueta com poucos operários, o sapato todo feito a mão. Eu já sabia costurar sapatos, me ofereci para trabalhar e o dono pediu-me para costurar um sapato ali mesmo na frente dele e dos outros operários. E eu costurei tremendo de medo, achando que ele não ia gostar, que me mandaria embora. Mas ele gostou, disse que nunca tinha visto alguém costurar tão bem, até mostrou para os outros para verem como é que se costurava sapato e me assumiu no ato. Só que depois de uns cinco ou seis meses a fabriqueta

faliu. É que aqui em São Paulo começava a ter fábricas que usavam máquinas para costurar sapatos e os sapatos ficavam mais baratos. As fabriquetas manuais não resistiam à concorrência, iam à falência e fechavam. Mas o dono da fabriqueta em que eu trabalhava, que era filho de italianos, mas naquele tempo era quase tudo italiano aqui em São Paulo, principalmente no Brás, então, eu dizia, o dono perguntou se eu queria trabalhar com ele a portas fechadas. Fazíamos sapatos sob encomenda, e assim, a portas fechadas, não se pagavam taxas e dava para ganhar um pouco. Eu comia e dormia lá e de vez em quando ele me dava um dinheiro. Eu praticamente trabalhava em troca de comer e morar, mas em compensação aprendia o ofício. Era como nos tempos de Soveria Mannelli: quem aprende o ofício não ganha. Mas eu estava contente porque fazia o que eu mais gostava. A comida não era muita, mas quando eu tinha um tostão ia comprar uma dúzia de bananas e um pão, enchia minha barriga e ficava contente... E pensar que naquela época eu recebia cartas da Itália pedindo que eu mandasse dinheiro, cartas que só falavam de miséria, de necessidades: "Você está na América!", diziam. Mas o que eu podia mandar, nessa época?

Meu tio falou essas últimas palavras em tom aflito, revivendo a aflição de outrora. Depois recomeça a contar com seu jeito calmo, satisfeito de si:

- As fabriquetas manuais aqui em São Paulo iam à falência, uma atrás da outra. Eu mesmo, após ter aprendido bem o ofício, trabalhei em duas ou três delas, e faliram. Os negociantes sim ganhavam muito dinheiro, porque pagavam pouco pelos sapatos e revendiam nas lojas bem mais caro. E aí as fábricas com capitais e máquinas se impunham, e derrubavam as pequenas. Eram tempos de mudança aqui em São Paulo: as oficinas cediam lugar às fábricas e os artesãos aos operários. Mas eu não queria virar operário. Eu gostava de ver o sapato nascer inteiro nas minhas mãos, tomar forma, pouco a pouco, inteirinho, nas minhas mãos. Na fábrica eu ia perder isso para sempre, e eu não queria perder. Aí resolvi trabalhar por conta própria. Com um pouquinho de dinheiro que tinha guardado abri uma portinha, no Brás. Era um cantinho tão pequeno que só cabia eu e minha mesinha de trabalho e aí comecei a consertar sapatos, cobrava bem pouquinho e assim a freguesia aumentava. O aluguel não era muito caro, eu fazia tudo sozinho e assim dava para ganhar um pouco. Às vezes fazia também algum sapato novo, mas só sob encomenda. Para fazer sapatos novos eu comprava os modelos prontos e era só seguir os modelos. Depois pedi que mandassem revistas da Itália e aos poucos fui criando meus próprios modelos. Comecei a estudar noite, depois do trabalho, nas revistas e livros que eu pedia que me enviassem da Itália. Muitas vezes dormia em cima daquelas revistas. Mas percebia que cada dia minha técnica melhorava. Eu estudava o pé, sua anatomia, suas necessidades. Para cada cliente eu fazia uma forma, para que o sapato fosse confortável, feito para andar, mas também bonito, feito para enfeitar. Eu via que os sapatos anatômicos eram muito feios e as mulheres principalmente não gostavam de usar. Os meus sapatos eram anatômicos, porque obedeciam a linha do pé, mas eram bonitos, elegantes. Foi por esse motivo que minha freguesia começou a

crescer, principalmente de mulheres. Me mudei para uma rua melhor, com mais movimento, mas sempre no Brás. Minha vida começou a melhorar, comecei a mandar algum dinheiro para a mamma, lá na Calábria. E lá na pensão onde fui morar, sempre no Brás, conheci a Maria, minha portuguesa, filha da dona da pensão, e me casei. Eu tinha a mesma idade dela, vinte e um anos. E aí começamos a luta a dois, eu fazendo sapatos procurando melhorar cada vez mais a técnica, e ela de porta em porta, oferecendo sapatos e fazendo a minha propaganda. Durante anos ficamos na rua Ipanema, esquina da Almeida Lima: a sapataria na frente e a moradia nos fundos. A casa ainda está lá, a mesma de então, fui vê-la o ano passado...

Meu tio pára um pouco, prolonga a lembrança de sua companheira de tantos anos:

- A gente era jovem, - diz - a Maria e eu, não tínhamos preguiça e um bom sono bastava para espantar o cansaço. Foi com a ajuda da Maria que aos poucos meu sapato começou a ganhar espaço nessa cidade, que então ainda não era muito grande...

É com olhos brilhantes que meu tio conta essas coisas, porque sua vida se confundiu com seu trabalho, que fez dele, num certo momento da história de São Paulo, o sapateiro mais elegante, quando usar um sapato Laganà era sinônimo de bem-estar, não só do pé como social e econômico.

- Os Matarazzo, os Crespi e muitos outros se tornaram meus clientes. Mas nesta altura eu já não estava mais no Brás, me transferira para a Praça da República. Eu percebera que para me afirmar e atrair gente rica eu precisava estar num lugar mais chique, e mais central. Os clientes de luxo querem um lugar de luxo. Fui para a Praça da República, com a família toda, a Maria, eu e os filhos, que já eram quatro. Na frente tinha a loja e nos fundos a casa. Naquele tempo a Praça da República era um lugar tranquilo, a criançada podia brincar lá no meio daquelas árvores todas. Os prédios, os arranha-céus, começavam apenas a construí-los... Eu estava muito feliz esse dia por me mudar para a Praça da República, mas ao chegar com a mudança vi as manchetes de jornais com as notícias da Segunda Guerra Mundial... A Itália em guerra novamente... Fiquei estarrecido, paralisado diante daquelas manchetes... Pensei na minha mãe, nos meus irmãos, que eram quatro em idade de partir para a guerra, até o Carmelo, o menorzinho que já estava com mais de vinte anos. Senti um aperto no peito, lembrei de como eu tinha desejado trazê-los, logo que chegara à fazenda de café. Lembrava isso e sentia meu peito apertar. Maria tentava me consolar, dizia que não devia me preocupar tanto, que tudo iria bem... E aquele mesmo dia, com tudo ainda para colocar no lugar, escrevi a minha mãe, eu queria notícias, o mais depressa, notícias...

Pára mais um pouco, meu tio, vê-se a emoção que ainda sente àquelas lembranças, depois continua:

- E as notícias chegaram. Soube que todos os meus irmãos tinham partido para a guerra e que minha irmã Antonietta partira para a Austrália, onde já estava o marido. Tinha partido de Messina dias antes que começasse a guerra e minha mãe me escrevia que não tinha notícias dela, que não sabia se seu navio chegara ou não... Mais tarde veio a notícia da morte de Domenico.

Foi teu pai que me escreveu dizendo isso, lá da Albânia. Depois minha mãe também escreveu... Eu estava bem, agora, com minha loja na República, tinha colocado até um cartaz: CONSOLATO CALÇADOS. E como o Consulado Italiano naquele tempo estava também na Praça da República, toda manhã ao abrir a loja eu encontrava uma fila comprida de gente querendo documentos. E eu toda manhã a explicar que o Consulado ficava mais para lá, que ali era minha loja, que Consolato era meu nome... E a Maria que me dizia sempre: "Tira esse cartaz, que ainda vai te trazer confusão...". E um dia tive de tirar mesmo, quando botaram fogo no Consulado Italiano. Coloquei outro: LAGANÀ CALÇADOS. Ganhei muito dinheiro, durante a guerra, meus clientes eram gente rica, podiam gastar, apesar da guerra, talvez justamente por causa da guerra... Montei uma loja maior e tinha alguns operários, todos artesãos, e nunca mudei o estilo do meu sapato. Ganhei muito, mas perdi quase tudo. Dinheiro no banco eu não podia colocar, o que eu tinha já me haviam sequestrado. Imóveis eu não podia comprar... Só não me fecharam a loja porque a Maria era portuguesa... Guardava todo o dinheiro numa caixa de sapatos, e era muito dinheiro. A Maria queria comprar alguma casa em seu nome, ela podia. Mas eu não deixei. Daria para comprar umas três ou quatro casas, ou um andar inteiro daqueles prédios que estavam construindo na República. Mas eu deixei o dinheiro todo na caixa de sapatos. Quando acabasse a guerra, pensava, estaria rico, eu tinha finalmente feito a minha América, poderia voltar para a Itália, rever todo mundo. Mas aí acabou a guerra e o dinheiro virou fumaça na minha caixa de sapatos. De todo aquele dinheiro só deu para comprar uma casa no bairro da Aclimação, não longe do centro, onde continuava a ter minha loja, num andar daqueles prédios, que eu não pudera comprar, mas que podia alugar. Não deu para fazer a viagem à Itália, que eu tanto sonhara...

Eu lembro aquela vez que devia vir um tio do Brasil e depois não havia mais podido vir, porque tinha perdido quase todo o dinheiro, eu não entendia bem como, mas papai dizia que ele tinha perdido. Era o mesmo tio que nos mandava pacotes com café, vestidos e sapatos de salto alto e esquisito, que eu colocava por brincadeira, fingindo estar na América. E lembro bem aquele cheiro de café no ar, quando minha mãe o tostava, no quintal onde a gente morava, em Roma, no fim da guerra. Aquele café era um luxo para nós, o único luxo, e era porque nos vinha de tão longe, daquele Brasil onde estava meu tio que tinha perdido o dinheiro, mas que sem dúvida era bastante rico, para mandar tanto café para nós...

- Ao contrário, acabada a guerra, - continua a contar meu tio - começaram a chegar cartas desesperadas da Itália, pedindo-me ajuda. As coisas haviam piorado muito no após-guerra, e Carmelo e Pasquale estavam decididos a partir a qualquer custo. Carmelo me escrevia que não aguentava mais, falava da guerra, dos dois anos prisioneiro na Alemanha... Queria a América ele também, e a queria a qualquer custo, me pedia isso com o mesmo anseio de quando era pequeno. Eu nunca esquecera as palavras dele, sua tristeza por eu não levá-lo comigo... Eu não ficara rico, mas tinha minha loja, aos poucos me refazia do golpe recebido. E eu tinha

pelo menos uma casa, e era gostosa, a casa, tinha um quintal muito grande e um belo jardim. Tinha até árvores de fruta no quintal, feito uma pequena chácara bem ali, pertinho do centro... Você lembra daquela casa, não é? Foi para lá que vocês vieram morar quando chegaram da Itália...

- Lembro bem, sim, tio: a casa da rua Castro Alves. Lembro bem daquelas árvores de frutas de nomes e gostos tão estranhos, goiabas, jabuticabas. E lembro do nosso primeiro Natal no Brasil, pouco depois de nossa chegada, um Natal tão estranho, com todo aquele calor... - digo, e penso de novo àquele meu primeiro Natal brasileiro, ao ar livre debaixo daquelas árvores, com tanto calor, que eu me perguntava onde tinha ido parar o meu Natal de frio e castanhas assadas e nem parecia Natal, mas todos se abraçavam e diziam Bom Natal e então eu saí correndo, e fui me refugiar em algum canto para chorar o meu Natal perdido...

- Eu também no começo senti tanta falta do Natal frio da minha aldeia, com o som dos zampognari, que desciam das montanhas com suas gaitas e cornamusas e percorriam as aldeias tocando a novena do Natal... Aquele som de gaita no ar nunca esqueci. Mas aos poucos a gente acha natural que faça calor no Natal... Mas era gostosa aquela casa, com todo aquele quintal. Lembra? Até uma cancha de bochas eu tinha feito, lá no fundo, e com teu pai e o Carmelo a gente jogava, nas tardes de sábados e domingos. E mamma que nos olhava...

Há muita saudade nas palavras de meu tio, saudade dos irmãos já mortos, ele o mais velho, saudade daqueles anos na Castro Alves, daqueles poucos anos de América que juntos viveram, jogando bochas debaixo daquelas árvores de nomes tão estranhos, longe do lugar onde haviam nascido.

- Carmelo chegou em 1948, após voltar da Alemanha, onde ficara dois anos prisioneiro. Em 1949 fomos juntos visitar nosso pai em Montevideo, e Maria veio conosco, para conhecer esse sogro doido, como ela dizia... E o encontramos que morava numa casinha de zinco, com um pequeno jardim onde plantava alguma verdura, num bairro pobre de Montevideo. Morava sozinho, preparava ele mesmo sua comida e uma mulher limpava a casa e lavava e passava sua roupa. Era velho, mas ainda em boa forma, bebia todo dia seu copo de vinho, e caminhava ainda bem firme e reto, com aquele seu jeito de patrão, que tanto me assustava garoto... Fiquei contente de voltar a vê-lo, depois de tantos anos, e Carmelo também ficou contente de ver o pai que não lembrava, e Maria disse que ele poderia vir morar com a gente no Brasil, mas ele não quis, estava bem ali, disse. Depois, em 1950, reví Pasquale, quando passou por aqui a caminho de Montevideo, onde havia parentes da mulher dele... Fomos até Santos para vê-lo, Carmelo e eu, e como o navio dele ia ficar uma noite em Santos, ele veio para São Paulo, e passou uma noite em minha casa...

Escuto essas palavras e lembro tê-los visto eu também, tio Carmelo e tio Pasquale, de passagem por Roma antes de partir para a América, lembro especialmente como eram parecidos meu pai e meu tio Pasquale, os dois altos e morenos, a cabeça farta de cabelos pretos. Eu os confundia e pensava que eram gêmeos, mas depois mamãe disse que o gêmeo morrera na guerra, e que este tio vinha da Calábria e passava em nossa casa em Roma para

se despedir, porque partia para a América ele também, como Carmelo, que tinha passado antes, e tinha deixado um fuzil de brinquedo para meu irmão mais novo, e eu achava que a América era uma terra para onde iam os tios que não haviam morrido na guerra, e deixavam os fuzis porque na América eles não precisavam.

- E depois em 1951 veio minha mãe com minha irmã Marietta, - continua a contar meu tio - e eu fiquei muito feliz de rever minha mãe depois de tantos anos e de conhecer Marietta, que nascera quando meu pai e eu estávamos em viagem para a América... Marietta queria conhecer nosso pai e eu escrevi para ele insistindo para que viesse ao Brasil, e morar comigo, em São Paulo, agora que estavam também mamma e Marietta... Mas ele não quis, disse novamente que não queria mais sair de onde estava, que já estava velho, e não queria sair daquela sua casinha de zinco... Ele não veio, Marietta não foi vê-lo, depois disse que o ar daqui não lhe fazia bem, quis voltar para a Itália, e foi embora sem conhecer o pai, levando de novo mamma com ela. Depois eu soube que casara e fora embora para a Austrália, e morava perto da Antonietta...

- E nonna partiu de novo para o Brasil com a gente, em 1955... - digo.

- É isso, - responde meu tio - minha mãe voltou para o Brasil quando vieram vocês. Mas teria sido melhor se ela tivesse ficado na Calábria. Ela nunca se acostumou a esta cidade, não poderia se acostumar, com a idade que tinha, tendo vivido a vida inteira naquela aldeia... E eu entendi isso quando já era tarde demais... Teu pai não, ele queria mesmo partir. Começou a me escrever logo que acabara a guerra, dizia que tinha ficado sem trabalho, agora que não era mais carabinieri, e que estava cansado de tanta guerra, que tinha dois filhos homens e queria ir para um lugar onde não tivesse guerra...

- Eu sempre pensei que tinha sido você, tio, a insistir para que a gente viesse... - digo, pensando a quantas vezes eu tinha sentido raiva, e mesmo ódio deste meu tio, por considerá-lo a causa da dor sem remédio que eu sentira aos quinze anos, quando meu pai dissera para mim: "Vamos para o Brasil". Assim, do mesmo modo que meu avô dissera a meu tio Consolato. De improviso: "Vamos para o Brasil". E de improviso a terra longe com cheiro de café se tornava uma cruel realidade para mim, e um dor de navalha me cortava pelo meio, arrancando-me sem piedade de tantas coisas que eram parte de minha vida, a casa em Roma, a escola, meus colegas, o rapaz que era meu primeiro amor... Nunca mais férias em Fratterosa com nonna Gemma, e tantas tias e tios e primos e primas com os quais eu vivera sempre... Eu também partia como os meus tios que não haviam morrido na guerra, e eu me sentia morrer, partindo, e não queria partir, eu não...

- Eu não, - retoma meu tio - teu pai é que me pedia. Insistia para que eu o ajudasse a partir, ele e a família toda. Não queria partir sozinho ele, queria levar a família toda. Escrevia que aprendera o ofício de eletricitista, e consertava rádios e televisões, mas não havia trabalho na Itália... E como depois da guerra o Brasil havia aberto novamente a imigração subvencionada, não mais para agricultores, mas para técnicos, vocês puderam vir, e vieram todos vocês, com mamma, e depois veio também a Maria Teresa...

- Como uma bola de neve...

- É, como uma bola de neve... - repete meu tio e sorri àquela lembrança.

- Para a minha aldeia só voltei depois de quarenta e cinco anos, - continua meu tio - quando vocês já estavam aqui. Revi a Giovannina que morava em Reggio Calabria e com ela fui até Adami, onde estava Franceschina. De todos, só a Franceschina na casa da mamma em Adami. A aldeia eu lembrava bem, percorri de novo todas as ruas, revi meus cantos de garoto, a Fontana Vecchia, o velho carvalho à entrada da aldeia... Mas muitas casas estavam fechadas, muita gente havia emigrado, só uns poucos haviam ficado, só quase ninguém pelas ruas vazias... Tentei lembrar o nome da garota que me jogara a bola de neve, mas não consegui... Não soube se ela havia partido também, ou se havia morrido, ou quem sabe se era uma daquelas mulheres de preto que passavam silenciosas pelas ruas desertas... Não soube. E nunca mais vi a neve, em minha vida...

* *Liliana Laganà é Prof^a Dra. do Curso de Pós-Graduação em Geografia Humana da FFLCH/USP e mestre em Literatura Italiana.*

estudios migratorios latinoamericanos

AÑO 12 AGOSTO 1997 NUMERO 36

ARTICULOS

Educación y etnicidad en una perspectiva comparada. Los inmigrantes daneses en la pradera y en la pampa, 1860-1930.

MARIA BJERG

Dos imágenes del inmigrante árabe: Juan A. Alsina y Santiago M. Peralta.

JORGE OMAR BESTENE

El aristócrata y la inmigración. La inmigración italiana a la Argentina según el *Diario de Viaje a Europa* de Estanislao Zeballos (1903-1904)

ROGELIO C PAREDES

El baile de la Quebradita. La conformación de comunidades imaginadas entre los mexicanos en Los Angeles, California.

MARIANGELA RODRIGUEZ

Revistas de Revistas - Críticas bibliográficas

Estudios Migratorios Latinoamericanos es una revista cuatrimestral publicada por el Centro de Estudios Latinoamericanos (CEMLA). Suscripción anual (3 números): R. Argentina, \$ 33; Resto de América, U\$S 33; Europa, Asia, África y Oceanía, U\$S 36. - Recargo vía aérea, U\$S 16. Ejemplar simple: \$ 12.00. Números atrasados: \$ 15.00. Los cheques en U\$S deben ser girados sobre Nueva York.

CENTRO DE ESTUDIOS MIGRATORIOS LATINOAMERICANOS

Independencia 20 / (1099) Buenos Aires - Argentina

Fone: 344.7717/342.6749 / Fax: (0054 1)331.0832

E-mail: cemla@ciudad.com.ar / Internet: <http://www.scalabrini.org/~cemla>

OS SAMPAULEIROS

MEMÓRIA DO DESLOCAMENTO

Ely Souza Estrela*

QUEM É O SAMPAULEIRO?

A memória coletiva dos habitantes do alto sertão da Bahia¹ está marcada pelo tipo/humano/social denominado de sampauleiro. Era assim que a população do alto sertão baiano designava os indivíduos que partiam para o Centro-Sul ou retornavam ao solo natal. O sampauleiro era o indivíduo que, embora possufsse a propriedade da terra, não dispunha de recursos para torná-la produtiva; era o expatriado; o antigo agregado; a vítima da seca ou dos desmandos do coronel; o filho rejeitado ou rebelde; a moça violentada; a mãe solteira, o fugitivo da lei ou da rígida moral sertaneja; o endividado; o aventureiro; o jagunço sem chefe. A naturalidade do tipo humano pouco interessava. O que contava era o propósito e as condições da viagem. Na verdade, o sampauleiro era um ser humano/social típico de uma sociedade e de uma época que, não obstante as permanências, mudou em muitos aspectos. Em algumas localidades do alto sertão baiano ainda hoje usa-se o termo, mas o mesmo não está impregnado da carga simbólica do passado.

MEMÓRIA

Se a memória coletiva dos habitantes do alto sertão baiano está marcada pela presença dos sampauleiros, o que marca a memória do tipo assim denominado? Poucos dos indivíduos entrevistados² se autodenominaram desse modo. A expressão, na verdade, é uma construção dos que permaneceram nas comunidades sertane-

jas, contudo, todos os entrevistados conhecem a expressão. A memória dos entrevistados está como que povoada de toda uma gama de experiências e vivências bastante peculiares. De todos os aspectos que assomam a memória dos depoentes, destaca-se o cotidiano do deslocamento. Assim, o objetivo deste artigo é trazer à tona a memória dos sampauleiros no tocante a essa questão. A memória coletiva é aqui tomada sob a perspectiva de Halbachs, ou seja, ela é algo socialmente constituída.

VIAS DE COMUNICAÇÃO E MEIOS DE TRANSPORTE

Até as primeiras décadas deste século inexistiam as vias que hoje cortam o país. No caso específico do Nordeste, a ligação com o Centro-Sul era feita basicamente pelo transporte de cabotagem e pelas "estradas reais". Independentemente das vias de comunicação e do meio de transporte utilizado, partindo-se do Nordeste, o deslocamento para o Centro-Sul do Brasil era penoso, difícil, dispendioso, exigindo das pessoas enorme desgaste físico e emocional. As condições das "estradas reais" eram péssimas, colocando em risco a vida dos viajantes que se aventuravam a percorrê-las. Assim, o deslocamento do interior do Nordeste para o Centro-Sul do país era feito basicamente a pé. Os indivíduos mais afortunados faziam o mesmo trajeto a cavalo. Às vezes, os indivíduos partiam a pé, mas levavam consigo uma mula ou burro carregando as tralhas. Quando não dispunham de animal, recorriam à colaboração de parentes ou amigos.

Devido a precariedade das vias de comunicação e dos meios de transporte, a viagem para São Paulo requeria a associação de vários desses elementos. Assim vejamos. Parte da população sertaneja que vivia nas proximidades do rio São Francisco viajava através do vapor, inaugurado em fins do Segundo Império. Muitos dos sampauleiros que cortavam o extremo sudoeste da Bahia rumo a São Paulo, dirigiam-se a algum porto localizado no São Francisco. Dali seguiam a pé ou a cavalo. Depois da construção da Estrada de Ferro Central do Brasil, ligando Pirapora a Belo Horizonte, inaugurada em 1910, passaram a pegar o trem.

Normalmente, as condições de viagem através do vapor eram muito ruins, colocando em risco a vida dos viajantes. *"Emassados, homens, mulheres e crianças na chamada segunda classe, onde se achavam as máquinas, todas as bagagens e o carregamento de lenha. Com tempo de cheia, cinco dias, rio acima (...) tomei o vaporzinho 'Juazeiro' que já chegara a Lapa atulhado de passageiros da segunda classe. Em Malhada, trinta léguas acima, o Comandante admitiu mais 118. Foram cinco dias da mais torpe condição de higiene e desconforto, a que somente a suprema irresponsabilidade da administração poderia conduzir. Um jacaré que se apontasse à margem, o barco inclinava-se perigosamente com a deslocação dos curiosos. 'Volta pessoal!'. Eram gritos aflitos dos mais prudentes"*. (Neves, 1986: 33)

Outro importante meio de transporte

utilizado pelos sampauleiros era o trem. Mas a novidade só passou a fazer parte do cotidiano dos viajantes muito lentamente e por etapas. As estradas de ferro que ligariam o Centro-Sul do Brasil ao Nordeste foram projetadas em fins do século passado, mas sua conclusão só ocorreu em fins de 1950.

A viagem de trem constituiu-se em verdadeiro pesadelo. O veículo sempre estava lotado e não havia banco para os passageiros sentarem-se. Havia sujeira por toda parte e os banheiros eram imundos. Sobre isso diz Antônio Castro: *"para se usar o sanitário (...) o sujeito tinha que ficar em pé para não se enlamear todinho"*. Ele diz também que ficou perto do local onde ficava a fornalha e sentia bater no rosto a quentura das labaredas. Aliás, era muito comum as pessoas que viajavam próximo à caldeira do veículo serem vitimadas pelas fagulhas. O ferroviário aposentado, Geraldo Marques da Silva, diz que o trem é um transporte muito seguro, mas reconhece que nos vagões aconteciam acidentes, geralmente motivados pela precária conservação dos veículos e também pela inexperiência dos passageiros. *"(...) o passageiro caía, tropeçava, rasgava a roupa no assento, queimava a roupa perto da fornalha. Outros vinha distraídos, deitava a cabeça fora da janela e às vezes, tinha uma pedra, uma rocha e ele batia a cabeça, se machucava, sangrava"*.

O sr. José Moreira partiu de Caetité em 1954, em companhia de um cunhado. Até Monte Azul, em Minas Gerais, foi de caminhão. Ali, pegou um trem que o levaria até Montes Claros. José Moreira lembra com bastante nitidez a dureza da viagem: *"E aquela viagem, né, horrível! o trem muito lotado, sem condições de nada. Banco duro, de madeira, não tinha lugar pra todo mundo. Uns sentava na trouxa do outro, nem mala tinha, era o saco. Saco, era trouxa mesmo. Criança chorando."*

De fato, as condições da viagem de trem eram péssimas. D. Rosa Terêncio recorda: *"Uma tristeza, as cadeiras (...) de madeira, tábua e aquilo cheio, cheio, e eles com excesso de bagagem, as comidas tudo em volta. Iam comendo aquelas farofas e aquela ossada no pé e menino*

sujuando e não tinha restaurante pra eles nem nada (...)".

Em relação a esse aspecto, convém dar voz a dois indivíduos que se deslocaram do Recôncavo para São Paulo na década de 50. José Mota dos Santos partiu de Cabaceiras do Paraguaçu, em 1951. O trem chegou à estação superlotado; não havia lugar para os passageiros se sentarem e a imundície era muito grande. Ele conta: *"Fui em 51, fui de trem. Fomos de pé daqui até lá porque não tinha lugar de sentar, de pé, o trem vinha superlotado. Para entrar em Manuel Vitorino foi jogar as malas pela janela, empurrar, porque o chefe falou: 'olha, vou vender as passagens mas não garanto que vocês vá não, o trem vem superlotado. Se vocês tiverem coragem vai'. Quando nós ... no trem, porta, tudo cheia, janela, tudo cheia e só tinha cinco minutos para a gente viajar. Nós jogamos a mala por cima, pediu: gente!, jogamos as malas e entramos. Ficamos no lavatório, banheiro, aqui, lavatório ali. Viajamos daqui até São Paulo em pé"*. "Seu" Zeca conta que depois de algumas horas de pé, sem sequer poder mover os membros, os mesmos incharam.

João de Souza Estrela é também de Cabaceiras do Paraguaçu e partiu em 56. Ele descreve a viagem da estação de trem até Monte Azul, em Minas Gerais, com cores ainda mais carregadas que as usadas por outros sampauleiros. Ele viajou em companhia de seu pai e de mais seis companheiros. Depois de descrever a viagem praticamente com as mesmas palavras do "Seu" Zeca, João diz: *"Eu vi coisas que eu nunca imaginava vê, como pessoas ficar maluco dentro do trem, na viagem, durante a viagem e se jogar. Isso aconteceu nesse percurso três vezes. Ficar maluco. Um se salvou, mais ou outros a gente viu morrer mesmo. (...)"* A dureza da viagem e o cansaço provocavam grande desgaste físico e emocional ao sampauleiro. Em relação às manifestações de perturbação mental, o caso narrado por João não é o único de que temos notícia. Segundo o ferroviário Jaime Soares Mota, era muito comum os passageiros jogarem-se do trem. Tudo indica que os casos de perturbação mental durante o percurso não ocorriam somente devido as precárias condições do transporte ferro-

viário. Vejamos telegrama publicado no jornal **A Penna**: *"(...) O sr. Manuel Souza Silva, com dois companheiros vindo de Caetité com destino à lavoura em São Paulo, percorrendo 100 léguas em doze dias, manifestou, à chegada em São Paulo, por motivo de cansaço, symptoma de alienação mental. Sendo transbordo com os companheiros par a policia, precipitose no terraço, fraturando o craneo"*. (Jornal A Penna, 14/02/1924).

Depois da década de 20, a viagem de trem quase sempre esteve associada à viagem de caminhão, os chamados paus-de-arara. Este é um caminhão no qual são dispostas tábuas com espaçamento entre uma e outra, servindo de assento ao passageiro. Uns são recobertos de lona, outros não contam com esse recurso, expondo os passageiros às intempéries. O lugar em que era disposta a bagagem era definido em função do número de passageiros. Quando o caminhão partia com a carga máxima, não sobrando espaço para as bagagens, visando ampliá-lo, os motoristas abriam a traseira do veículo, anexando-lhe uma espécie de estrado onde dispunham a bagagem.

À semelhança da viagem de trem, o deslocamento através de caminhão ou paus-de-arara era muito penoso. *"A viagem era ruim, apertado, o caminhão pegava uma faixa de 40 pessoas, entre uma bancada e outra era muito apertado. Era uma viagem muito ruim. (...)"* A imobilidade e as sacudidelas provocam nos viajantes inchaço nas pernas e problemas nos rins. Sobre as condições da viagem através de paus-de-arara, Maria Inez Ayala assinala: *"Um senhor que atualmente é zelador de um prédio de apartamento, contou-me como foi sua vinda do interior da Bahia. No pau-de-arara em que veio, faltavam lugares e as crianças viajavam debaixo dos bancos. Uma delas morreu no percurso e viajaram quase um dia com a menina morta, até chegarem em uma cidadezinha, onde puderam enterrá-la"*. (Ayala, 1988: 45)

Ainda assim o caminhão apresentava algumas vantagens em relação ao transporte ferroviário. Era mais rápido e o passageiro tinha certa liberdade de escolha quanto à frequência das paradas e o tempo de permanência em cada uma delas.

TRAVESSIA

Talvez fosse por isso que a viagem de caminhão era considerada mais alegre. "Tinha brincadeira. Quando passavam de baixo de um galho de árvore que estava ao alcance de nossas cabeças, os sampauleiros gritavam: 'lá vem o pagamento' e davam risadas". (Fernando de Abreu)

Em geral, os caminhões eram velhos e sem condição de uso. Manuel Francisco da Rocha conta que saiu de Caetitê com destino a Monte Azul num caminhão carregado de polvilho. Um pouco depois de Guanambi o carro apresentou defeito; próximo à cidade de Urandi, Bahia, parou de vez. Em virtude do local ermo, o motorista foi obrigado a deslocar-se para longe em busca de socorro. Depois de horas, o carro seguiu viagem. Mais tarde, ao subir uma ladeira, o caminhão perdeu o freio e o motorista gritou: "Segura aí, o carro está sem freio! E naquilo que ele falou 'segura', eu saltei do carro quase em cima de uma cerca de vara que era... não sei como não estrepei todinho."

Muitos paus-de-arara faziam um trajeto bastante tortuoso até chegarem ao local de destino. Dava-se isso por duas razões. Primeiro, porque o pau-de-arara precisava estar totalmente lotado para superar os custos da viagem. Segundo, porque esse tipo de transporte de passageiro era proibido. As voltas em excesso, aumentavam o desgaste da viagem e pioravam as condições de higiene dos viajantes e dos veículos. "As condições de higiene nessas travessias são as mais contundentes. Chegam aos sessenta os que viajam, inclusive os meninos aceleradores da fedentina, às vezes insuportáveis, provocadora de protesto nos lugares em que escala o caminhão mal cheiroso. Na viagem os adultos atendem às necessidades fisiológicas em sanitários dos postos de abastecimento ou 'indo no mato', nas paradas, geralmente de três em três horas. Quando 'vão ao mato', convenciona-se, os homens tomam a margem esquerda da estrada, as mulheres a da direita. Prefere-se 'ir ao mato' que às privadas por serem essas sempre imundas e espalhadoras de doença". (Vilaça, 1969: 81) Uma outra razão bastante plausível para a escolha da "ida ao mato" era que muitos dos 'paus-de-arara' desconheciam as privadas e sa-

nitários. "Aquela baianada que não conhecia a boca do buraco pra fazer as necessidade. Os menino tinha medo e fazia o serviço no chão. Ei sofrimento!" (Josefa Lopes)

Os proprietários ou motoristas dos caminhões tornaram-se bastante populares e gozavam de enorme prestígio entre os proprietários de pensões e restaurantes. Os motoristas eram valorizados e invejados pelos passageiros das zonas sertanejas. "Era uma coisa terrível. Ele era endeusado mesmo. Um motorista daquele ali levava uma vida de padre. Uma coisa séria. Os passageiros pediam para tirar retrato com o motorista. Pra eles era como se tirasse foto com o presidente da República, o governador ou um deputado, entendeu?!" (Manuel de Abreu Magalhães)

A abertura da Rodovia Rio-Bahia foi concluída em 1949. Mas a nova estrada só suplantaria o trem quando se completou sua pavimentação, por volta de 1968. (Vilaça, 1969: 53) Daí em diante, mudava definitivamente o itinerário dos indivíduos que se deslocavam para São Paulo. As Estações de Monte Azul e de Montes Claros vão aos poucos deixando de fervilhar com a presença dos nordestinos.

Mesmo depois da introdução das primeiras linhas de ônibus na região sertaneja, a viagem para o estado de São Paulo demandava tempo e desgaste. As poucas empresas que se aventuraram a fazer a linha Sudoeste da Bahia-São Paulo, não dispo- ndo de veículos em número suficiente para atender a demanda por passagens em todas as localidades onde atuavam diretamente ou através de representação, transportavam os passageiros para Vitória da Conquista.

A exemplo dos paus-de-arara, os ônibus quebravam durante o percurso com muita frequência. Há inúmeras histórias sobre a questão. "Os ônibus quebrava que era um horror. Ônibus velho, caindo aos pedaços. Era um pau-de-arara. Vai ver o pau-de-arara era melhor, né? Não sei, não fui de pau-de-arara. Quando fui já tinha o ônibus. Mais quebrava, viu? Era uma danação. Tudo ermo e nada de vim o socorro. Demorava muito, também como avisar que o ônibus quebrou? Gente com fome, com sede, criança chorando (...)"

(Emília Dias)

Os viajantes enfrentavam a incúria das empresas de transporte. Os horários não eram cumpridos e era frequente a venda da mesma poltrona para dois ou mais passageiros. "(...) Era um São João, muita gente vem de São Paulo pra Bahia, né? (...) Sai da Bahia, chegando em X, entrou uns passageiros. Um passageiro mal encarado me olhou e disse que a minha poltrona era dele. Fiquei danada. Gritei o motorista, mas não levantei. Se eu levanto, ele senta, né! Que nada, eles têm que resolver o problema."

O fato dos sampauleiros guardarem ainda muito vivo na memória aspectos do seu deslocamento, talvez se explique pelas dificuldades e as condições desumanas em que esse se deu.

* Ely Souza Estrela é Prof. de História da América do Dpto. de Ciências Humanas de Caetitê, Universidade do Estado da Bahia e mestranda em Geografia Humana-Dpto. de Geografia da USP.

NOTAS

- 1- O alto sertão da Bahia compreende uma vasta zona que abrange as atuais micro-regiões econômicas de Chapada Diamantina, Serra Geral e Médio São Francisco.
- 2- Para desenvolver minha dissertação de mestrado entrevistei 35 pessoas que vivenciaram direta ou indiretamente o deslocamento. A maioria apresenta um quadro histórico semelhante em muitos aspectos ao chamado sampauleiro.

BIBLIOGRAFIA

- AYALA, Maria Inez Novais
(1988) *No Arranco do Grito: Aspectos da cantoria nordestina em São Paulo*. São Paulo, Ática.
- HALBACHS, Maurice
(1990) *A Memória Coletiva*. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais.
- LINS, Wilson
(1952) *O Médio São Francisco: Uma sociedade de pastores guerreiros*. Salvador, Edições Oxumaré.
- MORAES, Walfrido
(1991) *Jaguinhos e Heróis*. 4ª ed., Salvador, Empresa Gráfica da Bahia/lpac.
- NEVES, Flávio
(1986) *Rescaldos de Saudades*. Belo Horizonte, Academia Mineira de Medicina.
- SORIANO, Valdick & CAMPOS, Bernadino
(1977) *A Vida de Waldick Soriano*. Rio de Janeiro, Editora Codecri.
- VILAÇA, Marcos Vinicius
(1969) *Sobre a Sociologia do Caminhão*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.

TRAJETÓRIAS E MEMÓRIAS DE NEGROS MIGRANTES

Alecsandro J. P. Ratts*

As migrações tornaram-se uma tradição para os moradores de agrupamentos rurais que se mantêm coesos apesar de toda a expropriação que ocorre no campo. Este artigo procura abordar essa tradição de migração entre indivíduos originários de "comunidades negras rurais" - os quilombos contemporâneos - no Estado do Ceará. Alguns desses homens e mulheres que apresentam grande mobilidade territorial participaram ativamente da formação de uma rede de agrupamentos negros baseada no parentesco e na constituição de diversas auto-imagens dentre as quais a de "uma grande família espalhada pelo país".

Sem prever a dicotomia das abordagens da migração como mobilidade da força de trabalho ou como resultado de motivações individuais (Becker, 1997; Vainer, 1996) e indo em direção contrária às afirmações imperativas de "desenraizamento" como efeito da mobilidade extrema das famílias mais pobres (Bosi, 1987: 362), pretendo discorrer sobre um fenômeno coletivo, via histórias individuais, ressaltando a dimensão étnica: são trabalhadores, são negros e migram seguindo o percurso de outros parentes e permanecem, agregados, com algumas exceções.

Cabe indicar ainda que este artigo é fruto de uma pesquisa em andamento, e os dados apresentados se originam de narrativas basicamente orais e em alguns "objetos biográficos" (documentos cartorários, fotografias, utensílios, ruínas arquitetônicas) encontrados nas localidades em questão. O trabalho de campo vem acontecendo ao longo de, pelo menos, quatro anos entre os moradores de Conceição dos Caetano e Água Preta (Tururu-CE), Goiabeiras e Lagoa do Ramo (Aquiraz-

CE) e entre as famílias oriundas dessas localidades e residentes em Fortaleza. As rotas migratórias principais se dão entre os agrupamentos rurais, destes para os Estados de Amazonas, Pará e Acre e, dos agrupamentos para Fortaleza.

TRAJETÓRIAS DOS ANTIGOS

A noção de trajetória aqui utilizada não é puramente um deslocamento geométrico pois ressalta "acontecimentos biográficos" e movimentos "de uma posição a outra (de um posto profissional a outro, de uma editora a outra, de uma diocese a outra)" cujo sentido se evidencia na relação "entre sentido e valor, no momento considerado, dessas posições num espaço orientado" (Bourdieu, 1996), ou seja, são movimentações dentro de um espaço social, entre posições, mais que trajetões entre dois pontos distintos.

Os Caetano do agrupamento de Conceição costumam dizer que a "família é grande" e que está "espalhada pelo país", a partir daí listam diversos lugares onde teriam parentes: alguns são apontados como agrupamentos não mais existentes, caso de Pedregulho ou Escondido e Varjota, na região do município de Uruburetama e próximo a Conceição dos Caetano; outros marcos indicam núcleos negros atuais como os acima citados Goiabeiras, Lagoa do Ramo e Água Preta; outros lugares são referências mais genéricas como Pará, Acre, Amazonas ou ainda São Paulo e Rio de Janeiro. Tais pontos fazem parte de um território que excede às áreas atualmente ocupadas e inclui lugares de importância simbólica e política.

Os marcos temporais mais remotos se dizem respeito à Guerra do Paraguai, às secas de 1877-1879 e 1888-1889, à "libertação dos escravos" e à fundação dos agrupamentos: Conceição, 1884, Água

Preta e Goiabeiras, início do século XX. É esse o período de deslocamento dos antepassados, "os antigos". Segundo as narrativas dos mais velhos de Água Preta e Conceição, a origem de sua família se reporta à localidade de Escondido ou Pedregulho, situada "a três léguas" de Água Preta, ainda na antiga região do município de Uruburetama. Nessa versão da origem, parte dos moradores de Escondido/Pedregulho teria migrado para "o Amazonas", para arredores de Fortaleza (hoje incorporados à cidade) e para outros núcleos de negros "em Pacoti, Aquiraz, Casavel", no norte do Estado.

"Nasci longe daqui, nasci acima de Manaus. [O meu pai] nasceu aqui. Ele sempre viajava pro Amazonas. [Foi pro Amazonas em] mil oitocentos e noventa e quatro [1894]. Chegou aqui, casouse. Nasceu aqui três filhos. Chegou os dezoito [1900], voltou pro Amazonas de novo. Nessa viagem de volta foi que eu nasci lá.

Foi só. Porque naquele tempo a rapaziada tinha interesse de ir pro Amazonas que a borracha era o meio de vida.

(...)

Morou por lá uns três ano ou quatro. Teve um saldinho, desceu, veio aqui. Chegou aqui, comprou esse terreno. Casou-se, quando foi no novecentos [1900], foi seco aqui. Andamo passando fome. Da primeira vez que ele veio, ele comprou esse terreno e veio.

Quando foi novecentos [1900] foi seco. Ele entregou pro sogro dele, o Paizinho Chagas, deixou ele tomando de conta da terra e voltou. Nessa volta foi que eu nasci lá. Veio, no 1901. Veio com toda a família. A terra tinha comprado da vez que tinha vindo."

(João Bertoso, 94 anos. Água Preta, julho, 1997).

Um processo que pode ser tratado

como mobilidade da força de trabalho para uma fronteira agrícola, assume, nas narrativas orais, o tom de uma saga familiar e inclui o mito de origem de um agrupamento. Água Preta seria uma "terra comprada" por Manuel Bertoso em sua primeira viagem para a Amazônia. A trajetória deste homem narrada por um de seus filhos se destaca das conhecidas histórias de migração de nordestinos, mais especificamente de cearenses, para os seringais amazônicos e em situação de "fuga" das grandes secas na segunda metade do século XIX e nos anos iniciais do século XX.

Manuel Bertoso foi contemporâneo de Caetano José da Costa, fundador do agrupamento de Conceição, posto que teriam residido em Escondido/Pedregulho antes da aquisição de Conceição (1884) e Água Preta (1897 ou 1898):

"Já se arretiraram tudo. Os mais velhos saíram de lá em 77 [1877], nos três oito [1888]. Saíram pro Amazonas, saíram pra Aquiraz, Messejana. (...)

[Caetano] era desse pessoal. Depois da Princesa Isabel libertar os escravos, pois bem... Um bocado deles morava pr'ali no Pedregulho, um bocado deles morando pr'ali. Depois dessa seca que teve debandaram. Uns bocado embarcaram pro Amazonas, outros foram ali pra Messejana [Fortaleza]."

(João Bertoso, 93 anos. Água Preta, julho, 1996).

"Nos três oito [1888] já tava tudo assituado, saíram foi muitos. Embarcaram pro Amazonas. Foi muita gente, só ficou ali no Escondido o meu avô Raimundo Costa e o ti Caetano aqui da Conceição. O ti Caetano saiu pr'as Quinta e lá ganhou recurso, comprou essa terra da Conceição, levantou aquela casa, levantada toda de tijolo. O Caetano da Conceição..."

As Quinta é aqui no município de Trairi. Um lagoão!"

(João Bertoso, 94 anos. Água Preta, julho de 1997).

A trajetória de Caetano indica outras rotas e processos sociais mais regionais. É citado por alguns de seus descendentes como um potencial fugitivo do recrutamento forçado de jovens solteiros para a Guerra do Paraguai, em vista do qual teria se casado com Maria Madalena da Paz.

Quando morou no Escondido/Pedregulho provavelmente era adulto e de lá teria saído à procura de trabalho na região de Uruburetama e municípios limítrofes. Ainda, segundo a tradição oral, foi morador de alguns fazendeiros.

Outros parentes teriam migrado para Fortaleza e para os agrupamentos negros de Aquiraz. Há uma outra versão dessa rota que indica o sentido contrário - de Aquiraz para Fortaleza, Uruburetama e Amazonas - mas não é possível analisá-la aqui. Contudo, coincide com a outra na afirmação do parentesco e no acento dado aos lugares de referência do grupo.

No período citado, homens pobres, "libertos", livres ou escravizados, "pretos", "mulatos" ou "pardos", segundo os termos em voga, viveram experiências semelhantes: a convivência do trabalho escravo com o trabalho livre; escapar do recrutamento forçado para a Guerra do Paraguai (Pinheiro, 1989, 1990); no caso dos escravizados, durante as grandes secas, se fazer passar por "libertos" e se esconder nos abarracamentos de "flagelados" em Fortaleza, para depois embarcar para o Amazonas, promessa de recursos e de liberdade (Oliveira, 1988); no caso de homens livres pobres, que experimentaram a condição de agregado ou morador, a associação da propriedade da terra com a liberdade (Porto Alegre, s/d).

Essa grande mobilidade tanto de libertos quanto escravizados indica ao mesmo tempo o processo de expropriação no campo - mais agudo e visível durante as grandes secas, a mobilidade da força de trabalho e a diversidade de "estratégias de sobrevivência". É possível fazer outra abordagem.

O fato de que Caetano adquiriu uma gleba de terra para "viver em sossego com a sua família" sugere um projeto de autonomia e liberdade conservado por seus descendentes, representado pela "terra comum". Aparentemente aceitando as normas vigentes de acesso à propriedade fundiária após a Lei de Terras (1850), Caetano, Maria Madalena e filhos, deram continuidade a forma de viver em grupo experimentada anteriormente em Pedregulho/Escondido.

Mesmo presenciando por todo este século a migração definitiva de muitos mem-

bro de sua grande família, os Caetano de Conceição preservam ser parcelar a maior parte de suas terras. A presença atual de "gente de fora" na localidade indica que os "outros", os "brancos", os "estranhos", adentraram o território negro. Há conflitos fundiários e raciais latentes cujo encaminhamento não cabe discutir aqui.

É necessário apontar que, em geral, o "tempo da escravidão" é assunto frontalmente recusado durante as entrevistas e silenciado no dia-a-dia pelos mais idosos. Seletividade compreensível para um grupo que conheceu um processo trágico (Pollack, 1989; 1992) mas cujos antepassados talvez não tenham vivido individualmente sob a condição de escravizado, como afirmam os descendentes de Caetano. Por outro lado, a experiência da escravidão, da exploração, da seca, comparece nos ideais de autonomia e liberdade que se refletem na combinação de auto-defesa com contatos com o "mundo dos brancos".

Neste sentido, um dos resultados das trajetórias dos "antigos" é a constituição de novos agrupamentos e o entrelaçamento entre os moradores dos núcleos existentes para além da data da abolição formal da escravidão (1888). Como se pode verificar, um grupo de Caetanos migrou "na seca de 58" para Fortaleza e seus descendentes residem no mesmo terreno no bairro de Jardim Iracema.

DESLOCAMENTOS RITUAIS

Outro "tipo" de mobilidade consiste naquela que Max Sorre denominava de "deslocamentos rituais" (Sorre, 1994). No caso dos grupos em questão conformam os casamentos entre moradores de agrupamentos distintos, os encontros que se davam, por exemplo, nas romarias de São Francisco, em Canindé-CE, e as viagens para (re)ver parentes:

"Um tio meu [Antônio Caetano], que é ali da Conceição, um dia, foi, resolveu ir dar uma volta por lá, conhecer os parentes [da região de Aquiraz]. Depois eu fui lá [na casa dele], ele disse: 'meu filho aqui não tem negro, não. Negro tem acolá pra riba, Lá tem!'"

A família é grande. Andou em todas as aldeias deles. Mas lá tem. Eu pensava

que onde tinha mais era aqui, mas é besteira.

Às vezes situavam num canto, quando tava muito, iam uns pra frente, uns pr'um lado, uns pra outro. No Aquiraz tem uma bocadada: Aquiraz, Ramo, Coité, Pacoti. Pra acolá tudo é (?) dos negros! Quase é tudo uma parença [aparência] só." (João Bertoso, 94 anos. Água Preta, julho de 1997).

A preferência pelo casamento entre negros, levou a diversos homens e mulheres, dentre os "antigos", a contrair casamento com pessoas de outro agrupamento negro às vezes distante mais de 150 Km, como entre os núcleos de Aquiraz - Goiabeiras e Lagoa do Ramo - e Tururu - Conceição e Água Preta.

Uma trajetória individual demonstra a extensão espacial do parentesco que foi se constituindo: José Felipe da Costa, também chamado Zé Raimundo ou Zé Grande nasceu em 1903, em Goiabeiras, nas terras de seu pai. Casou com Marcelina nascida em Lagoa do Ramo, agrupamento negro vizinho. Tiveram três filhos, ela faleceu e, com eles, Zé Raimundo se dirigiu, em 1936, para Conceição, a terra dos Caetano da qual já ouvira falar. Lá, casou-se com Maria José, neta de Caetano, com quem teve seis filhos. Ela também faleceu e ele se mudou, em 1947, com uma parte dos filhos, para Capuã (Caucaia-CE), lugar de um outro agrupamento iniciado por Florêncio, filho do primeiro Caetano. Posteriormente Zé Raimundo voltou para Goiabeiras e casou, pela terceira vez, com Maria José, oriunda de Buritizal, provavelmente outro agrupamento negro, situado em Cascavel, município contíguo a Aquiraz. Zé Raimundo faleceu em 1985.

MIGRAÇÃO, MEMÓRIA E ETNICIDADE

Experimentando deslocamentos de diferentes tipos - compulsórios, voluntários, rituais - os moradores desses agrupamentos negros se constituíram como um grupo étnico cuja extensão abrange os núcleos atuais e os percursos dos antepassados reativados através de viagens, notícias e lembranças.

O dado étnico - para alguns autores de difícil identificação - é mais que "um aspecto" do fenômeno. As migrações indí-

genas indicam alguns caminhos: Roberto Cardoso de Oliveira analisou os deslocamentos dos índios Terena das aldeias para as fazendas, das aldeias para as cidades e, das fazendas para as aldeias (Cardoso de Oliveira, 1968) e José de Souza Martins destacou as migrações sazonais indígenas (Martins, 1986). Considerando que alguns deslocamentos se dão em grupo, mais precisamente em família (Sader, 1988), e que a comunicação entre os migrantes e seus parentes que ficaram na área de origem pode cobrir centenas de quilômetros e duram vários anos para se consolidar (Martins, 1997), não surpreende que a dimensão étnica se sobressaia.

À primeira vista, os migrantes negros na cidade, como quaisquer outros, prescindem da memória (Santos, 1996), porém, o acompanhamento da mobilidade de indivíduos e famílias tem demonstrado que o passado intervém no presente em vestígios - fotografias, documentos cartorários, hábitos como o casamento intra-étnico e a co-residência - e em lembranças que afloram em determinados momentos e diante de interlocutores bastante precisos. Nos agrupamentos rurais indícios do passado (e, portanto, da continuidade do grupo) como fotografias, utensílios domésticos, ruínas arquitetônicas (a casa de Caetano em Conceição), parecem sugerir que são localidades plenas de memória. Mas inovações acontecem com intensidade e ritmos diferentes em cada lugar.

Os reencontros que acontecem na grande cidade, por exemplo, entre aqueles que trabalham na construção civil e provêm de distintos agrupamentos, revitalizam a visão da "grande família espalhada". A continuidade das migrações, sem abstrair sua face violenta, amplia o repertório de lugares, dos quais alguns se tornam míticos. A manutenção do vínculo com a terra de origem - "o lugar onde o umbigo está enterrado" e o empenho para conservar o que for possível dos agrupamentos rurais como "terra de trabalho", "lugares de memória", espaços tranquilos para idosos e crianças, são dimensões culturais e políticas de um processo contemporâneo.

* *Alecsando J. P. Ratts é Mestre em Geografia Humana e Doutorando em Antropologia Social pela USP.*

BIBLIOGRAFIA

- BECKER, Olga Maria Schild
(1997) "Mobilidade Espacial da População: conceitos, tipologia, contextos". In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa e CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs), *Explorações Geográficas: persursos no fim do século*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- VAINER, Carlos B.
(1996) "A Violência como fator migratório: Silêncios teóricos e evidências históricas". In: *Travessia-Revista do Migrante*, nº 25, maio-agosto, pp.5-9.
- BOSI, Ecléa
(1987) (1ª ed.: 1973) *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo, T. A. Queiroz Editor/EDUSP, p. 362.
- BOURDIEU, Pierre
(1996) "A Ilusão Biográfica". In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina (orgs.) *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, pp. 183-191. (Publicado originalmente em *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* 62/63, 1986).
- PINHEIRO, Francisco José
(1850-1880) "O Homem Livre/Pobre e a Organização das Relações de Trabalho no Ceará". *Revista de Ciências Sociais*, vols. 20-21, nº 1 e 2, Fortaleza, 1989-1990, pp. 199-230.
- OLIVEIRA, Pedro Alberto de
(1988) *O Declínio da Escravidão no Ceará*. Dissertação de Mestrado, Recife, UFPE.
- PORTO ALEGRE, Maria Sylvia
(s/d) "Fome de Braços" - Questão Nacional; Notas sobre o trabalho livre no Nordeste no século XIX. Fortaleza, *Revista de Ciências Sociais*, vol. 16-17, nº 16-17, pp. 105-142.
- POLLACK, Michael
(1989) *Memória, Esquecimento e Silêncio*. Rio de Janeiro, *Estudos Históricos*, vol. 2, nº 3, pp. 3-15.
- POLLACK, Michael
(1992) *Memória e Identidade Social*. Rio de Janeiro, *Estudos Históricos*, vol 5, nº 10, pp. 200-212.
- SORRE, Max
(1994) *Migrações e Mobilidade do Ecúmeno*. In: MEGALE, Januário Francisco (org.). Max Sorre, São Paulo, Ática, pp. 124-139. (Publicado originalmente em SORRE, Max, *Les Migrations des Peuples*, 1955).
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto
(1968) *Urbanização e Tribalismo: A integração do índio Terena numa sociedade de classes*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- MARTINS, José de Souza
(1986) *Não Há Terra para Plantar neste Verão: O cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo*. Petrópolis, Vozes.
- MARTINS, José de Souza
(1997) "O Tempo da Fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira". In: MARTINS, José de Souza, *Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo, Hucitec.
- SADER, Regina
(1988) *Migração e Violência: O caso da pré-Amazônia Maranhense*. In: *São Paulo, Terra Livre*, nº 6, pp. 65-78.
- SANTOS, Milton
(1996) *A Natureza do Espaço: Técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo, Hucitec.

A MEMÓRIA DA CASA

E

A MEMÓRIA DOS OUTROS

José Moura Gonçalves Filho*

Há quatro Centros de Juventude (CJ) em Vila Joanisa, pequeno bairro afastado para a periferia sul de São Paulo. Mantiveram os nomes das comunidades a que estão vinculados: São Carlos, São João, São Francisco e Santa Rita. Sem contar sábados e domingos, as crianças são neles recebidas todos os dias da semana, pela manhã ou pela tarde, antes ou depois da escola. Todo dia há almoço e um pequeno lanche: muitas crianças só nestas refeições têm o que comer; outras, bastam-se com isso para que o alimento de casa fique para o resto da família.

A ocupação da Vila Joanisa foi sobretudo conduzida por famílias de migrantes, gente saída das Minas Gerais ou interioranos paulistas. A avenida Yervant Kissajikian, balizada pelas paradas de ônibus, corta todo o bairro até Diadema. Forma um eixo predominantemente comercial, amontoando pequenas lojas, mercado, açougue, padaria e ramificando-se por ruas bastante íngremes. Dois bolsões de barracos vão logo se expor às margens da Yervant. Se prosseguimos pelas ruas à esquerda (rumo à comunidade São João Batista) ou à direita (rumo à comunidade São Francisco), pelo menos mais uma favela vai se impor de cada lado.

O córrego Zavuvus, espesso e insalubre, banha a favela São João depois de receber esgotos, sucata e até móveis estragados. Nos barracos em que uma porta é a única abertura para o vento brando e para o sol, a umidade e a escuridão apodrecem a madeira: uma mesinha de compensado, cadeiras e camas, necessitadas de ar e de

luz, tornam-se logo imprestáveis. As casas de alvenaria são descoloridas ou cruas e estão sempre a dever algum acabamento. São casas pequenas, geralmente térreas, em que podem faltar janelas ou vidros. Casas de 20 metros quadrados (um cômodo) ou casas um pouco maiores e sem divisão de cômodos. Os moradores melhor sucedidos ficam em sobradinhos de dois quartos.

À noite, os trabalhadores se recolhem cedo. As ruas se esvaziam pouco antes das 20hs, prevenindo-se contra assaltos e crimes. Nenhuma reunião pode se adiantar na noite sem o receio de violentas surpresas. O marido de Dona Maria Alves (comunidade São João), um dia saiu tarde de casa, atrás de cigarros: serviu de escudo para rapazes que queriam se proteger de um tiroteio; foi baleado e morto. Os assaltos, em períodos de recessão econômica, não conseguem poupar nem mesmo os espaços mais sagrados: as cozinhas dos CJ já foram várias vezes assaltadas - num dos assaltos, encontramos bilhetes em que os ladrões famintos se desculpavam pelo crime.

No alto Bransley avistava-se uma grande clareira verde. Único ponto onde a natureza aflorava frondosa e desviava dos ambientes congestionados. Mas sempre permaneceu como um terreno baldio. Aquela área selvagem ficaria ali sem uso, a serviço da valorização imobiliária. Hoje não a avistamos mais: o terreno foi finalmente tampado por prediozinhos pálidos do estilo COHAB.

Ouçõ Natil, coordenadora do Centro de Juventude São João: "O Centro Esportivo é pra quem pode e o 'Deixa Rolar' [uma

quadra esportiva] tem que pagar pra jogar". Os jogos, as crianças e os seresteiros, amigos e namorados seguem aguardando os dias excepcionais no Ibirapuera ou no Anhangabaú. Enquanto isso, vivem do asfalto mesmo, de uma calçada, de um boteco acolhedor ou do recolhimento nas casas e igrejas.

Há uma praça na Vila Joanisa, uma única pracinha, mas não parece pertencer aos joanisenses. Pequena demais, muito cimentada ou excessivamente coberta por paralelepípedos, sem bancos, sem coreto e sem marquises. Mal convém chamá-la praça: vale como parada de ônibus, em que se faz fila e onde motoristas ou cobradores encontram intervalo rápido entre uma viagem e outra. Pracinha para passar, não para passear. Suas grandes árvores, seis, são apenas toleradas: já não suscitam nenhum círculo de brincadeira ou namoro a sua volta. Ninguém pensa em descansar a sua sombra. Quem passa, tem pressa. Para que valessem como árvores seria necessário que a própria praça valesse como praça.

No bairro, as árvores que restam, como as da pracinha, estão geralmente cercadas pelo cimento. E que lamentável poder possui o cimento, que as sufoca, de também inutilizá-las, não porque viessem a desfalecer sem área por onde espriar-se. Não, as árvores são tantas vezes robustas e várias delas mantêm-se graves mesmo ali onde foram cercadas por matéria dura. Mas é que o cimento vem torná-las inconvenientes. O cimento é lançado por motivos funcionais: regula o limite entre calçada e rua, disciplinando os pedestres - estes, justamente, são tidos como homens em mar-

cha, marcha para o trabalho, marcha para as compras. Na cidade, o excesso de pavimentação, a sobrecarga do concreto, dos asfaltos, é sempre índice de que não se pensa nos cidadãos como seres que se detêm, que se demoram ou sossegam. A terra e as árvores amortecem os passos, re-freiam a correria, ondulam a caminhada, distraem, solicitam do andarilho a observação, podem fazer tropeçar. A grama e a luz, temperadas pelas copas, dão vontade de sentar e até deitar. A lógica dos cimentos contamina o relacionamento com as árvores e com a relva: melhor seria que fossem cortadas e cobertas, para o benefício do tráfego, para a consumação sem transtorno dos ritmos citadinos. A aceleração dos dias contraria as árvores, estes seres de repouso, que apenas balançam. As árvores sobram ali, às vezes nem como enfeites, apenas ali: não pareceria absurdo dar cabo delas - quem se daria pela falta?

A alteração da fisionomia esquelética dependeria de uma viva resistência, informada por um protesto ambientalista muito consciente, o que ainda não é traço sólido na cultura joanicense. Quando esfriam os ambientes, quando a aura se desmancha, se uma reação ecológica não é notável, algum aquecimento é todavia possível: um calor trazido pelos dias de ocupação comunitária do bairro, dias festivos (o carnaval, um comício) em que o morador, poupado das pressões cotidianas - e ainda que não suficientemente atento às árvores - encontra-se outra vez no sentimento de ser gente, em meio a seus irmãos de classe. Nas lembranças de Natil, brilha a recordação dos dias felizes em que a prefeitura, associando-se à gente do bairro, fechou a pracinha para a máquina da cidade, abriu a pracinha para os cidadãos:

O carnaval que teve aqui, no ano passado [1992], nossa! Fui em todos, dançamos até. Aqui na Joanisa! Teve programação pela prefeitura, teve carnaval na rua. Aqui tem uma escola de samba, uma escola de bairro: chama "Pé Grande"! Teve apresentação deles e teve várias escolas. Ih! Cê acha que eu perdi? Naquele tempo, a Penha tinha restaurante em que vendia pastel: lá em cima tinha terraço. Nós subia lá em cima. E estava a Penha, estava a Márcia, estava a Adriana, estava um monte de gente lá, a Luzia. Estava o pes-

soal tudinho dançando. Eles fecharam a pracinha, até bem perto da subida que vai pro México! Fecharam lá e Perpétuo da Glória, fecharam todo aquele pedaço! E tinha gente pra caramba. A Luzia é que estava comandando, o Beto, pessoal do PT. Eu estava no meio de gente como gente. Eu estava - como se diz - no meio de gente como a gente mesmo! Não é que tô discriminando, eu sei que você entendeu: estava no meio do pessoal! Porque a coisa mais bonita que eu acho é a massa, organizada, expressando o que sente. Aquilo... não sei o quê, aquilo me dava assim uma satisfação, porque aquilo tem uma energia, uma força, Nossa Senhora! Então eu ficava assim... extasiada de ver aquilo lá, ver aquelas pessoas. E isso me dá prazer, estar ali no meio. Por isso que não perco: porque quem sabe, quem descobre que tem a força ali no meio, não perde.

O BAIRRO IMPEDIDO

A casa humana recolhe uma coleção de objetos que nos ligam ao passado da família: são retratos, panos, livros, algum adorno, móveis, muitas vezes recebidos dos pais, dos avós, objetos que carregam histórias e fazem com que o morador se enraíze, mais além da natureza, também no mundo dos seus ancestrais, ligando o homem a outros homens que o precederam e que o abrigaram. Estar em casa é estar nos outros, é estar em si mesmo estando nos outros. Ocorre que a mobilidade extrema e insegura das famílias pobres, migrantes ou nômades-urbanas, impede a sedimentação do passado. Os objetos herdados, toda esta coleção de bens biográficos não logra acompanhar a odisséia dos miseráveis. São transferidos, são abandonados ou são vendidos a preços irrisórios. A espoliação econômica manifesta-se ao mesmo tempo como espoliação do passado: *não há memória para aqueles a quem nada pertence.* (Bosi, 1994 e 1981)

A ida aos bairros pobres pode assustar. Tememos o ambiente em que se vive de modo agonístico, ambiente precário em que fica difícil reconhecer os traços da memória, ambiente sem heranças, "bairro-dormitório", "bairro operário". Faltam a casa própria e a natureza, faltam a propriedade e a terra livre. Um bairro pobre é o

bairro para onde foi carreada uma multidão de despossuídos, vítimas da expropriação que se abateu sobre seus avós roceiros, sobre os avós negros, os avós mulattos, os avós caboclos. Nas cidades, a espoliação prossegue seu curso, desta vez não tanto destruindo como tolhendo novas construções, retendo-as num estado de inanição, inanição por privação de bens mundanos.

A visão dos ambientes indigentes parece, às vezes, ainda mais impiedosa do que a visão de ambientes arruinados: não são ambientes que o tempo veio corroer ou as guerras vieram abalar, são ambientes que mal puderam nascer para o tempo e para a história.

A Vila Joanisa não é feita de ruínas. Ocorre que ali o trabalho humano sobre a natureza e sobre a cidade parece interceptado. No bairro pobre, as linhas e as formas estão incompletas, não puderam se perfazer. Os meios sobre os quais o homem investe o seu poder de fabricação foram perdidos ou nunca foram alcançados: o resultado destas carências e frustrações é que os poderes mesmos da fabricação humana foram perdidos ou nunca são alcançados - a inventividade gasta-se no ar, sem suporte, quase neutralizada. Faltam os instrumentos, faltam os materiais que suportariam o trabalho humano para a configuração de um bairro.

A montagem de novas formas de vida fica emperrada. Para a carpintaria, pode faltar madeira ou formão, um martelo, um alicate. A alvenaria é sempre adiada, interminável: a compra de tijolos, areia, massa e uma janela, às vezes consumiria o salário de mais de cinco meses e a Vila Joanisa ainda não conhece, para isso, a solução dos mutirões. A cozinheira, quando não está simplesmente sem comida, resente-se da falta de panelas ou condimentos. A educação das crianças resente-se da falta de cadernos e livros. O bordado e o crochê ressentem-se da pouca linha, da falta de novelos e agulhas com gancho. Nos CJ, já vi gente pelejando tricotar com corda fina e barbante. Como pensar no amanhã de uma pequena horta se, quando não falta quintal, faltam as sementes e o adubo? No trecho São Jorge, a terra que se prestaria para um canteiro comunitário é a terra loteada e proibida ou é terra raspada,

esterelizada, sem húmus (um projeto de rua, largado). As rodas do samba ou os forró contentam-se às vezes com um só pandeiro - podem terminar muito cedo por causa da vitrolinha que ninguém conseguia escutar. As procissões vão sem velas e nas festas do padroeiro pode faltar a imagem do santo.

UMA CASA NA NATUREZA

A atenção primária, na Vila Joanisa, pareceria voltada para a casa e para o corpo. As lutas do bairro, quando não tratam de questões de saúde, incidem sobre cuidados em torno da casa: acabamento, recomposição, uma rua que precisasse de saneamento. Um limite para a consciência ecológica pode ser notável entre os moradores da Vila Joanisa que tantas vezes testemunharam passivos a destruição dos espaços naturais, quando não se empenharam mais ou menos inconscientemente na sua redução. No bairro, mais de uma vez assisti à organização de núcleos e caravanas que se empenharam na luta por água encanada, eletricidade e esgotos. Mas até onde posso testemunhar, nenhuma *defesa* de áreas verdes. Vejamos.

O migrante, saído de áreas rurais, quando alcança a periferia das cidades industriais, se não contar com dinheiro bastante, com a generosidade de algum morador ou de algum grupo filantrópico, arriscará passar muitas noites na rua. Para viver sem aluguel ou para dispor de um aluguel barato, deverá geralmente se contentar com um casebre ou um barraco. Se ocupar um lote clandestino, a polícia mais cedo ou mais tarde virá despejá-lo. Se afortunadamente torna-se herdeiro ou comprador de um pequeno terreno, terá agora de haver-se com as severas dificuldades para a construção de boa casa.

A falta ou a precariedade da casa vai expô-lo à ação mais desagregadora da natureza: o frio ou o sol, as chuvas e os ventos - a natureza, enfim, torna-se aquilo de que se deve proteger, nunca aquilo que apenas a casa sólida permitiria usufruir. Como contemplar a chuva ou até enfiar-se nela, indo depois temperar-se nos banhos quentes e nas toalhas, se chega a chover dentro de casa e faltam até os panos de prato? Não há fontes ou bicas potáveis na Vila Joanisa. Nem rio ou piscinas. A água

encanada é frequentemente incerta nas torneiras da periferia. Como experimentaríamos a água como um dom da natureza? Nos bairros suburbanos, não estamos sobretudo obrigados a considerá-la como uma mercadoria cara e intermitente que se deve racionar?

A pobreza talvez não alcance desfazer, no migrante, a amizade pela natureza, mas parece concentrar sua atenção, seu esforço e alegria na construção e aperfeiçoamento da casa mais do que na defesa dos parques. A casa, entretanto, pode não apenas recolher os homens, mas apoiar sua disposição para fora. Resistindo contra a violência natural - no caso de prestar-se a tal resistência - garante a visão alegre da natureza. Os sentimentos ecológicos encontram na casa um mediador privilegiado.

Quando entre mulheres pobres, pelo menos uma vez, finalmente assisti à recordação da natureza, a figura da casa não tardou insinuar-se. Numa conversa com as mulheres do CJ Guacuri, a certa altura, propus que buscassem uma lembrança antiga, muito marcante. Veio então a vez de Irene, emigrante da periferia de Fortaleza. Foi em quem floresceu, claramente, a emoção ecológica. Lembrou o horizonte. O grupo estranhou: "o horizonte?", "Irene tá doida!". Interrompendo as risadas, emendou a cearense:

Ah, gente! Nunca mais abri uma janela onde o olhar vai embora! O céu, o sol descendo, vermelho, noite de lua e estrela, tudo de bom pra olhar. A gente se perdia em pensamento. São Paulo, credo! Você abre a janela e já dá com a cara na parede. Quem passa, nem cumprimenta!

Natureza, janela, visão, felicidade, pensamento, tudo se reunindo. E note-se como a casa fez sua discreta aparição na contemplação e memória da natureza: é de uma janela que Irene espiava o horizonte.

Os imigrantes - cujo liame ancestral encontra o passado rural - conhecem, como nenhuma outra classe, a solidariedade entre os seres do mundo, naturais e humanos, selvagens e culturais. Nos descendentes emigrados, entretanto, pode insistir - até quando? - a lembrança de um mundo onde o homem era atraído, como em nenhum outro, pela natureza e pelo vizinho (Bosi, 1981). Esta atração foi interrompi-

da pela organização capitalista da cidade: trabalhadores isolados; cidadãos isolados; casas isoladas, sem horizontes; praças isoladas, sem companheiros.

UMA CASA NOS OUTROS

As lembranças da construção da casa carregam sempre o momento em que encontram os outros homens: falar da casa faz falar da casa nos outros. Façamos uma experiência: acompanhemos lembranças de Dona Léia. Veio de Nova Lima, cidadezinha mineira, bem vizinha a Belo Horizonte. Casou-se com Joanes, noalimense, empregado como operário em São Paulo. O trabalho distante havia afastado os noivos. Logo que casou, decidiu acompanhar o marido. Em São Paulo, Joanes morava como agregado, em Vila Isa. Sete anos depois, mudaram-se para a Vila Joanisa, quando puderam comprar uma casa. Léia foi fundadora, monitora e coordenadora do CJ São Francisco. Viveu em São Paulo durante quase 20 anos. Hoje, mora outra vez em Nova Lima, onde concedeu esta entrevista:

A Vila Joanisa, a primeira vez que eu vi, foi quando eu fui procurar uma casa pra morar. E tava procurando na Vila Joanisa e encontrei a igreja da Vila Joanisa: Santa Rita. Aí me explicaram que pouco abaixo tinha uma imobiliária. Chegando na imobiliária, foi muito curioso. Quando chegou lá, tinha casa pra alugar mas não estava no nosso alcance. Nós saímos de lá meio desanimado. E tinha um senhor lá. Esse senhor acompanhou a gente mais uns passos e falou: "Eu tenho uma casa pra vender no Jardim São Jorge, vocês não gostariam de ir lá olhar?"

Aí nós fomos. Ele ainda levou a gente por uns caminhos muito perigoso - a Vila Joanisa naquele tempo era muito esquisita. Tinha assim muita trilha, muito... Não tinha rua direito, passei em cima de uma lixaída danada. Quando vi a casa, eu gostei do lugar. Meu marido falou que eu era estranha - que tinha me levado em casas muito melhor. Aí na Vila Joanisa mesmo, eu tinha olhado uma na Fanfula. Não gostei. E aquela, onde tava no lugar mais feio, foi que eu gostei. E dali nós já fizemos negócio.

[Que foi que você gostou?]

Da casa? Eu achei que o lugar.. O

lugar tava... Sei lá - bateu, assim ni mim, que o lugar era muito... que ia crescer! E é um lugar que se identificava um pouco comigo. O bairro não era bonito, as casas era feias. Por sinal, tinha poucas casas boa. Mas eu vendo aquela população muito miúda, do outro lado lá no São Carlos, aqueles barraquinho tudo, eu senti que ali dava pra crescer! E meu marido meio amedrontado - ficou receoso da gente ir pra lá. Mas eu falei com ele: "foi aqui que eu gostei". Eu me lembro que ele ainda falou com o dono da casa: "É. Quem vai ficar em casa é ela. Eu vou sair, vou chegar só à noite." E achei que era lá que nós deveria de ir. Ia sobrar um dinheirinho - nós íamos comprar casa e ainda ia sobrar um pouco de dinheiro pra gente. E eu como sempre pensei - nunca pensei assim grande coisa - achei que pra mim tava ótimo aquilo ali.

[O lugar era aquele que eu conheci?] É aquele que você conheceu. Só que não era daquele jeito. Você chegou de me conhecer num quarto e cozinha? Não, né? É... fui pra lá num quarto e cozinha! Sem acabar. Só tinha as parede em pé. Piso grosso. Aos poucos é que a gente foi fazendo, até fazer a minha casa. Dali encontrei vários amigos. Eu ia pra lá - pra limpar - e já fazia amizade com as vizinhança. E cheguei. E gostei. Lá fiquei. Durante dez anos.

[A Vila Joanisa se modificou nestes dez anos?]

Nossa, muito! Logo que eu cheguei na Vila Joanisa, num dia de domingo - foi mês de outubro - houve uma multidão do outro lado: assim um povo junto. Aí eu fiquei curiosa com aquilo. Porque nos primeiros dias que eu tinha chegado foi muito terror, teve muita morte, mataram muitas pessoas. Meu marido quis me tirar de lá porque na primeira semana, num dia só, matou um num lugar, outro noutro, outro noutro. Então a gente ficou meio aterrorizada. Aí um dia, um domingo, vi do outro lado cheio de gente - achava que tinha acontecido alguma coisa. Perguntei uma vizinha, ela falou: "Não, ali é uma igreja".

E aquilo me deixou muito curiosa. Porque não era uma igreja, era um barraco de tábuas. E me deu vontade de ir nessa igreja. Fui. À missa. Gostei muito. Achei

a missa assim muito estranha. Porque quando eu cheguei lá, o povo tudo humilde - que eu senti que eles era humilde - e a mulher de Seu Malaquias gritou lá de trás: "Eu quero que celebre a missa pra fulano". Achei aquilo gozado. [Pausa. Um sorriso demorado] Porque eu tava vindo de uma igreja mais tradicional, onde a gente tinha que ir impecável! Ali não, todo mundo à vontade, de chinelo. E eu fiquei curiosa com aquilo.

O padre era um padre muito bacana. Ele percebeu que a gente era de fora. Perguntou. Eu expliquei. Ele me convidou: que tinha um clube de mães, se eu não queria participar, que era nas quinta-feira. Aí eu empolguei, dali eu fui e daí eu vi o bairro crescer. Porque começou a igreja, começou - passou pra um salão. Depois do salão foi aumentando, passou pra uma Igreja e a população ao redor dela também cresceu. Foi onde saiu casas melhores. Tinha muito barraco, mas também tinha muita casa boa. A rua que eu morava também tinha poucas família, mas foi chegando um, foi chegando outro e foi crescendo e... a Vila Joanisa como um todo... cresceu! [Quando Léia fala em Vila Joanisa, refere-se mais particularmente às regiões de São Jorge e São Carlos, em torno de sua casa.]

[Aquele padre quem era?]

Padre Maurílio. Era o Maurílio. Cheguei com padre Maurílio. E ele parece que simpatizou comigo naquele momento, ele me convidou, eu também atendi. Já existia o Clube de Mãe - tinha alguns dias que eu tinha chegado lá e o Maurílio me chamou, eu empolguei, fui. Na quinta-feira que ele falou pra mim ir eu fui. Gostei. Achei que era gratificante. Fiz inúmeras amizade. Quem coordenava o trabalho era Dona Maria Reis. Você não conheceu não, né? Uma pessoa maravilhosa. E a gente se entrosou mesmo e dali eu não saí mais.

Logo depois - eu tinha uma menina pequena - ela foi criada lá dentro, me ajudando. Eu levava ela pra me ajudar nesse trabalho. Cássia. E ali eu fiquei. Surgiu o trabalho da gente. A gente trabalhava com as mães. Eu ensinava costura, eu ensinava assim o que eu sabia e aprendia também outras coisas com quem sabia uma coisa diferente. As mães, pra aprender a costurar, levavam muitas criança - daí surgiu a

idéia da gente fazer um trabalho separado pras criança. Então, em vez de eu dar um dia de ajuda pras mães, a gente dava dois - e ia um dia com as mães, outro dia a gente ia com as criança.

[A tua casa era em São Jorge?]

São Jorge.

E na minha casa... era muito curiosa. Eu sempre fui muito curiosa. Meu marido saía pra trabalhar - e ele trabalhava quinze dias de dia e quinze à noite. Então quinze dias eu ficava sozinha à noite. E de noite era um tiroteio danado. Na minha casa tinha um vitrô, no alto, que era só vidro - não era veneziana não. E tinha um vidro quebrado. Eu subia em cima do armário de cozinha, quando dava tiro, pra mim ver o que tava acontecendo do outro lado. Por isso eu vi muita coisa triste que eu não precisava ter visto. E... Mas passou, né?

[Você se lembra de alguma coisa?]

O dia que mataram um rapaz pra baixo da igreja - numa construção que tavam fazendo a umas cinco casas abaixo da igreja. Na hora dos tiro eu subi. Eu consegui ver o vulto da pessoa correndo, a pessoa que atirou - não identificava, mas conseguia ver o vulto, via a correria do pessoal. Eu não me recordo como é que o rapaz chamava. Eu ficava com aquilo sempre na minha cabeça. Qualquer barulhinho que dava, eu corria. Eu vi entrar em muitas casas, devido à minha curiosidade. Devido à curiosidade, eu vi entrar na casa do vizinho, participei de muita coisa triste. Só não podia falar nada, tive que ficar quieta - porque senão eu podia morrer - e chateada. Mas ao mesmo tempo eu pensava: isso é normal, um dia isso vai acabar, mas não acabou não.

[Você lembra algo mais sobre as primeiras semanas na Vila Joanisa?]

Na Vila Isa, lá eu participava no Campo Grande, com o padre Getúlio: uma igreja assim mais tradicional, mais de o povo ir muito arrumado arrear as pessoas que tava bem vestida, que não tava - era mais um desfile de moda. Não foi tão diferente. Agora, a do São Francisco sim, essa eu achei diferente: a humildade, já só de não ser uma igreja mas uma casinha de madeira, madeira toda remendada, caindo aos pedaço. E achei o padre assim muito humilde, muito comunicativo: porque ele celebrava a missa, ao mes-

mo tempo ele conversava com as pessoas. A pessoa tinha espaço de pedir na hora da missa o que ela quisesse, como a Nalva pediu: eu achei aquilo fantástico, eu nunca tinha visto em lugar nenhum - foi minha primeira experiência.

[Léia, você lembra também sua chegada a São Paulo, em Vila Isa?]

Na Vila Isa eu vivi sete anos. É. Sete anos. E lá eu fiz também muita amizade - que eu sempre tive facilidade. Eu casei. No dia que eu casei, fui direto pra Vila Isa. Foi muito importante o dia que eu cheguei na Vila Isa. A mulher que eu fui morar na casa dela veio me conhecer antes [em Nova Lima] - é que Joanes me elogiava, falava muito, aí ela veio. Chegou lá, ficou muito preocupada dele me levar pra casa dela: era um quarto e cozinha - a vida em São Paulo era um quarto-e-cozinha mesmo! E ela tinha vindo, conhecendo a casa da minha mãe que era uma casa boa. Ela falava com ele que era loucura dele me levar pra lá. Mas ele falou que sabia o que tava levando e levou.

E foi muito bom, lá eu fui muito feliz. Ela foi uma ótima amiga que eu tive. Me ajudou muito. Eu me lembro - me lembro até hoje! - de quando eu tava grávida. Ela era nortista, gostava de fazer "capitão" - amassar feijão no arroz com a mão. Ela tinha que fazer capitão pra mim comer, porque eu não queria comer outra coisa a não ser aquilo! Ela amassava, misturava arroz, feijão, farinha e fazia aquelas booola! E me dava pá comer! [Rindo:] E eu ficava assim feliz. Era muito querida deles. Ela tinha muitos filhos, tudo mundo me tratava muito bem. Eu me lembro de um dia que Joanes - ele não comprou fogão quando nós casamos, porque dinheiro... Ele comprou tudo, mas fogão ele não comprou. Tinha um fogão dele, que ele já usava. O fogão tava velho. Eu fui lavar a cozinha - não lembro se fui lavar a cozinha ou se choveu, entrou água - eu sei que eu tava puxando a água, escorreguei, enfiei debaixo do fogão, cortei a perna: e foi sangue, a cozinha ficou toda vermelha! Ele apertado, eu chorando, e foi ela que me deu muita força, que ajudou muito a gente. Ela chama Dona Lúcia. Uma pessoa que eu gosto muito.

[Vocês moravam na casa...] No fundo da casa dela. Ela morava na frente e eu

no fundo. No dia que eu cheguei, eu passei vergonha, porque ela tem muita moça, muito rapaz, eles fizeram muita brincadeira. Eu saí de Nova Lima, não tava preparada pra isso, né? Era muito tímida, muito... muito eu, né? E cheguei lá, eles cheio de história, de brincadeira, o primo dele. E eu queria cair no chão de vergonha. Mas... passou. Foi gostoso. Agora eu lembro, quando eu lembro me dá saudade.

Depois de lá eu mudei para uma outra rua, quase na esquina, porque ela precisou da casa pro filho casar. Aí eu tive que sair pra dar um lugar pro filho. Fui pra casa do João, que foi outra pessoa maravilhosa, que nos ajudou demais e... Só que lá eu tive muito problema - que a cunhada dele morava no mesmo quintal, aí a gente desentendia um pouco. Mas... superamos, passou. Fiquei acho que três, três anos lá. Aí ele ia precisar casar, ir precisar da casa também, saímos nós de novo...

... e fui morar na casa dum português. Essa sim. Essa foi mãe de verdade. Nós entramos pagando um aluguel e com o mesmo aluguel que a gente entrou, a gente saiu. Ela já nem queria cobrar mais. A gente passou a ser um filho deles, né? Mas ela tinha suas vantagem e as desvantagem. Ela não gostava de criança. Eu costurava - eu não podia receber meus amigos. Ela era muito exigente.

Tava só com Vladimir [o primeiro filho]. E ganhei a Cássia lá. Mas logo que eu ganhei a Cássia, nós saímos. Ficou pouco espaço, a gente saiu. Ela tinha carinho por eles, mas não dava liberdade. O Vladimir não podia brincar com um colega - ela não deixava. Até mesmo meus parente tava difícil pra mim receber. Então Joanes se chateou, porque chegava e me achava chorando, sempre chorando. Aí ele resolveu fazer um acordo na firma, para comprar casa e foi onde a gente comprou a do São Jorge.

Dona Maria [a senhora portuguesa] era casada com Sô Félix. Eles não tinham filhos, né? A gente fazia muita festinha junto. Era gostoso o ambiente da gente. A única coisa que eu sentia era do menino não ter liberdade de brincar nem no terreiro - ele não podia pôr a mão na parede, não podia sujar... Eu brincava no chão com ele, para enterter ele. Porque eu não podia deixar outras criança brincar. Eu

me lembro que eu costurava muito para a família da cantora Simone - mãe dela, as cunhada. Então eles ia lá pra casa - esse pessoal que gosta de ficar à vontade e tudo. E eu tinha que ficar fechada lá dentro com eles. E a Vanilza falava comigo assim: "Léia, eu tenho inveja de te ver você assim, porque eu não tenho paciência de brincar com os meus filhos como você tem de brincar com o seu" - porque chegava lá e me achava no chão brincando. Mas não era por paciência, era por necessidade: eu não podia privar ele da infância e não podia também deixar ele sair pra rua brincar, pôr um coleguinha pra brincar com ele.

Então isso foi a única coisa que me chateou na casa. Mas até hoje vou lá, visito, fui agora passear, fui lá. Ele tá sozinho - que ela morreu. E ele sempre fala que: inquilino que ele teve foi a gente, ele nunca teve um outro que fosse como a gente! Mas eu tive que engolir muita coisa pra poder passar. Ela chegava do serviço - ela trabalhava - ela buscava ele pra tomar chá com ela. Só que era cheio de etiqueta, cheio de coisinha, mas ele aceitava tudo - é que gostava muito dela. Mas a família foi crescendo e eu sabia que não ia poder mais segurar as pontas. A Vila Joanisa sim: eu tive maaais liberdade.

Nova Lima é cidadezinha formada em torno dos negócios de Morro Velho - uma mina de ouro cuja exploração atraiu capitalistas, engenheiros e mineiros. A cidadezinha conheceu, na distribuição dos bairros, a mesma hierarquia que vinga no interior da mineradora: as famílias de mineiros concentram-se na parte baixa da cidade; as famílias de engenheiros e patrões nas partes média e alta. Uma cidade talvez em atraso quanto à modernidade dos grandes centros, mas perfeitamente em dia quanto às separações do território. Dona Léia nasceu no bairro baixo, filha de um dos cozinheiros de Morro Velho, já falecido e que diziam contar com a inteira confiança dos patrões ingleses - o pai de Léia era o homem escolhido, em fins de semana, para acompanhar a "caça às antas" (a região, naturalmente, não possui "raposas"). Cabia ao cozinheiro a limpeza e o trato da carne abatida. Léia comenta que os miúdos de anta, com que seu pai era recompensado, eram bastante saborosos -

supõe que o lombo fosse melhor, nunca comeu: como a empresa e a cidade, também as refeições conhecem o prato dos pobres e o prato dos ricos.

Foi entre as casas e ruas mais simples de Nova Lima que a menina e a jovem cresceram, foi em meio a um bairro pobre que se formou sua comunicação com o mundo, foi ali que conheceu Joanes. É sob este prisma que se deve buscar alguma compreensão para a curiosa ou estranha preferência de Léia, então na Vila Joanisa, pelo lugar da primeira casa própria paulistana:

Sei lá - bateu, assim ni mim, que o lugar era muito... que ia crescer! É um lugar que se identificava um pouco comigo. O bairro não era bonito, as casas eram feias. Por sinal, tinha poucas casas boas. Mas eu vendo aquela população muito miúda, do outro lado lá no São Carlos, aqueles barraquinho tudo, eu senti que ali dava pra crescer! (...) E achei que era lá que nós deveria de ir.

Léia alega motivos também orçamentários (boas casas estavam fora de alcance e uma modesta ainda lhes reservaria algum dinheiro). Todavia, destaca-se o motivo profundo: o lugar “mais feio” foi que “gostou” e fazia sentir “crescimento”. No trecho de fisionomia noalimense, quando se restabelece o sentimento de hospitalidade na cidade expulsiva, é que Léia experimenta a possibilidade de crescer.

Deveríamos suspender qualquer suposição muito mórbida sobre a escolha de Dona Léia. A migrante dá sinais inegáveis de que é coisa dura e humilhante viver de “quarto-e-cozinha”. A frase “minha casa” é reservada para a casa que finalmente construíram, a casa que “cresceu”. Conheci esta casa: dois quartos, uma sala, cozinha, dois banheiros e um quintal (onde se fazia churrasco de lombo!).

Quando Léia estava de mudança para São Paulo, Dona Lúcia advertia o marido sobre a loucura de levar a esposa: “mas ele falou que sabia o que tava levando e levou”. São Paulo forma e estigmatiza “moradores de quarto-e-cozinha”. Mas Joanes estava preparado, sabia que a esposa valia mais, não a confundia com as medidas de um casebre e de um fogão enferrujado.

A idéia de “crescimento” vai logo aplicar-se à comunidade São Francisco, onde

também encontrou hospitalidade entre alguns paulistanos - assombrada pela visão e barulho dos que “matam” ou oprimida pela arrogância dos que “desfilam impecáveis, 'arreparando' os bem e os mal vestidos”, a migrante finalmente encontrou “casa” em homens e mulheres humildes. Vem a narrativa de sua empolgação com a “igreja que não era uma igreja, era um barraco de tábuas”, em que se podia “entrar de chinelo e falar à vontade”. Neste ponto, é comovente ouvi-la passar para a descrição, algo exagerada, do crescimento irresistível de toda a Vila Joanisa! O trecho é disparado logo depois de acrescentar a aproximação de um homem, Maurílio - “um padre que conversava com as pessoas” e aproximou-se para recebê-los:

Ele percebeu que a gente era de fora. Perguntou. Eu expliquei. Ele me convidou: que tinha um clube de mães, se eu não queria participar, que era nas quinta-feira. Aí eu empolguei, dali eu fui e daí eu vi o bairro crescer. Porque começou a igreja, começou - passou pra um salão. Depois do salão foi aumentando, passou pra uma Igreja e a população ao redor dela também cresceu. Foi onde saiu casas melhores. Tinha muito barraco, mas também tinha muita casa boa. A rua que eu morava também tinha poucas famílias, mas foi chegando um, foi chegando outro e foi crescendo e... a Vila Joanisa como um todo... cresceu!

Os homens começam nos homens. Parece haver dúvida?

Os homens também se interrompem nos homens. Mais adiante, vem a “noite de tiroteio danado”: “vi muita coisa triste que não precisava ter visto”, “mataram um rapaz pra debaixo da igreja - numa construção que tavam fazendo”, “não identificava a pessoa que atirou mas conseguia ver o vulto, via a correria do pessoal”, “eu não me recordo como é que o rapaz chamava”, “vi entrar na casa do vizinho”, “não podia falar nada, tive que ficar quieta porque senão eu podia morrer”, “pensava: isso vai acabar, mas não acabou não”. A violência, traumática, obsedia: “aquilo sempre na minha cabeça”. A violência alarma, cancela os nomes, invade as construções e o vizinho, emudece, mata. Mata a vítima. Mata o matador: vira “vulto” um “elemento”, diz a polícia.

A violência, ilimitada e destrutiva, anônima, não admite resistência, violência sem fim. Faz ver coisas tristes e enigmáticas: chateia, fere, assombra e, nesta medida, seduz, despertando a curiosidade compulsiva - a necessidade de ver: “qualquer barulhinho que dava” e a mulher corria; “quando dava tiro, corria para cima do armário de cozinha, pra ver o que tava acontecendo do outro lado”. Violência. A atração que desperta representa também o esforço por vigiá-la e controlá-la. Voltamos à área dos crimes e dos traumas, impulsivamente, a fim de metabolizá-los, a fim de vencermos o impulso. A necessidade de ver, angustiante, é o esforço para conter impulsos sem nome, é o pedido de nomes, pedido de significado - enquanto não vem a palavra, o homem é paralisado ou responde com violência à violência.

A violência, sempre sem palavras, dessignificada, pede palavras - quando a palavra não é possível, pede a visão, a necessidade de ver e de ver, sem que a visão possa decifrar coisa alguma. Apenas a palavra pode orientar na violência. Mas o exercício da palavra, seu desdobramento, só é possível fora de toda violência. A violência e a palavra, lembra Hannah Arendt, excluem-se mutuamente. A violência interrompe a cidade, área dos falantes, interrompe a cidadania, área dos dialogantes. A cidadania interrompe a violência.

O marido no turno da noite; a mulher em casa, sozinha. Vinham os tiros ou os barulhinhos intrusivos. Sem poder dizer nada, espiava. *Eu sempre fui muito curiosa.* Mas a “curiosidade” conheceu também outras fontes e outros destinos - formou-se por exemplo quando viu gente aglomerada na igreja que não parecia igreja: *fiquei curiosa com aquilo.* A multidão que parecia em torno de um crime, era igreja. A igreja era um barraco de tábuas. Seus fiéis não eram gente impecável, vestiam chinelo e opinavam. A curiosidade despertada pela reunião e participação dos pobres. Eis aí experiência estranha e surpreendente, absorvente como a violência, mas não traumática como a violência. O acolhimento do homem humilhado por um “povo tudo humilde”: experiência estranha mas que não é sinistra (ou será sinistra e traumática para quem encontre razões, privilégios e segurança na desigualdade e no

comando de subalternos?). Para Dona Léia, experiência inter-humana "empolgante", apontada como a base de todo crescimento. Léia insiste no poder que vem da alegre experiência comunitária. Insiste e exagera. Mas a comunidade, de fato, animou construções e lutas no bairro, em que a forasteira novalimense se empenhou vivamente. Com a convivência é que vem o ânimo para as fabricações culturais, para a construção da casa e do bairro.

Eis como Dona Léia caracterizou uma igreja tradicional: como um "desfile de moda", todos se medindo pelas aparências. "Eu tava vindo de uma igreja mais tradicional, onde a gente tinha que ir *impecável*". Curiosa palavra. *Ambígua. Impecável*: muito bem vestido, o grande alinhamento, sem falha ou defeito, perfeito, feito com toda correção - mas também o que é sem pecado, o que não é sujeito a pecar, o imaculado e o imaculável. A igreja tradicional mede externamente e bloqueia a humanidade dos homens. A igreja dos pobres - "uma casinha de madeira, madeira toda remendada, caindo aos pedaço" - é igreja que não parece uma igreja: tal como o homem humilhado, que não parece homem. O humilhado, como um barraco caindo aos pedaços, surpreende: não ostenta sua humanidade; sua aparência chega a contradizê-lo e, no entanto - aí reside seu impacto sobre outros homens, sobre nós - sua humanidade manifesta-se através de sinais mínimos, agonísticos mas essenciais:

A (igreja) do São Francisco sim, essa eu achei diferente: a humildade, já só de não ser uma igreja mas uma casinha de madeira, madeira toda remendada, caindo aos pedaço. E achei o padre assim muito humilde, muito comunicativo: porque ele celebrava a missa, ao mesmo tempo ele conversava com as pessoas. A pessoa tinha espaço de pedir na hora da missa o que ela quisesse, como a Nalva pediu: eu achei aquilo fantástico, eu nunca tinha visto em lugar nenhum - foi minha primeira experiência.

A igreja tradicional concentra as pessoas em impecáveis aparências, vigilantes e mudas. A igreja dos pobres abre um espaço de aparição. As aparências da igreja impecável impedem a aparição: não criam um espaço público, de iniciativas e pala-

vas variadas, mas um espaço de uniformização e, portanto, de exclusão.

O humilde - é o que indica o depoimento - suporta o humilhado: aproxima-se, conversa. O humilde, despojado, suporta o despojamento, a desfiguração do humilhado e dirige-se a ele porque experimenta-se a ele ligado como a uma pessoa. Neste sentido é que Dona Léia nos faria compreender a idéia religiosa de que a humilhação, tem na humildade alguma redenção: não tanto porque na humildade houvesse sublimação da humilhação, mas porque na humildade o humilhado faz a experiência inesperada de sua aparição. Desde então, quer aparecer outra vez e queremos que apareça, nós todos juntos condenando a humilhação dos homens pelos homens.

O VIZINHO E O COMPANHEIRO

O vizinho, para Dona Léia, não é simplesmente quem mora ao lado:

Dali encontrei vários amigos. Eu ia pra lá (sua casa, em São Jorge) - pra limpar - e já fazia amizade com as vizinhança.

O valor do "vizinho" ou do "companheiro" na cultura popular não é traço meramente peculiar e que se chegaria ao cúmulo de considerar apenas pitoresco. É índice de que a casa não começa e termina na casa. Fazer vizinhança é um elemento empenhado na construção da moradia. Quando estive em Nova Lima, o convite de um vizinho - para o aniversário do filho - era irrecusável. Quando disse que - como não o conhecia - eu não iria, ninguém entendeu. Tive que ir. E a visita a uma parente de Léia, na mesma noite, precisava supor ao menos uma passadinha pela casa de todos os demais! Sem dúvida, pode haver algo de muito rígido nestes costumes - nossas dívidas para com os outros sendo a todo tempo lembradas. Mas não reconheceria nisso o descaso pela privacidade ou, mais radicalmente, pela liberdade.

Léia faz breve alusão a conflitos no terreno de João, seu segundo hospedeiro em São Paulo - "a cunhada dele morava no mesmo quintal, aí a gente desentendia um pouco". Viver perto demais pode agravar o caráter intrusivo ou coartante da convivência: os amontoados, brigam - ou sufocam. Os imigrantes agregados ou inquilinos conhecem bem este congestionamen-

to. Às vezes, é a família toda dentro de um único cômodo, na casa do proprietário. Noutras vezes, vão para as casas minúsculas, todas num mesmo quintal. Foi a falta de liberdade o que desgostou Dona Léia, inquilina na casa de Dona Maria. Uma falta de liberdade que era mais do que falta de privacidade: liberdade para as sujeiras e brincadeiras das crianças, com os coleguinhas; liberdade para a visita dos amigos adultos e de parentes. O marido chegava e se chateava: encontrava a mulher chorando, sempre chorando. A família crescendo. Era hora urgente de uma casa própria, quarto-e-cozinha que fosse, mas um casebre mais aberto, mais tolerante e não "cheio de etiqueta, cheio de coisinha".

De qualquer modo, em Dona Léia não falta apreço por aqueles que primeiro viabilizaram sua residência em São Paulo: Dona Lúcia, "ótima amiga"; João, "pessoa maravilhosa"; Dona Maria, "mãe de verdade". Hospedeiros todos pobres.

A imigrante grávida só sabia alimentar-se de "capitão": a comida que vinha pelo condimento das mãos, mãos de Dona Lúcia - a nortista, que vai também acudir a ensanguentada e cuja família desinibiu a novalimense. De Dona Maria, os forasteiros foram os "filhos" - a "mãe" já nem mais queria cobrar aluguel. São lembranças cheias de agradecimento por quem deu a mão, carinhosamente, na hora das privações, das necessidades e dos acidentes. Gente que cuidou dela e dos seus.

Mas há lembranças de outra gente: Maurílio, Nalva, Maria Reis, as mulheres do Clube de Mães. Neste caso, a memória parece incidir sobre outra modalidade de acolhimento. Um acolhimento que não apenas protege mas faz "crescer". A lembrança dos que cuidaram dela - seus primeiros parceiros em São Paulo - só vem depois da lembrança dos que contaram com os cuidados dela própria - seus últimos parceiros, mas os primeiros lembrados, companheiros decisivos. Decisivos em que sentido?

A lembrança destes conta não por um caráter maternal ou filial. São lembranças de relações não-complementares, em que é notável a memória de reciprocidade e de iniciativas:

Ele me convidou: que tinha um clube de mães, se eu não queria participar, que

era nas quinta-feira. *Aí eu empolguei, dali eu fui e daí eu vi o bairro crescer.*

(...) ele me convidou, eu também atendi. E a gente se entrosou mesmo e dali eu não saí mais. (referindo-se a Dona Maria Reis) (...) eu ensinava assim o que eu sabia e aprendia também outras coisas com quem sabia uma coisa diferente.

São Pessoas encaixadas não por lhe terem servido mas por lhe terem solicitado e recebido os seus próprios serviços. A gratidão é pelo que se recebe: e o que se recebe, especialmente, é a oportunidade de ofertar também. Tudo caminha, finalmente, para a radicalização da receptividade, para um receber sem objeto: receber do outro não uma coisa, mas sobretudo a chance de recebê-lo também. São relações onde se fica porque delas se sai de si para os outros.

A acolhida intersubjetiva, a acolhida dos dons, a acolhida mútua dos doadores - doadores de coisas e, finalmente, doadores de si mesmos - faz o sentimento de habitação. Onde há sentimento de habitação, aí queremos a nossa casa.

A generosidade dos outros é inesquecível. Vem como o cuidado que nos foi dedicado em situações de penúria. Vem finalmente como consentimento de nossa própria generosidade - é quando a generosidade dos outros consiste num apelo para que focalizemos não tanto a penúria, a carência de uns e de outros, mas a generosidade de todos: apelo para que o sujeito vise o sujeito não como objeto de seus cuidados mas como sujeito também. Esta interpelação é mais do que inesquecível - instaura em nós o ingresso na subjetividade pela intersubjetividade, instaura a passagem para a humanidade de nós todos. Instaurou em Dona Léia o crescimento irresistível.

Um crescimento em que quis logo incluir a filha, desde pequena. A menina foi criada ajudando a mãe a ajudar - fora de casa. Cássia era trazida ao Clube de Mães, clube "sem" filhas, em que cada qual é mãe de mães. Em casa, não se tinha com quem deixar as filhas pequenas. Mas Dona Léia, ao trazer a menina consigo, faz mais do que vigiá-la:

(...) eu tinha uma menina pequena - ela foi criada lá dentro, me ajudando - eu levava ela pra me ajudar nesse trabalho.

Cássia. E ali eu fiquei. Surgiu o trabalho da gente. A gente trabalhava com as mães. Eu ensinava costura, eu ensinava assim o que eu sabia e aprendia também outras coisas, com quem sabia uma coisa diferente. E daí surgiu uma idéia - as mães, pra aprender a costurar, levavam muitas criança - daí surgiu a idéia da gente fazer um trabalho separado pras criança. Então, em vez de eu dar um dia de ajuda pras mães, a gente dava dois - e ia um dia com as mães, outro dia a gente ia com as criança.

A menina foi criada lá dentro, cresceu numa comunidade de dons, onde sua mãe também "cresceu". "Surgiu o trabalho da gente", que se quis então estender às crianças do Clube e, finalmente, do bairro: foi quando então surgiu o primeiro CJ no trecho São Jorge, Vila Joanisa.

Muita coisa falta ao mundo dos pobres. A pobreza rouba os materiais da cultura. O fundamento da cultura, entretanto, pode estar de pé: há gente ali, reunindo-se, recebendo-se. Os edifícios são precários, mas abrigam as iniciativas de sua reforma. A precariedade mesma dos prédios, paradoxalmente, pode valer provisoriamente como um bem: ajuda ver que o mais sólido, ali, é a companhia dos outros homens, visão essencial para o ânimo de fabricar bairros.

O poder humano é efeito da reunião não-violenta dos homens (Arendt, 1993). Se faltam poderes entre os pobres, isto não vale como sintoma congênito. A doença é política. A falta de poderes é sintoma da falta de reunião. Nada mais. E nada menos. Os pobres carecem de reunião. Também nós carecemos, na cidade dividida. Somos todos fracos fora da cidade igualitária: as cidades industriais alimentam-se da violenta força de se reproduzirem na desigualdade, sempre fracas para produzirem uma Cidade. Uma Cidade precisa de cidadãos - uma fábrica não produz cidadãos, produz mercadorias. Cidadãos não é coisa que se fabrica: cidadãos, reúnem-se. Reúnem-se na igualdade, na palavra, no poder repartido - quem sabe um dia, dentro da própria fábrica.

Os pobres não esperam pela riqueza para serem homens: esperam pelos homens que também esperam por eles. Desde então, lutam pelas casas e, quem sabe, ve-

nam a lutar pela natureza. Dependem de nós na mesma medida em que dependemos deles, na mesma medida em que os homens dependem dos homens para saberem-se humanos.

Digamos melhor: digamos que o homem pobre encontra-se mais do que qualquer outro homem na dependência da solidariedade inter-humana, de que todos dependemos. Mais do que qualquer outro, experimenta-se dependente. Pode alienar tal dependência e sonhar um dia, enriquecido, já não mais depender - é compreensível que aspire por tal libertação, uma vez que sua dependência do outro homem geralmente supõe sua servidão ao outro homem. A vida comunitária - altamente politizadora sob este aspecto - é o que ao mesmo tempo, pode manter nossa dependência inter-humana e recusar toda servidão.

A aguda dependência dos pobres carrega, paradoxalmente, uma chance - uma chance às vezes reconhecível na experiência comunitária: a de não recusar nossa dependência, ao mesmo tempo proibindo suas formas violentas. É a chance, justamente, de não alienar a dependência, transferindo-a para uma classe de homens subordinados. Os ricos, tão dependentes do trabalho de seus empregados, acreditam que são independentes. Os pobres estão, muitas vezes, melhor posicionados do que os ricos para resolverem o problema de nossa dependência, politizando-o. A formação de uma Cidade beneficia-se destes laboratórios, destas oficinas públicas e igualitárias, onde o direito do homem se impõe como dependente do outro homem. Tão diferente dos debates burgueses, em que só contam os direitos do indivíduo, do homem em isolamento.

** José Moura Gonçalves Filho é Prof. e Pesquisador no Dpto. de Psicologia Social do Trabalho/USP e Assessor dos Centros de Juventude na Vila Joanisa.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENDETT, Hannah
(1993) *A Condição Humana*. Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- BOSI, Ecléa
(1994) *Memória e Sociedade*. São Paulo, Companhia das Letras.
- BOSI, Ecléa
(1981) *Cultura de Massa e Cultura Popular: leituras de operárias*. Petrópolis, Vozes.

MIGRANTES CANUDENSES EM SÃO PAULO

A MEMÓRIA NUM CONTEXTO DE DISCRIMINAÇÃO

José Roberval Freire da Silva*

"Meu nome é Marli, tenho 18 anos, sou canudense com muito orgulho. Antes de mais nada, eu gostaria de agradecer muito a vocês porque não é fácil sair de São Paulo, ficar quase três dias dentro de um ônibus para ir conhecer Canudos. Sobre mim, há menos de um ano estou em São Paulo. Sou estudante, estou desempregada e o motivo que me trouxe a São Paulo é o motivo que traz a maioria dos nordestinos, do sertanejo. No livro Os Sertões, de Euclides da Cunha, tem um trecho que eu amo, que é muito bonito. Ele compara o sertanejo a Quasímodo e a Hércules. O que quer dizer isto? Quasímodo, não sei se vocês viram o filme, é uma figura muito feia. Um cara bem feio mesmo. Então, ele quer dizer que o sertanejo é desengonçado, desgracioso, não sabe andar, não sabe falar direito, não tem dentes, fica de cócoras, só coisa feia. Mas o Hércules... O que quer dizer isto? Ele tem a força do Hércules. Isso retrata Canudos da guerra. Aquele povo feio, morrendo de fome, oprimido, mas que teve força e lutou até a Quarta Expedição. É a força, é o Hércules que o Euclides da Cunha fala. Hoje Canudos continua assim, esse povo... Muita gente não é alfabetizada; os poderosos oprimem..." (Marli)¹

CANUDENSES EM SÃO PAULO

Segundo dados do IBGE, o maior número de naturais de outros Estados que vivem na Grande São Paulo são de origem baiana, ou seja, 1.120.588 pessoas (PNAD, 1993). Nesse macro universo inserem-se os migrantes canudenses aos quais se reportará este artigo, cerca de duas mil pessoas que mantêm algum tipo de vínculo com a União pelos Ideais de Canudos-UPIC, fundada em 1992. Os primeiros chegaram na década de 60, abrindo caminho para os futuros migrantes que, nas décadas de 70 e 80, fizeram parte do expressivo deslocamento campo-cidade, conhecido como Êxodo Rural. Nos anos 90, os jovens constituem o contingente mais expressivo. Os primeiros canudenses dessa rede foram trabalhar em fábricas. Atualmente, a maioria trabalha no setor de serviços. Esses migrantes estabeleceram-se sobretudo em bairros da região sul da cidade - Santo Amaro, Taboão da Serra, e

no ABC, em Mauá e em Guarulhos.

SURGIMENTO DA UPIC

A UPIC-União pelos Ideais de Canudos surgiu em 1992, a partir de um pequeno grupo, com o objetivo de resgatar a cultura e a história de Canudos. A Associação teve seu registro em Cartório aos 20.01.96, mas ainda está em processo de regularização e não tem sede própria. Planeja as atividades através de reuniões periódicas nas casas dos "associados". A UPIC promove encontros de estudo, festas, festivais de música e visita às famílias canudenses, além de manter contatos com outros grupos e entidades visando divulgar a história de Canudos. Em 1995 estabeleceu ligação com o Serviço Pastoral dos Migrantes-SPM², passando a fazer parte da rede de grupos específicos de migrantes organizados da Grande São Paulo. O atual presidente da entidade, José Alôncio, chegou a São Paulo no ano de 1977, com 13 anos de idade. No ano de 1989 retomou os contatos com Canudos:

"Todo o pessoal falava de Canudos. Foi uma febre. Parecia que eu estava deslocado do mundo. Então comecei a ver que minha história era importante e que meus bizavós faziam parte desta história. Vi que eu tinha que levar esta história adiante; que tinha que fazer algo"³. (José Alôncio)

Voltando a São Paulo, partilha suas inquietações com parentes e amigos e, juntamente com Cristina Guimarães, que havia participado em Canudos, da fundação da ACEPAC-Associação Canudense de Estudos e Pesquisas Antônio Conselheiro -, e Delires Brun, religiosa que também atuara em Canudos com as Comunidades Eclesiais de Base, lançam a idéia de constituir, com os descendentes, um grupo para refletir sobre a história de Canudos. As conversas acontecem nas casas dos canudenses, em ambiente de confraternização. A metrópole de São Paulo apresenta para eles uma realidade inquietante: a discriminação ao nordestino, ao baiano de modo especial.

Em meio às perdas e ganhos do mundo

urbano, a memória de Canudos torna-se resposta de auto-afirmação. *"Nós, nordestinos, já somos discriminados por sermos considerados ignorantes. Então, quando a gente parte de uma cidade para outra, a gente já começa a sofrer diferenças. Em forma de estudo, trabalho, em tudo. De repente, a única forma de ir contra isso foi mesmo formar um grupo. Vamos lutar contra isso porque as coisas têm que mudar. Porque, de uma certa forma, São Paulo é formado de nordestinos. É o maior número de nordestinos. E por que isso? Por que a discriminação? Então a única alternativa que a gente tem é lutar contra isso, a discriminação"*. (Cristina)

A história desses migrantes denota uma busca de encontro com as raízes, história de alguém cuja memória sobreviveu à migração. Memória em devir, capaz de ressurgir. Nosso objetivo não é, pois, reconstituir a história de Canudos, mas perceber como a memória (e o imaginário) transforma esse sujeito coletivo, centro de nossa atenção.

Essa memória, tecida em novo contexto e com novos significados, move no presente esse sujeito. Uma de suas expressões pode ser identificada no Primeiro Encontro dos Canudenses, realizado no Jardim São Luís, em 13 de outubro de 1996, com cerca de 120 participantes. O espaço, alugado de uma entidade assistencial, possibilitou a convivência. Enquanto alguns permaneciam no interior de salão participando da pequena celebração ecumênica, outros ficaram do lado de fora, junto ao churrasco, reencontrando amigos e parentes, muitos dos quais primos de primeiro e segundo graus. O bingo e o forró adentraram a tarde. Alguns que não se conheciam, acabavam por se situarem após a identificação. Percebemos então que a rede de parentesco não era nada desprezível.

Neste primeiro encontro, evidenciava-se a existência de um grupo coordenador, circundado por um grupo maior cujo interesse principal era apenas manter seu vínculo com essa rede sem maiores compromissos. O grupo articulador do encontro tinha um objetivo determinado: reavivar nos demais canudenses a memória de Canudos, fato que podia ser constatado olhando as frases de alguns cartazes que

ilustravam a sala: "Canudos, esperança dos excluídos"; "Canudos, terra livre - povo livre"; "Canudos está espalhado pelo país. O povo organizado vai vencer"; "Canudos não se rende. Está vivo na união do povo".

No folheto de cantos encontramos a música "Homenagem a Canudos", de Zequinha do Violão, cujo refrão diz: "Eu também sou a imagem de um guerreiro. Sou filha(o) de nordestino, da terra de Conselheiro". Outro refrão evocava a ressurreição de Canudos: "Canudos outra vez vai florescer. A vida como um galho vai frondar. A luta pela terra gera o pão. Amores vão de novo começar". À primeira vista, destaca-se a evocação militante, onde a imagem de Canudos representa a organização do povo em busca de uma nova sociedade.

A MEMÓRIA RESISTENTE EM CONFLITO COM A MEMÓRIA OFICIAL

"...Os Sertões funcionaram, e em certos setores ainda funcionam, como um exorcismo junto à intelectualidade brasileira. Era preciso sacrificar o Conselheiro no altar da honorabilidade brasileira para que a elite do país pudesse recuperar-se do trauma causado pela memória de uma ação tão covarde por parte do governo do país diante de uma comunidade de pobres sertanejos". (Hoornaert, 1997: 81-82).

Segundo Calasans (1986), após 1902 o estudo do episódio de Canudos passou a ser feito, durante 50 anos, exclusivamente via "Os Sertões". Influenciado pelo positivismo e evolucionismo, Euclides da Cunha aposta na extinção do que ele denominou "sub-raças sertanejas do Brasil" (Cunha, 1997: 7). Esse pensamento passou elites litorâneas e agrárias pois não se tratava apenas de um embate entre litoral e sertão. No enfoque euclidiano, a vítima foi culpabilizada. O Conselheiro, acusado de responsável pela guerra. Tudo isso penetrou as massas, moldando seu imaginário e gerando, por décadas, o medo de uma nova guerra, caso a memória dos vencidos fosse, de algum modo, reavivada. Durante o Regime Militar, essa memória permaneceu nos porões do silêncio. Seus herdeiros correriam o risco de serem vistos como potenciais subversivos. Além do medo, "o silêncio parece impor-se a todos

aqueles que querem evitar culpar as vítimas" (Pollak, 1989: 6). Como reproduzir a memória conselheirista, se o Conselheiro e seus seguidores eram responsabilizados pela guerra e toda destruição dela advinda?

"Até meus 13 anos (1977), eles (os avós) não passaram a história de Canudos porque ninguém conhecia, ninguém falava. Era negócio meio proibido. Falar de Canudos, falar da guerra, de Conselheiro, era contravenção. Pôxa, negócio que Antônio Conselheiro era o pior mal da terra; era considerado comunista, sectário, ou então fanático religioso. E então era proibido falar dele... O pessoal queria mais era esquecer tudo isto. O pessoal se sentia mal..." (José Alôncio)

"Antônio Conselheiro teve um filho, por nome Joaquim Aprígio. Ninguém sabe de sua família, dos sobreviventes, pelo fato de eles se esconderem. Eles tinham medo de algum tipo de repressão". (Cristina)

Foi a partir da década de 80, com a atuação de religiosos adeptos da Teologia da Libertação, que se iniciou não só a quebra do silêncio sobre Canudos, como também, a elaboração de um discurso militante, típico das CEBs, que resgata Canudos como resistência dos oprimidos frente aos opressores⁴.

"Então a gente começou um trabalho com as comunidades e uma das coisas que a gente observava era que o povo sentia medo de falar de Canudos, da história deles... É que eles tinham incorporado a história do lado opressor. Então a gente começou a analisar a história deles, a história do oprimido. Nós começamos devagar; começamos a fazer algumas caminhadas, tentando trazer presente alguma coisa, dizendo que o pequeno tem valor, especialmente através de cantos". (Ir. Delires)

O setor progressista da Igreja Católica representou a escuta que garantia a não punição por aquilo que se diz. (Pollak, 1989: 8) Uma escuta que não só diminuiu a censura circundante, como também exaltou a história de Canudos no contexto da história das resistências e lutas populares no Brasil.

"Então começamos a visitar as famílias e a sentir seus dramas, problemas, e um dos problemas mais sérios que estavam acontecendo na época era o proble-

ma do fundo de pasto⁵. Então a gente sentiu que não adiantava falar de Deus sem escutar todos esses dramas e várias outras situações que a gente começou a sentir lá em Canudos". (Ir. Delires)

A organização de comunidades possibilitou aos canudenses não apenas contraporem-se à versão oficial, como resgatar a auto-estima, o orgulho de fazer parte da descendência dos "conselheiristas". Nesse sentido, dois textos são emblemáticos: "O sertanejo é, antes de tudo, um forte" e "Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a história, resistiu até ao esgotamento completo..." (Cunha, 1997: 7 e 642). Abertos à crítica os canudenses puderam reler os fatos políticos, econômicos e sociais que marcaram e marcam a história da região. É o caso, por exemplo, da construção do açude de Cocorobó, em 1968, como projeto de combate à seca. Redescobrimos na memória dos "vencidos", o grupo de migrantes canudenses em São Paulo suspeita das intenções da construção do açude:

"...eu não sei se foi exatamente a propósito, para cobrir os vestígios da guerra. Eu diria vergonha do governo, porque era uma pequena barragem e de repente se estendeu até Canudos e até onde existiam sobreviventes, a Igreja que foi construída por Antônio Conselheiro, onde existia de fato a verdadeira história. Era uma pequena barragem, eu diria até que um pouco distante. E, da noite para o dia, a barragem encheu e acabou". (Cristina, 25.10.97)

"O que eles queriam mesmo era acabar com os vestígios de Canudos, para que todo aquele museu arqueológico da história de Canudos ficasse submerso nas águas. Para que a história de Canudos só fosse conhecida pelos livros..." (José Alôncio).

Para Halbwachs (1990) a memória é sempre consciente, coletiva, social e no grupo encontra sua possibilidade e apoio. Mas, como há várias memórias, não está descartado o conflito. O passado reinterpretado serve para manter a coesão do grupo dos migrantes canudenses. A comunidade afetiva é pressuposto da lembrança, onde se articulam códigos e significados. Pois bem, esta memória construída pelos migrantes canudenses representou

um deslocamento: deslocou a memória do seu enquadramento na memória oficial para o enquadramento na memória dos silenciados. É trabalho de reenquadramento, porque "o que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e do grupo". (Pollak, 1989: 10)

Para esses migrantes, o contato com seu espaço de origem constitui um elemento importante na tessitura de sua memória. Tanto para Halbwachs como para Pollak, o espaço e as lembranças sensoriais adquirem particular importância para a construção da memória. No retorno passageiro a Canudos, os migrantes defrontam-se com o permanente cenário desolador da seca. É, em boa medida, o cenário do passado que evoca lembranças, articula tradições orais do povo e conhecimentos adquiridos após a migração. A distância, o fato de estar vivendo na Grande São Paulo, produz uma atenção maior para com os detalhes do lugar de onde se saiu, uma redescoberta, no retorno, ao contato com "quadros espaciais".

A distância vivida abre-lhes os olhos ainda mais. Canudos agora está em diálogo com outras realidades, outros mundos - a modernidade vivida agora, de forma mais intensa, na metrópole de São Paulo. Aquele cenário não é apenas um museu arqueológico: foi o lugar escolhido pelos "nômades" do sertão, ávidos de liberdade. O migrante vê seu rosto no espelho desta história épica na qual o fracasso faz aumentar a teimosia⁶. Sua trajetória migratória representa um tipo de heroísmo. Quando repete que "O sertanejo é um forte", de alguma maneira experimenta isto em sua vida. Os obstáculos transcorrem no tempo: sejam as expedições que os antigos sertanejos tiveram que enfrentar, seja o trabalho nas linhas de produção das fábricas de São Paulo ou a discriminação. Os tempos misturam-se para compor a memória. De certa forma, há uma co-naturalidade com as raízes. Para recriar e dar vida a essas raízes, o migrante preenche com o imaginário as informações que lhe faltam ou que foram esquecidas.

"Nestes 20 anos, o Conselheiro passou pelo Ceará, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, até chegar na Bahia. Em todos estes locais, ele ia pregando, dando conselhos onde passava. Fazia obras também:

estradas, cemitérios, igrejinhas e, com isso, ele ia adquirindo um monte de adeptos. Aí, chegou na região de Canudos, encontrou esse ambiente propício para ele fundar a comunidade. Aí ele começou a colocar em prática o ideal dele... Com isso, muitos senhores de engenho do Nordeste começaram a perder a sua mão-de-obra para Canudos, porque o pessoal ouvia falar...; pôxa, Canudos era o Eldorado, lá não tem negócio de discriminar, de ditadura, entendeu?". (José Alôncio)

Neste rico imaginário, o tempo não é linear. Entrecruza o tempo da segunda Canudos (tempo da ditadura militar) com o tempo da discriminação (tempo da cidade). Essas formas opressivas, no entender dos migrantes, "não existiam na velha Canudos" que transcende o tempo para se estabelecer no tempo mítico dos heróis da resistência sertaneja, "nossos antepassados...".

Os discursos desses migrantes confirmam que a memória é mutável, flutuante, mas que também possui marcos relativamente estáveis (Pollak, 1992). Isto porque as várias narrativas possuem pontos comuns que sustentam a representação do grupo. Um passado tão forte; uma memória quase que herdada (Pollak, 1992). Não uma herança acabada, pois a fonte, envolta de mistério, possibilita a recriação. Por isso, o mito não se esgota nos feitos da guerra de Canudos, mas no tempo que lhe é anterior, quando, na comunidade de Belo Monte, "não se passava necessidade". Mas essa memória carregada de mistério é também reconstrução. Ela é uma imagem reconstruída a partir do presente, a partir de outras reconstruções que já foram realizadas. "Quando um grupo trabalha intensamente em conjunto, há uma tendência de criar esquemas coerentes de narração e interpretação dos fatos, verdadeiros 'universos de discurso', 'universos de significados', que dão ao material de base uma forma histórica própria, uma versão consagrada dos acontecimentos". (Bosi, 1979: 27) Memória que tem a ver com o presente e não só com o passado. Ela, com suas reminiscências, vai ao passado e volta ao presente. Por isso, ela não copia o passado mas procura moldar um consenso de interpretação. Reconstrói na metrópole a imagem de si, para si e para os outros. A

memória, que vai sendo organizada⁷, visa igualmente alcançar o reconhecimento dos outros.

MEMÓRIA E IDENTIDADE

A memória permite-nos falar em identidade enquanto devir e não enquanto ser⁸. Devir, porque memória é identidade em construção. Os migrantes canudenses engajados em reafirmar sua alteridade percebem que nem sempre são compreendidos. O atributo “nordestino” pode ser carregado pelo discurso do orgulho, ou pelo discurso do estigma, e este último permeia sutilmente as relações cotidianas dos migrantes e lhes impõe fronteiras. É preciso então negociar (Pollak, 1992), ou seja, travar o diálogo de convencimento, construir-se levando em conta outros indivíduos, grupos, sujeitos, alguns adversos.

Esta construção da auto-imagem num contexto de discriminação no qual as lembranças moldam a identidade ganha impulso quando a memória trabalha sobre si mesma (Pollak, 1992), tem a ver com o encontro das pessoas consigo mesmas, no interior da migração. Mesmo os jovens canudenses que não tiveram experiências significativas na região de origem, podem, pelo fato de terem nascido na região, participar intensamente desta memória incorporando-a a partir deste grupo da cidade de São Paulo, e fazer parte do seu processo de subjetivação. Quando evoco determinados acontecimentos sem os ter vivido, “sou obrigado a confiar inteiramente na memória dos outros, que não vem aqui completar ou fortalecer a minha, mas que é a única fonte daquilo que eu quero repetir”. (Halbwachs, 1990: 54)

Certa vez, os integrantes da UPIC reuniram-se para estudar os personagens de Canudos: Antônio Conselheiro, Antônio Beatinho, Pageú, Joaquim Macambira, Manuelzão, Antônio Vila Nova, entre outros. Descobriram que o nome de 13 personagens da história de Canudos começa por Antônio. Alôncio lembra que o padroeiro de Canudos é Santo Antônio, e até, por coincidência, um grande inimigo de Canudos chamava-se Antônio Moreira César. É provável que toda esta busca e descoberta dos personagens implique também a busca do sentido da trajetória pessoal no encaixe com a memória de seu

povo. Aqui, novamente, o caráter épico, heróico da narrativa de Canudos⁹.

CANUDOS: A FONTE

“Canudos é como se fosse uma fonte: de vez em quando você tem que ir lá... As informações que nós temos aqui são provenientes de lá. Então, aqui o nosso grupo também tem o sentido de divulgar algumas coisas que acontecem lá. Existem músicos de Canudos que vêm fazer show em São Paulo; a gente acompanha este cara, faz programas nas rádios comunitárias. Um pouco de divulgação da nossa história aqui em São Paulo. Agora, o forte mesmo da história de Canudos está lá na fonte...” (José Alôncio)

Para os canudenses que fizeram a passagem da migração vivendo a liminaridade do nem lá e nem cá, captando a discriminação sistemática, recebendo o irônico e irreverente tratamento que é dado ao termo *baiano* a todo nordestino que está em São Paulo, Canudos é o ensaio do salto. É história que fornece raiz aos “desenraizados” para que estes possam ser sujeitos capazes de reivindicar o direito à cidadania, negada aos antepassados por todo um século. A memória é reelaborada pelos migrantes com reminiscências de que eles dispõem, sem esquecer que têm diante de si a permanente ameaça de introjeção dos estigmas. (Baptista, 1997)

Canudos é, para esses migrantes, a permanente luta frente aos quadros sociais hegemônicos que pretendem determinar quem é o cidadão, como deve ser a religião e de quem será a narrativa reconhecida da história.

MEMÓRIA, IMAGINÁRIO E CONSTRUÇÃO DO SUJEITO

O canudense quando migra tem a possibilidade de, junto com seus conterrâneos, afirmar sua alteridade através da memória de Canudos. O grupo da UPIC envolve pessoas com uma faixa etária relativamente jovem. Nelas, a memória teve especial impulso após a migração. A memória militante que o setor progressista da Igreja da Libertação trabalhou/organizou num espaço de tradicional dominação agrária, ca-

racterizado pela mesmice da seca e falta de perspectivas, fez surgir a novidade do resgate da história de Canudos. Mas o impacto para os jovens foi mesmo ter saído do seu lugar em busca de perspectivas de vida. Até que a novidade maior, para um pequeno grupo, veio com a redescoberta da origem como fonte propulsora do presente.

Pelo que temos observado, essa memória constrói o sujeito e vice-versa. O sujeito tece a memória e completa suas lacunas com o imaginário. Ele não se sente incapaz ao perceber que ainda desconhece muitos elementos históricos sobre seu assunto. Porém, a representação é mais que o acontecimento: é sua re-criação. As lembranças fragmentadas se entrelaçam com pedaços do presente e do imaginário. Daí que esta memória dos migrantes difere do enquadramento da memória na região de origem. No presente, o grupo organizado de canudenses de São Paulo destaca a emancipação, característica da modernidade (Santos, 1996) ao reler Canudos. Os personagens de cem anos atrás ganham vida segundo o imaginário do migrante que tem na cidade seu contexto. A forma artesanal de contar entrelaça versões que enriquecem a memória, não a pulveriza. Mas o imaginário completa o sentido e abre-se à utopia sem tirar os pés do real. Recriar, dar rosto aos personagens de Canudos, ilumina a ação dos canudenses no presente. Porque “...o objeto ausente é re-(a)presentado à consciência por uma imagem, no sentido amplo do termo”. (Durant, 1988: 12)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fazer suas narrativas, esse grupo de canudenses torna-se o primeiro intérprete. Deles recebemos uma interpretação que se gestou ao longo destes cem anos, passando por longos silêncios, onde o não dito esperou o momento propício para aflorar. Essa memória tem os pés no presente e no passado, reportando-se a Antônio Conselheiro andarilho, anterior a Canudos. Sua significação abrange o real com seus conflitos e o imaginário que faz tempos diferentes se cruzarem. Essa dinâmica polifônica multiplica-se nas memórias reconstruídas aqui e ali. Em nosso caso, a

memória a que nos referimos atua sobre si mesma, no presente. Ela não está na vanguarda do debate acadêmico que atualmente promove a revisão histórica de Canudos, mas participa desse diálogo, empenha-se para que sua reconstrução alimente a libertação do sujeito e a participação na mudança social.

O próprio fato histórico de Canudos aponta para elementos que relacionam o subjetivo ao político - daí sua riqueza, nas possibilidades de construção permanente do sujeito. A forma de o canudense participar como sujeito é resgatando sua história na dinâmica da memória que brota na inter-relação com o presente para recriá-lo e atribuir sentidos inspirados nos ideais outrora anunciados.

O Encontro das pessoas no patamar da comum significação do fato libertário de Canudos cruza lembranças que moldam a nova memória. Em 1997, o Centenário de Canudos repercutiu nos meios de comunicação social, escolas e outras instâncias, arrancando do silêncio o debate sobre o acontecimento. Repercutiu sobremaneira nos canudenses, que se sentiram no dever de explicitar sua origem de forma mais determinada. A vida dos migrantes está em permanente risco de fragmentação nestes tempos de pluralismos e rupturas. A massificação, que produz o esquecimento, desafia esses narradores e narradoras a saírem do anonimato e a tecer sua memória para se construírem como sujeitos. É nesse processo que a memória de Canudos condensa-se para resgatar um sentido referencial de vida e ação emancipadores.

* José Roberval Freire da Silva é pós-graduando em Ciências Sociais pela PUC-SP e integrante do SPM-Serviço Pastoral dos Migrantes.

NOTAS

1- Fala de Marli no interior do ônibus que partiu de São Paulo para Canudos, com mais cinco mulheres canudenses e 38 participantes de CEBs, pastorais e outros movimentos sociais, para o Romaria do Centenário: "Cem anos do massacre no sertão: 1897-1997", 25/10/97. A comparação do sertanejo a Quasimodo e a Hércules encontra-se em Euclides da Cunha, 1997, p. 129.

2- SPM-Serviço Pastoral dos Migrantes, fundado em 1986, articula trabalhos com migrantes em nível nacional. Vincula-se ao Setor Pastoral Social da CNBB.

3- Alôncio descobriu que seu bizavô, Serafim, lutou na guerra de Pagueú, um guerreiro destacado de Canudos. No final da guerra, Serafim teria conseguido escapar refugiando-se numa gruta chamada Toca da Onça. Nos depoimentos, Alôncio fala de seu bizavô com tamanha familiaridade e importância, chamando-o várias vezes de avô. Lucila, filha de Serafim, foi a avó que criou Alôncio. "Ela garante que Moreira César percorreu a fazenda Barriguda, embora o episódio não seja mencionado por qualquer estudioso. Conta que seu pai, Serafim Ferreira de Santana, foi jagunço, combateu o comandante da terceira Coluna, tendo conseguido escapar à destruição do Arraial, morreu com 90 anos. Seus avós, Francisca e Paulo, porém, perderam a vida na guerra sertaneja" (Revista da Faeeba, Jan/Jun/93). O irmão de Serafim, Pedro Serafim, foi o emissário que o Conselheiro enviou a Juazeiro para buscar o carregamento de madeira encomendado a um grande comerciante. Chegando lá, para sua surpresa, ele ouve um boato de que os conselheiristas iriam invadir a cidade. O boato foi desencadeado pelo juiz de direito Arlindo Leoni, antigo inimigo de Conselheiro em Bom Conselho (cf. VV.AA. "Cartilha Histórica de Canudos", 1991).

4- Certamente contribuiu para o novo interesse sobre Belo Monte o importante ativismo, nos anos 80, da Teologia da Libertação e das Comunidades Eclesiais de Base... (do texto de Mário Maestri, "Canudos: história e historiografia" (mimeo), 1997.

5- Terra comum, campo aberto, usado por várias famílias para o criatório de seus rebanhos. A grilagem de terras por parte dos fazendeiros e especuladores é uma ameaça constante a este uso coletivo.

6- Antônio Vicente Mendes Maciel, o Conselheiro, passou por fracassos pessoais: numa infância turbulenta, perde alguns parentes, assassinados no conflito com a família dos Araújo; adulto, vê sua esposa partir com outro; seus negócios fracassam... Como andarilho é, a princípio, o beato, peregrino teimoso que domina as estradas do sertão, reformando cemitérios e igrejas, até ser o "Conselheiro", portador de um discurso que incomodará as autoridades e a Igreja Católica da época.

7- Segundo Pollak (1992: 203-204), esta organização é seletiva. Alguns detalhes são conscientemente ou inconscientemente relegados ao esquecimento. Gravar, recalcar, destacar faz parte desta organização da memória, nem sempre sem conflitos ou disputas pela hegemonia no interior do seu processo de construção. O caráter involuntário da memória é encontrado também em Proust (1992, pp. 12; 152-154).

8- Segundo Penna (1992), "...é preciso abandonar qualquer enfoque da identidade que a conceba necessariamente como monolítica, única ou estável ou ainda dotada de existência própria".

9- Uma questão que penso merece ser trabalhada é a seguinte: como conciliar a visão do sertanejo forte, lutador, que quer vencer, com a situação de eliminação das possibilidades de

trabalho, restrição ao estudo, etc.? Forrester (1997: 16) mostra que a lógica do atual sistema produz os sem-trabalho, os quais estão sendo culpabilizados por não serem "lucrativos ao lucro". Esta culpabilização é facilmente atrelada hoje à discriminação.

BIBLIOGRAFIA

- BAPTISTA, Dulce (org.)
(1997) "Construção da subjetividade e da cidadania do migrante: uma reflexão crítica". In: *Cidadania e Subjetividade - novos contornos e múltiplos sujeitos*. São Paulo, Imaginário.
- BOSI, Ecléa
(1979) *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. São Paulo, T.A. Queiroz.
- CALASANS, José
(1986) "Canudos não Euclidiano - Fase anterior ao início da guerra do Conselheiro". In: ARAÚJO, Jerusa Gonçalves de (org.) *Canudos: subsídios para sua reavaliação histórica*. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, pp.1-21.
- CUNHA, Euclides da
(1997) *Os Sertões*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 38ª edição.
- DURANT, Gilbert
(1988) *A imaginação simbólica*. São Paulo, Cultrix, Ed. da Universidade de São Paulo.
- FORRESTER, Viviane
(1997) *O horror econômico*. São Paulo, Ed. Unesp.
- HALBWACHS, Maurice
(1992) *A Memória Coletiva*. São Paulo, Edições Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 12ª edição.
- HOORNAERT, Eduardo
(1997) *Os Anjos de Canudos - Uma revisão histórica*. Petrópolis, Vozes, 2ª edição.
- PENNA, Maura
(1992) *O que faz ser nordestino - Identidades sociais, interesses e o "escândalo" Erundina*. São Paulo, Cortez.
- POLLAK, Michael
(1989) "Memória, Esquecimento e Silêncio". In: *Estudos Históricos* nº 3. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, pp. 3-15.
- POLLAK, Michael
(1992) "Memória e Identidade". In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, V. 5, nº 10, pp. 200-215.
- PROUST, Marcel
(1992) *O Tempo Redescoberto*. São Paulo, Ed. Globo, 12ª edição.
- SANTOS, Boaventura de Souza
(1996) *Pela mão de Alice*. São Paulo, Cortez. Revista da Faeba
Centenário de Belo Monte - Canudos 1893-1897. Ano II, nº especial - Jan-Jun/93, UNEB-Universidade do Estado da Bahia.
- VV.AA.
(1991) *Cartilha Histórica de Canudos*. Salvador, Prefeitura de Canudos e UNEB.

MI AMADA ISLA

*Marta M. Maffia**

*Lucía E. Giorgieri***

BREVE CONTEXTUALIZACIÓN

El estudio de la migración caboverdeana constituye una nueva contribución al conocimiento de la diversidad cultural en Argentina, un reconocimiento del papel que jugaron ésta y otras minorías en la construcción del país y una mejor comprensión de la experiencia de los inmigrantes en América.

La migración desde Cabo Verde hacia Argentina es la única proveniente de África negra en el presente siglo. Si bien sus comienzos están situados a fines del siglo XIX, se pueden establecer de modo tentativo, tres momentos de mayor afluencia: el primero entre los años 1910 y 1920, el segundo entre 1927 y 1933, y el tercero después de 1946, terminando aproximadamente en la década de los años sesenta.

La conjunción de múltiples factores puso en marcha este proceso migratorio, entre los que se destacan los naturales como el suelo, de características volcánicas, y el clima del archipiélago, con sus cíclicas sequías, la ausencia de estructuras económicas de base, la política implementada por la metrópoli portuguesa, de la que fueron colonia hasta su independencia en 1975. La mayoría de los caboverdeanos coinciden en señalar como los factores más significativos: el hambre, la falta de trabajo y de un porvenir para sus hijos, factores que alimentaron durante más de un siglo la emigración en diferentes direcciones, siendo que África, Europa y América eran los principales destinos.

En Estados Unidos, Brasil y Argentina se localizaron los principales contingentes migratorios que se dirigían para América. En Argentina, provenientes en su mayor parte de São Vicente, Santo Antão, São Nicolau, los encontramos a principio de siglo concentrados en las localidades ribereñas de Dock Sud y Ensenada; hoy ya con cuatro generaciones se han radicado en la Capital Federal, Provincia de Buenos Aires y en algunas otras provincias del interior del país.

Augusto da Cruz, radicado en la ciudad de Ensenada, ha sido partícipe de nuestra investigación sobre la migración caboverdeana en Argentina, desde hace varios años. El informante demostró reunir una serie de características que nos condujeron a seleccionarlo como relator de su historia de vida. En primer lugar aparece como representativo de su colectividad, condición que se explicita en los conocimientos que posee respecto de su país natal, del fenómeno migratorio caboverdeano en general y del posterior proceso de reestructuración de la vida del inmigrante en el contexto de la sociedad receptora. En segundo lugar, junto a esa riqueza en la información aparecen un conjunto de rasgos personales igualmente imprescindibles para la realización de un trabajo de este tipo: conocimiento acabado de nuestro idioma, fluidez verbal, recuerdo detallado de sucesos relacionados con su infancia y juventud y un importante "rapport" con el investigador.

LA HISTORIA

Ningún caboverdeano ignora el medio en el que se desarrolló la vida, de futuro tan incierto, en la Colonia de Cabo Verde. San Vicente fue siempre fuente de recursos y de trabajo, pero sus instalaciones portuarias, la pesca, las compañías inglesas e italianas, las construcciones civiles, el tabaco, las artesanías, la agricultura de subsistencia, no alcanzaron a salvarla de la miseria y el hambre. La gran sequía de los años 30 agravó la situación de las Islas donde las lluvias eran escasas e irregulares, y los suelos volcánicos de bajo almacenamiento de agua y poca productividad. Sumado a esto, la política implementada por la metrópoli portuguesa y los años de guerra hicieron de San Vicente, Santo Antão, San Nicolau, entre otras, verdaderos focos de irradiación de hombres y mujeres que se aventuraron en distintas direcciones, dejándolo todo, buscando un mejor porvenir.

La revuelta de 1934 fue consecuencia del hambre de mi pueblo. Asalto a comercios de alimentos, represión militar, un niño muerto, heridos y muchos de nuestros paisanos prisioneros en otras Colonias portuguesas condenados a trabajos forzados, sin tener esperanzas de regresar a nuestras queridas islas.

A los 19 años, cuando conversaba con mi padre sobre el futuro de mi vida, él decía que si no fuera por los compromisos, no se quedaba un día más en estas islas. Esto resonaba en mi mente día a día.

Mientras tanto la dictadura trataba de apagar los deseos de ser libres. Se aproximaba la guerra de 1939 y años más tarde Portugal enviaba tropas a sus colonias, entre ellas Cabo Verde. Se acentuaban las dificultades económicas, la entrada de buques al puerto disminuía, escaseaban los materiales de construcción, faltaba trabajo e alimentos. Muy duros fueron los momentos que

pasó el pueblo caboverdeano.

Sumado a esto ya de niño observaba cómo hombres y mujeres abandonaban su tierra viajando en muchos casos de polizones en barcos de distintos países que partían del puerto. En ocasiones eran descubiertos y debían regresar. No obstante no dejaban de pensar en esa posibilidad, salir, escapar de cualquier forma. Todo me llevó a planear, junto con mi compañero Francisco, mi primer intento, esta vez clandestino, como polizón. Del puerto de San Vicente estaba por partir un barco con cargamento de carbón rumbo a Argentina. Escondidos debíamos esperar el momento oportuno para subir por medio de una sogá. Llegada esta instancia me faltó coraje y desistí, pero mi compañero subió y llegó a su destino. A partir de allí busqué la forma de salir legalmente, considerando que era lo mejor, aunque debí sortear numerosos inconvenientes.

El primer paso fue pedir carta de llamada, para entrar a Argentina, a mi madrina Francisca, que hacía varios años residía en este país. Una vez recibida, no bajé los brazos hasta lograr lo que me había propuesto. Me anoté en la Subprefectura Nacional del Puerto de San Vicente como mozo y carpintero con la esperanza de que pudiera conseguir algún empleo a bordo de los barcos que hacían escala allí, pero no tuve suerte. Al poco tiempo me enteré que, por un convenio entre el Consulado de Francia en San Vicente y el gobierno portugués, se contrataban carpinteros para realizar trabajos en el navío "Nuestra Señora de las Arcas", en el dique flotante de Dakar. El trabajo se hacía a cambio del pasaje y la visa de entrada a Dakar, pudiendo radicarse en ese país. Así salí legalmente, como parte de la tripulación, en julio de 1949, dejando mi querida tierra natal que llevaré en el recuerdo hasta el día de mi muerte.

Después de cuatro días de navegación, cuando llegamos al puerto, había caducado el plazo para nuestra entrada. Primero liberaron a los pasajeros, y los catorce tripulantes

quedamos trabajando en el dique. Al arriar el barco al muelle, una vez terminado el trabajo, nos informaron que si no teníamos familiares que se hicieran cargo debíamos volver a Cabo Verde. Para esto yo había dejado allá mi empleo efectivo de carpintero en una compañía inglesa, por lo que decidí hablar con el Capitán, señor de Santo Antão, muy amigo de mi padre, pudiendo rescatar mi libreta de embarque. Con Manuel López, un amigo que residía en Dakar, pasamos de contrabando mis herramientas y mi ropa, eludiendo los controles aduaneros.

Pocos días después me entrevisté con el cónsul Portugués explicando el por qué de mi situación clandestina, y abonando unos francos me extendió un certificado para poder desplazarme por el territorio, pero cuidándome de no dar con la policía. Al mes debía ir a buscar mi pasaporte portugués y así fue. Una vez en mis manos, intenté tramitar la visa a través del Consulado Argentino en Marruecos a donde iban todos aquellos que estaban en tránsito hacia Argentina. Con la ayuda de un caboverdeano que conocía el castellano escribí solicitando el envío de la documentación, haciendo saber la dificultad económica para ir personalmente. La respuesta fue negativa. Visé entonces mi documento por el Consulado de Brasil, como forma de dar un paso más llegando a ese país. No dándome por vencido al poco tiempo volví a insistir vía Marruecos, esta vez con mejor suerte. Mandé mis documentos y el pago correspondiente, pero al volver todo a mis manos me encontré con la sorpresa que ese día vencían los plazos de validez. Apurado me dirigí a la Prefectura, donde debía pasar un nuevo obstáculo. Cómo salir de Dakar si mi entrada no había sido legal? Debía figurar en los listados de entrada con un depósito de 500 francos, que nunca hice. Después de un rato le ofrecí esta suma al empleado y conseguí que colocara el estampillado de salida y la orden para la compra del pasaje. Así terminé mi estadía de cuatro meses en esas tierras africanas, en casa de una tía, cumpliendo con todos los trámites y trabajando durante

ese tiempo como carpintero.

Finalmente me embarqué en el Puerto de Dakar en noviembre de 1949, junto a otros compatriotas. Con escalas en Brasil y Montevideo, donde bajaron algunos de ellos, luego de 18 días de viaje llegué al Puerto de Buenos Aires, Dársena "A" la mañana del 8 de diciembre, junto a mi amigo Lela Zapatero. Ya con mis pies en esta tierra empecé a transitar el camino de esa gran paradoja de todo inmigrante, las dos tierras, la que nos vió nacer y la que nos adoptó.

En la que me vió nacer, San Vicente, viví hasta mis 22 años. Hice los estudios primarios con el afán de superarme. Concurríamos a la escuela profesores y alumnos en una armonía y respeto temeroso. Siempre nos recordaban que no habláramos nuestra lengua, el "criol", en la escuela, no estaba permitido, solo la lengua portuguesa. Con mi compañero de banco Joaquín José dos Santos, apodado "Tchutche", nos acusábamos: vos sos un portugués, y nos contestábamos: no, yo soy un caboverdeano. Ya sentíamos en nuestro interior un fuerte deseo de rebelarnos. La dictadura establecida en aquel entonces, que tenía como representantes del gobierno portugués a personajes como Carmona y Salazar, Presidente y Primer Ministro, impedía el desarrollo mental, cultural y social de los caboverdeanos, postergando el anhelo de libertad imaginado por mi pueblo.

En el año 1935 el Gobierno de Portugal ordenó cerrar las casas de estudios secundarios de la isla y el Seminario de San Nicolás. Los caboverdeanos que ya habían migrado a Estados Unidos y Europa reaccionaron enviando telegramas a distintos lugares del mundo en contra de la medida y finalmente, ante la presión de varios países se hizo posible la continuidad de las mismas.

Fue una gran angustia para mi familia cuando a los diez años me enfermé de paludismo, en aquel tiempo esta enfermedad era tremenda. En San Vicente solo había tres médicos. Para muchas dolencias se recurría a remedios caseros, no sabíamos de inyecciones, teníamos un

"Dios caboverdeano" aparte. Y esto lo pienso también por el tipo de alimentación. Todo pueblo tiene sus comidas típicas, pero nosotros, con recursos tan pobres, nos veíamos obligados a consumir alimentos fuertes, cachupa, guisos de cabrito, pescado frito, batata, ñame, mandioca, grogue, a pesar de las altas temperaturas.

En una oportunidad, habiendo fallecido un familiar, mi padre llegó hasta la iglesia solicitando un responso por el eterno descanso de su alma. Como no disponía de dinero para pagar el cura le negó el servicio religioso. Esto lo conmovió a tal punto que dijo: cada uno en su negocio, y dejó de frecuentar la iglesia católica. Yo lo hice junto con la familia pero como necesitaba estar junto a Dios me acerqué al Culto Espiritista, aún hoy estoy por saber si aquello era bueno o malo.

Cuando llegó el día del sorteo para hacer el servicio militar me negué a la propuesta de mi padre de gestionar para salvarme, si lo tenía que hacer lo haría. En realidad estaba convencido que me salvaría por número bajo y quiso el destino que así fuera.

Teníamos dos casas, una en la ciudad y otra en el campo. Del criadero de animales se obtenía un ingreso mensual y vendíamos leche y huevos en la Compañía de Telégrafos. En el año 1942, cuando Portugal envió tropas a las islas, alquilamos la casa de la ciudad para que el Gobierno instalara el Cuartel General de ocupación y al otro año, después que un temporal causara algunos daños, quedó al cuidado de un familiar.

En el año 1943 la Compañía Inglesa de Telégrafo ordenó la destrucción de las casas pertenecientes al barrio, situadas en la "Rua del Descubrimiento" y me emplearon para desarmar los techos, pisos, etc. Se me autorizó sacar los clavos de las maderas, los que vendía a un carpintero cuyo nombre lo recuerdo siempre: "Felipe Carpintero". Este buen hombre me enseñó el oficio que hoy día tengo, desde los trece años.

Mi padre, que era albañil, pudo

sobrellevar la pesada carga de mantener a todos los familiares gracias a que estaba efectivo en dicha compañía, cosa destacable dada la gran escasez de trabajo que existía en las islas. Mi madre en aquel entonces también trabajaba en una Compañía inglesa. Yo tengo varios hermanos, uno solo por parte de madre y padre, otros por parte de uno y otro. Con toda mi familia tenía muy buena relación, y todos estaban convencidos que siendo joven y pudiendo salir, había que irse de Cabo Verde. Si bien yo que era el mayor fui el primero, también migraron casi todos ellos hacia Dakar, Estados Unidos, Francia y Holanda, quedando solo dos en las islas con mis padres. A pesar de tal convicción la salida no era fácil, todos sentíamos mucho la separación, pero la necesidad y las circunstancias nos obligaban a tomar la decisión de migrar. Ya muchos lo habían hecho, hacia distintas partes del mundo y en Argentina teníamos parientes, amigos, conocidos, que nos estaban esperando. Se radicaron en las zonas portuarias de Dock Sud y Ensenada, por la cercanía a las fuentes de trabajo para los hombres, en los puertos y a bordo de los barcos; las mujeres por lo general se emplearon en el servicio doméstico.

Cuando desembarcamos en el puerto de Buenos Aires, mi amigo Lela y yo quedamos unas horas demorados por el desencuentro con los familiares. Cuando logramos salir, el asunto era llegar solos a Ensenada, nuestro destino final. Preguntando al sereno de a bordo anoté todas las indicaciones, los puntos claves y las horas aproximadas del recorrido de los transportes que nos llevarían de Dársena "A" a Constitución y de allí a La Plata y Ensenada. Una vez aquí preguntamos la numeración y llegamos enseguida a la casa de los parientes de Lela. Antes de entrar él había reconocido la risa de su hermana, cosa que nos produjo mucha alegría. El sobrino de Lela me acompañó a la casa de mi madrina Francisca, quien estaba esperándome en la vereda.

Mi primer tiempo en Ensenada estuvo marcado por el contraste de sensaciones,

olores, imágenes y sabores: casas de piedra-casas de chapas; el mar-el río; calor seco-humedad; montañas-pampa; aire limpio-humo de fábricas. Pero sobre todo la indiosincrasia de cada nación. Y esto lo digo porque al principio no podía creer lo que escuchaba y veía. "Hoy pasé un día fenómeno, el Capataz no me dio trabajo en todo el día". "Da Cruz, hay que trabajar con la vista no con las manos", me decían algunos operarios. Al mediodía, media hora para comer; tres platos distintos, fruta y café; al costado seis tachos con "basura", "las sobras", "comida para los chanchos", lo mismo que en las calles, pedazos de carne, pan, y todo eso hubiera servido para alimentar a otros tantos. Y gente que se daba el lujo de rebajar de peso, mientras en otras partes del mundo nacen, crecen, viven y mueren flacos. Me hablaba para adentro: estoy loco o mi cabeza es chica. Me preguntaba: ¿Eso es vivir bien? De todas maneras pude adaptarme sin demasiadas dificultades. El idioma tampoco fue una barrera, logré aprenderlo rápidamente, lo que no pasó con aquellos que migraron a otros países, donde el aprendizaje de la lengua costaba más, conservándose en el ámbito doméstico el criol caboverdeano, transmitiéndose a los hijos. Aquí se perdió bastante.

El oficio que aprendí en mi amada isla, me permitió conseguir trabajo casi inmediatamente. Con mis primeros pesos pude comprarme herramientas, un traje, camisa, zapatos, etc. Primero trabajé en el corralón de García y en la empresa Sedoza, puerto Dock Central de Ensenada, en la construcción de galpones. Meses más tarde un amigo me consiguió una entrevista en los Astilleros Río Santiago, presentándome como su primo en las oficinas de personal. Allí me tomaron los datos, el oficio que desempeñaba y una prueba que consistía en fabricar una caja, para lo cual tuve que utilizar mis herramientas personales ya que no había taller de carpintería. El resultado fue mi ingreso como oficial carpintero el primero de septiembre de 1950. Luego ingresó a Astilleros personal de la Base Naval de Río Santiago,

capataces, oficiales, ayudantes técnicos, y operarios de afuera, y se comenzó con la construcción de buques para la Marina de Guerra Nacional, Azopardo, Piedrabuena, la Fragata Libertad; lanchas patrulleras para la Prefectura, buques para YPF y para ELMA.

En aquel entonces un Teniente de la Marina de Guerra me ofreció un trabajo particular, fabricar un placard desarmable, y acepté. Con lo que cobré pude pagar el anticipo de la compra de un lote, cuya deuda saldé aún estando soltero, gracias a que también comencé a trabajar en Obras Civiles como colocador de aberturas, labor que desarrollé durante dieciseis años (sábados, domingos y feriados). Finalmente en ese terreno levanté mi casa, propiedad que actualmente habito.

A los tres años de mi llegada me casé con María Isabel Monteiro, la hija de mi madrina, de padre también caboverdeano, y comencé una vida diferente con quien, hasta el día de hoy, es mi esposa. De a poco fuimos progresando. Cuando nos casamos, alquilábamos una habitación y cocina, allí, en 1952, nació nuestra primera hija, el mismo año que obtuve mi Carta de Ciudadanía Argentina.

El 30 de agosto de 1954, día de Santa Rosa, instalé mi primera casa, de madera y cinc, sobre pilares de ladrillos en seco, ya que mi lote era un pantano. Con un amigo trasladamos los humildes mueblecitos en un carro a caballo. Pasando la primera noche se desencadenó una terrible tormenta, yo rezaba para que la casita no desapareciera, llovía en todos los rincones. Al año siguiente intenté sin éxito hacer la casa por el "Plan Evita". También quedaron trunco mis estudios de Maestro Mayor de Obras y de relojería. 1955 fue un año duro, se aproximaba la caída de Perón. El 16 de septiembre estalló la revolución y debimos trasladarnos a la ciudad de La Plata, con mi esposa, José, mi hijo de tres meses, la comadre y sus dos hijos, como otros tantos que, en distintos medios de

transporte, huían en medio de las balas. Días después volvimos y continué con mi trabajo en Astilleros.

Decidí comprar a crédito ladrillos, arena y chapas de cinc para ir haciendo de a poco la casa de material. Levanté los primeros treinta metros cubiertos, sin plano, hasta la altura de las ventanas y paré, esperando poder continuar más adelante. Mientras tanto seguía aumentando mi familia, tuvimos cinco hijos, tres varones y dos mujeres. Acercándose los diez años de antigüedad en Astilleros me concedieron un préstamo que me alcanzó para terminar las paredes, colocar las aberturas y techar.

Para este tiempo ya era socio de la "Sociedad Caboverdeana de Socorros Mutuos de Ensenada", actual "Asociación Caboverdeana Cultural y Deportiva", participando muchas veces en subcomisiones de fiestas, también en la "Unión caboverdeana de Dock Sud". Estas organizaciones se crearon con el fin de cubrir algunas necesidades de la colectividad caboverdeana tales como, amparo, alojamiento, recreación, manifestaciones culturales, etc. Unos diez compatriotas, que recibíamos diarios vía Brasil, seguíamos muy de cerca los acontecimientos del archipiélago, sabiendo del malestar de nuestro pueblo. Apoyábamos al Partido Africano por la Independencia de Guinea y Cabo Verde y llegamos a enviar recaudaciones de festivales y medicamientos. En 1975, estando yo de Presidente del Club, pudimos festejar la Independencia de Cabo Verde, lograda el 5 de julio. Dos años más tarde celebrábamos las Bodas de Oro de la asociación de Ensenada, fundada el 11 de septiembre de 1927. Se prepararon varios eventos durante este mes, torneos internos con juegos de salón, encuentros de fútbol, izamiento de las banderas de nuestros dos países, homenaje a los socios fallecidos, proyección de diapositivas de Cabo Verde, peña folklórica. Son festejos tradicionales de la sociedad los de fin de año, la independencia de ambos países y el aniversario de su fundación. Además se hacen recepciones, fiestas familiares y es costumbre caboverdeano

festear los 50 años de la mujer y los 70 años del hombre. En todas las oportunidades se organizan comidas a la canasta y baile, llegándose a reunir entre 200 y 300 personas. Junto a otros, siempre están presentes los ritmos fuertes y vibrantes de las coladeras, que nos unen a nuestras raíces, incitándonos a la danza con sus ironías cómicas que reflejan el lado ridículo y burlesco de la vida, la alegría, la traición, la embriaguez, el pillaje. Y cada tanto una morna, lenta y melodiosa, que expresa sentimientos de amor, odio, pasión, tristeza, nostalgia, ternura, dolor por ausencia del ser amado, por el amor a la tierra.

La mayoría de los caboverdeanos que migramos teníamos compromisos allá, habíamos dejado novia y familiares, padre, madre, hermanos, hijos. La mitad se olvidaba o negaba estos compromisos, la otra no, pero solo unos pocos nos ocupábamos realmente de ellos. Yo había dejado dos hijas en mi tierra, y no fue ninguna vergüenza para mí. Con el afán de traerlas, previo acuerdo con mi esposa, en 1962 comencé los intentos con trámites vía Cáritas de La Plata. Llevando un año y medio de idas y venidas a Buenos Aires, entrevistándome con sacerdotes y demás, lleno de libros y de folletos sobre la Iglesia, en fin, casi "cura" sin estudiar, no podía todavía cumplir con mi deseo. Llegó un día una carta de Cabo Verde, diciendo que mi padre había fallecido. Fue una desgracia para mí, por la pérdida del ser querido y también porque mientras él vivía estaba seguro que mis hijas no pasaban necesidades, a pesar que yo mandaba encomienda y dinero cuando las circunstancias me favorecían. Volví a Cáritas y me prometieron que en quince días tendría novedades. Así fue, me enviaron las documentaciones internacionales informando la salida del barco de Cabo Verde a Portugal y de allí a la Argentina. Llegaron el 10 de julio de 1965 a Dársena "A", en el barco Julio César, estando a bordo al cuidado del Comisario, el médico y una enfermera, ya que eran menores de edad. Finalmente pude cumplir con mi deber.

El año siguiente fue de trabajo duro, montando y desmontando exposiciones de Industria Naval Argentina en Buenos Aires. En 1967 dejé los Astilleros y mis trabajos particulares en obras civiles, pasé a la Compañía Techint como oficial carpintero, ya que me convenía económicamente, y reingresé en junio de 1970. Con el transcurrir del tiempo fui logrando ascensos y obtuve el título de instructor. Faltando dos años para poder jubilarme, en mayo de 1990 quedé cesante junto con cuarenta operarios. Pido a Dios salud para que un día alguien diga: ¡Augusto se jubiló a los 99 años y medio!

Quise en 1981 reencontrarme con mi madre en Cabo Verde, pero su enfermedad no lo permitió, falleció antes de mi salida. Por un tiempo desistí de volver y fueron mis hijos los que insistieron y me convencieron. También fui a Dakar y a Estados Unidos a ver a mi hermano. El paso por mi tierra en dos oportunidades estuvo impregnado de emociones, tanto que yo siempre digo: nací tres veces en Cabo Verde. La primera en 1927 y allí viví mis primeros veintidós años; volví a nacer 32 años después cuando llegué a San Vicente y vi el crecimiento alcanzado en cinco años de independencia; y finalmente reviví con mi última visita en 1994. Vi mucho progreso, aunque quisiera que fuera mejor; también en Argentina.

Por eso yo digo: no todo es ganado, siempre pongo lo perdido. No me gusta poner todo ganado porque es mentira. De diez, una ganada, ya para mí es suficiente. Eso me enseñó la vida dura y penosa en Cabo Verde, patria que llevaré siempre dentro de mí.

* **Marta M. Maffia es Profesora titular de la Cátedra de Métodos y Técnicas de la Investigación Sociocultural. Fac. de Cs. Naturales y Museo, UNLP. CONICET.**

** **Lucía E. Giorgieri es Colaboradora de la Cátedra de Métodos y Técnicas de la Investigación Sociocultural. Fac. de Cs. Naturales y Museo, UNLP.**

BIBLIOGRAFIA

- CARREIRA, A.
(1977a) *Migrações nas Ilhas de Cabo Verde*. Universidade Nova de Lisboa. Lisboa.
- CARREIRA, A.
(1977b) *Cabo Verde - Clases Sociales, Estructura Familiar, Migraciones*. Biblioteca Ulmeiro nº9, Lisboa.
- CARREIRA, A.
(1984) *Cabo Verde - (Aspectos Sociais, Seca e Fomes do Século XX)*. Ed. Ulmeiro nº9, 2da.de. Lisboa.
- LAHITTE, H. y MAFFIA, M.
(1981) "Presentación estadística y corroboración del cálculo por el tratamiento analítico descriptivo, en el grupo caboverdeano" en *Publicaciones LARDA*, nº 10, La Plata.
- LAHITTE, H. y MAFFIA, M.
(1983c) "Aproximación cognitiva a los estudios del parentesco. Parte I. Los hijos de inmigrantes caboverdeanos". *Cuadernos LARDA*, año V, nº 16, La Plata.
- LAHITTE, H. y MAFFIA, M.
(1985) "Cambio cultural, ajuste vivencial" en *LARDA Publicaciones*, Separata Antropología nº 21, La Plata.
- LAHITTE, H. y MAFFIA, M.
(1986) "A modo de conclusión: los migrantes caboverdeanos, polacos y griegos" en *LARDA Publicaciones*, año VII, nº 25, La Plata.
- MAFFIA, M.
(1986) "La inmigración caboverdeana hacia la Argentina. Análisis de una alternativa" en *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Vol. 25, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia. Portugal.
- MAFFIA, M.
(1989) "La técnica genealógica en la investigación antropológica" en *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia. Portugal.
- MAFFIA, M.
(1991) "Contribución a la comprensión de la migración caboverdeana hacia la Argentina a través del análisis de cartas" in *Cripta Ethnologica Supplementa*, Vol. XII, Bs. As.
- MAFFIA, M.
(1993) "Los inmigrantes caboverdeanos, una minoría invisible..." en *Revista Museo*, Vol 1, nº 1, Fundación Museo de La Plata. La Plata.
- MAFFIA, M.
(1994a) "Algunas consideraciones sobre la familia y la inmigración caboverdeana en la Argentina" en *Revista Parecidos y Diferentes*, nº 2. Lectorado de Portugués, Instituto Nacional de Enseñanza Superior de Lenguas Vivas. Buenos Aires.
- MAFFIA, M.
(1994b) "Cabo Verde, la tierra y su gente" en *Revista Museo*, vol. 1, nº 3, Fundación Museo de La Plata. La Plata.

RECONSTRUINDO O PASSADO

Memórias Migrantes da Zona Norte de Natal

Julie A. Cavignac*

*“Um dia com muito amor pra você eu escrevi
A distância que separa dois corações que se amam
São quilômetros de desejos cada vez mais se apaixonam
O avião ia partindo pela janela eu via ela dando com a mão
Chorando não se conta
A nobre moça que ia no aeroporto deixava
As lágrimas do seu rosto que inutilmente molhava
Desejo, amor, desejo que você possa voltar
Para o nosso matrimônio um dia realizar”.*

(Milton Lopes de Oliveira, Motorista)
- Conjunto Santa Catarina, Zona Norte/Natal, 1996 -

Hoje, as consequências da passagem rápida do rural ao urbano no Brasil moderno começam a ser apontadas. Fato econômico e histórico determinante na configuração atual do país, esta mutação aparece na realidade bastante complexa e tem consequências sociais e culturais determinantes. Por isso, uma pesquisa sobre as produções narrativas de migrantes morando numa zona periférica da capital do Rio Grande do Norte (a Zona Norte de Natal)¹, propõe avaliar a transformação de uma cultura dita tradicional (a dos habitantes do interior) num contexto urbano. Isso se torna possível ao avaliar-se a importância das mudanças na composição do *corpus* narrativo: memorização ou esquecimento das estórias da “tradição”, criações poéticas, sumiço dos folhetos de cordel, etc. Da mesma forma, através do relato das suas vidas, é possível perceber as transformações ocorridas na vida cotidiana dos novos moradores da cidade e dos migrantes mais antigos da Zona Norte. Afinal, é a ocasião de propor uma leitura

cruzada dos textos orais e escritos da realidade dos migrantes, dos seus discursos e das suas narrativas, sublinhando a importância do *corpus* narrativo da elaboração de uma identidade e, através desta, mostrar uma apropriação da história do lugar de migração e do espaço.

Mas antes de analisar as narrativas e as histórias de vida, é preciso conhecer o contexto geral das migrações bem como lembrar as linhas gerais da história do local.

A ZONA NORTE

O Rio Grande do Norte, desde a década de 1970, conhece um êxodo rural importante: em 1991 quase 70% da população total do Estado era urbana. Durante a última grande seca (1978-1983), Natal e Mossoró tornaram-se pólos atrativos de migração. Além disso, Natal sendo um centro administrativo e devido à sua conjuntura histórica, concentra um grande número de funcionários públicos e de militares. A presença dessa população assalariada relativamente numerosa, ajuda no

desenvolvimento das atividades ligadas ao comércio, ao turismo e à construção civil. Isso ocorre sobretudo a partir dos anos 1970 e ainda mais depois de 1975, momento em que o Sudeste do país conhece um início de recessão e começa a rejeitar os seus imigrantes. Nesse período, em Natal e sobretudo na Zona Norte, foi iniciada a construção de conjuntos habitacionais patrocinados pelos governos estadual e federal.

Situando-se à margem esquerda do rio Potengi, próxima ao município de São Gonçalo de Amarante, a chamada "Zona Norte" conhece, desde os anos 60-70, uma mudança radical. Conjuntos habitacionais (Pajuçara, Igapó, Nova Natal, Panatis, etc.) foram construídos para atender às necessidades de uma população recém-urbanizada ou de origem rural, que se integra às camadas de população de baixa renda, mudando profundamente a paisagem do local. O primeiro conjunto construído foi o conjunto Amarante, durante o governo de Mons. Walfredo Gurgel (1964-1970). Nessa época foi desativada a antiga ponte de ferro, que ligava Natal à Zona Norte. Mas, foi nos anos 80 que a Zona Norte passou a ser definitivamente uma zona habitacional. A crise da indústria algodoeira - presente na região - conduziu ao fechamento das principais indústrias têxteis (a Seridó e a Sparta). Esta mudança pode ser percebida através do número crescente dos habitantes: em 1987 viviam aproximadamente 60 mil moradores (Andrade, 1987: 34); em 1997 o número de pessoas se aproxima a 200 mil habitantes e a Zona Norte é considerada como um importante "curral eleitoral".

Atualmente, como nas outras capitais nordestinas, Natal vivencia uma explosão imobiliária, construindo prédios e urbanizando-se cada vez mais. A cidade, então, precisa de um importante contingente de mão-de-obra para trabalhar na construção civil (Morice, 1993: 358)². Ao mesmo tempo há um grande número de empregos pertencendo ao setor informal (empregadas domésticas ou diaristas sem carteira assinada, artesões e vendedores ambulantes sem registro, independentes, empresas de fundo de quintal, etc.). Geralmente são migrantes que ocupam os empregos menos qualificados: muitos ho-

mens trabalham no setor da construção civil ou dos transportes e as mulheres trabalham como empregadas domésticas (Agier, 1995: 82); Clementino, 1995: 317; Morice, 1993). Hoje a Zona Norte é geralmente a melhor opção - do ponto de vista financeiro - para se morar em Natal. Chegando lá, as pessoas não conhecem uma grande mobilidade geográfica; adquirindo o seu imóvel, o migrante passa do estatuto de "estrangeiro" ao de morador de conjunto habitacional³.

Porém, esses antigos camponeses não viraram moradores da cidade de uma hora para outra: a Zona Norte possui como característica principal ter ocupado um espaço que antigamente era estritamente rural e que, até hoje, subsiste parcialmente, misturando uma paisagem urbana com resíduos de campo. A proximidade geográfica explica também as intensas relações existentes entre a Zona Norte e as zonas rurais contíguas (São Gonçalo do Amarante, Macaíba, Extremoz) ou com as cidades litorâneas mais próximas, se estendendo às vezes até elas (Redinha e Genipabu). Os moradores dos numerosos conjuntos populares podem ainda exercer atividades agrícolas perto de suas residências - como, por exemplo, cultivar um roçado, plantar uma horta, cuidar de um jardim ou criar animais - ou mesmo longe de suas moradas, indo trabalhar no campo durante a semana⁴.

VIDAS MIGRANTES

Na verdade é difícil estabelecer uma regra para as migrações; estas são muito variáveis. Porém, é possível afirmar que pelo menos há dois fatores importantes que determinam uma pessoa a migrar: a possibilidade de trabalho e a existência de um parente morando no local.

Podemos pegar a título de exemplo a história de vida de Dona Eva. Ela nasceu em 1948 em Reduto - pequena cidade perto de São Bento do Norte. Seus pais vieram com ela para Natal em 1962, cidade onde já tinham parentes. D. Eva casou e foi para o Rio de Janeiro (1970) acompanhando o esposo e o irmão mais velho. Dois anos depois, veio outra irmã morar com ela. Duas filhas nasceram lá e, em 1977, a família decidiu retornar para o Rio Grande do Norte. Um dos irmãos de Dona

Eva continuou morando no Rio de Janeiro. Ela foi morar na Zona Norte em 1982, participando de projetos educacionais como professora primária. Separou-se do marido (1986) e foi morar com um novo companheiro. Suas filhas, já casadas, continuaram morando perto dela, bem como três irmãos; todos moram em conjuntos habitacionais um pouco distantes um dos outros mas sempre na Zona Norte. Os pais de Dona Eva vivem cada um na casa de um filho: o pai em Parnamirim (município vizinho de Natal) e a mãe em Touros, onde uma parte da família continua morando. Ela mesmo tentou voltar, com o companheiro, para se instalar de vez mas não conseguiu se adaptar e voltou para Natal com uma forte depressão.

Aparece claramente, em todas as etapas da trajetória de Dona Eva, uma preocupação em reagrupar a família: da zona rural (Reduto) para uma cidade do litoral (Touros) e de Touros para a capital do Rio Grande do Norte, desta para o Rio de Janeiro e do Rio de Janeiro novamente para Natal, e afinal para Zona Norte. Neste caso, percebe-se que durante a migração, o grupo não se desagrega; às vezes mesmo a sociabilidade fundada no modelo tradicional da família extensa, se aplica a outros tipos de relacionamentos⁵. Na realidade, constatam-se uma forte solidariedade e a existência de obrigações recíprocas entre os membros do grupo. Podendo estas se materializarem pela hospedagem de um parente (ou um dos seus amigos) por um período variável e nem sempre especificado. Este elo permite também conceder uma ajuda moral ou afetiva no caso de um evento importante na família (nascimento, doença grave, morte, divórcio, etc.). Pode tratar-se também de uma ajuda material - neste caso os parentes próximos (os pais e os irmãos) são solicitados e dificilmente podem negar. Muitas vezes e mesmo com a distância geográfica, as relações continuam intactas entre os que ficam e os que vão embora. Isto é visível nas histórias de vida: no processo de migração existe uma lógica fundada na solidariedade familiar (Cabanes, 1995; Menezes, 1992; Sarti, 1995). Se os principais motivos da migração são econômicos e familiares, no caso das pequenas migrações (intra-estaduais), elas são também motivadas pela procura

de assistência, no caso de seca, ou de serviço (saúde, educação, administração, etc.).

Outro exemplo nos é dado por Seu Xixi, que nasceu em Estivas (perto de Extremoz) em 1925; cinco anos depois a sua família foi morar em Extremoz. O seu pai morreu quando tinha oito anos e a partir daí começou a trabalhar "na enxada e de barro". Ele não foi para escola - mas sabe ler e escrever - porque teve que sustentar toda a família (eram sete filhos) e tem orgulho de dizer que nenhum deles morreu. Em 1936 ele foi morar em Touros onde trabalhava na prefeitura e onde já morava seu avô (do lado materno). Em 1950, aos 33 anos, chegou na Zona Norte, e casando-se com uma "moça de Igapó", teve nove filhos. Começou trabalhando como servente na prefeitura mas em 1954, foi trabalhar em Belém do Pará numa granja, com um outro irmão. Um ano depois voltou, e começou de novo a trabalhar na prefeitura. Em 1962, Seu Xixi tornou-se sócio do Círculo dos Trabalhadores Cristãos de Igapó e em 1968 foi eleito presidente deste mesmo Círculo que tem como principal objetivo "dar assistência aos seus sócios"⁶. Hoje ele é uma figura de renome na praça de Igapó: homem público, detentor da memória do local, pensou mesmo candidatar-se a vereador.

A trajetória de Seu Xixi, como a de Dona Eva apresentam exemplos de traços característicos de vidas migrantes: eles conheceram uma urbanização progressiva, se deslocando da zona rural para a zona urbana de uma pequena cidade do litoral e fizeram várias pequenas migrações combinadas com uma grande, longe do Nordeste (Sudeste e Amazônia). Esta última, não é considerada uma migração totalmente satisfatória porque eles voltam depois de um tempo longo (sete anos para Dona Eva) ou curto (um ano para Seu Xixi). Quando se estudam as trajetórias dos outros migrantes, novas regularidades aparecem⁷:

- Numa primeira fase da migração há um problema que obriga a pessoa (ainda jovem) a cuidar do seu destino e/ou a tomar a responsabilidade da família (morte dos pais, separação, problemas financeiros, etc.). Forças maiores são também evocadas - por exemplo, a seca - como sen-

do a origem da desgraça e da partida. No caso dos homens, o primeiro emprego é geralmente conseguido com a ajuda dos parentes e se situa no ramo do trabalho informal (Agier, 1995: 97). Como nas narrativas⁸, existe quase sempre uma romantização do tema da partida e do exílio nas histórias de vida e o desejo de "subir na vida" e/ou uma libertação da tutela do pai escondem as razões econômicas da migração.

- Numa segunda fase, há uma construção da própria família com as dificuldades ligadas ao trabalho, à criação dos filhos e à vida longe do local de nascimento. Podem ocorrer várias migrações e há uma grande mobilidade residencial. A dificuldade em se adaptar a uma nova realidade, em poder suportar uma vida tão difícil é compensada pela solidariedade do grupo doméstico. Em vez de se desagregar, a família ganha uma nova força e o sentimento de identificação ao grupo vai ser maior. Nesta fase há uma profissionalização, para os homens e/ou uma centralização do universo da mulher na família.

- Numa terceira fase, a família passa a morar na Zona Norte e/ou volta para o Rio Grande do Norte e em seguida vai morar numa "casa de conjunto", adquirindo o seu próprio imóvel. Geralmente, então, observa-se uma instalação definitiva ou uma estadia prolongada na Zona Norte. A migração, nos relatos dos interlocutores que moraram fora do Estado, é sempre apresentada como temporária - mesmo se, de fato, eles não voltam para morar no seu local de nascimento.

A ligação com o lugar de origem existe e passa pela solidariedade da família, dos vizinhos e dos compadres, mas também pela referência a uma história e a uma cultura comum. Quando são pessoas que não se integraram ao novo contexto urbano e à vida nos conjuntos habitacionais, este lugar é sempre lembrado com saudade. Parece que o sentimento de identificação com o grupo de origem desaparece quando se tratam de filhos dos migrantes ou no caso de migrações satisfatórias. Acontece então uma identificação ao novo local de vida e uma reapropriação do espaço através da rejeição das suas raízes: eles não são mais migrantes, mas sim mo-

radores da Zona Norte. Com a negação da identidade passada e a tentativa de apagar a origem, nota-se pouca referência ao *corpus* narrativo tradicional. Os romances de cordel e as histórias de Trancoso deixam o lugar para outras narrativas e novas poesias, que correspondem melhor ao novo quadro geográfico, social e econômico no qual o indivíduo passa a morar.

É preciso, então, realizar uma pesquisa etnográfica para descobrir o universo de referência dos migrantes, bem como as possíveis estratégias dos candidatos à partida. Ainda assim parece difícil encontrar uma regra para as migrações e os locais de destino. Temos que analisar as histórias de vida detalhadamente para apreendermos a multiplicidade de perfis dos migrantes. A imagem caricatural do pau-de-arara chegando em São Paulo se desmancha em face à multiplicidade dos percursos individuais, levantados durante a pesquisa. Porém, por trás destes variados percursos, podem ser encontradas algumas regularidades temáticas (a família, o trabalho, a moradia) tanto que esses relatos de vida podem ser lidos como "estórias" e tendo uma organização narrativa e temática semelhante. Da mesma forma, vamos examinar agora um mito fundador que nos ajuda a entender como se perpetua um sentimento de identidade no quadro da migração.

O LUGAR DE ORIGEM

Durante a pesquisa, notamos que várias pessoas entrevistadas voltavam regularmente ao lugar de nascimento numa ocasião como as eleições, as festas religiosas (São João e festas do padroeiro) ou ainda um evento familiar de importância (casamento, batismo, enterro, aniversário, etc.).

Uma pergunta pode ser levantada: qual é o significado das viagens de retorno na construção da identidade dos migrantes (Morice, 1993: 356)? Qual é, ainda, o papel do migrante nas celebrações da cidade? Por exemplo, nas festas de Caicó e de Currais Novos que são dedicadas à Sant'Ana, a padroeira do sertão, se vê um número importante de pessoas "morando fora", quer dizer em Natal ou em outras regiões. Várias semanas antes do começo da festa, os ônibus estão lotados. Alguns fiéis aproveitam a viagem para montar algum tipo de comércio; instalando uma bar-

raca na praça central ou vendendo artigos de difícil acesso (roupa, bijuteria, perfume, etc.). Isto leva também a refletir sobre a função econômica do migrante que deixou a família para trabalhar na cidade e que contribuiu para sua sobrevivência.

Parece que os migrantes, mais do que outros, estão ligados ao lugar de origem da sua família (pelo menos afetivamente). Mas este lugar, fundador de identidade, parece mais mítico do que real. Não é raro encontrar casos onde várias gerações de um mesmo grupo familiar migraram para outra cidade, Estado ou região. O discurso nostálgico sobre o passado adota às vezes a forma da poesia e nesses momentos também o tempo da infância é sempre lembrado: o período no qual se escutam as histórias e os casos de assombrações, se liam os folhetos de cordel e se ia assistir às cantorias. Além disso o tema da "volta para casa" é muito frequente nas conversas cotidianas, aparecendo também como um tema chave nos romances e nos folhetos de cordel⁹. Examinando as produções narrativas dos migrantes da Zona Norte, nota-se que as representações do exílio são idênticas no escrito e no oral. Tendo em vista uma leitura conjunta dos textos - romances de cordel, contos, histórias de Trancoso, poesias, etc. - e das histórias de vida, percebe-se claramente que os temas da partida, da saudade, do sofrimento ligado à separação, da vida longe de casa, são tratados de um modo relativamente normativo. Desenha-se então, pouco a pouco, um discurso comum sobre a desgraça e o exílio. Assim é possível avaliar a importância das transformações ocorridas na cultura dos migrantes, bem como na composição do seu *corpus* narrativo - memorização ou esquecimento dos textos "clássicos", criações poéticas, sumiço dos folhetos, etc. - ou mesmo no cotidiano dos novos moradores da cidade ou dos migrantes instalados há mais tempo na Zona Norte.

A referência ao lugar de origem traz ainda com ela várias narrativas de fundação da cidade, que, em geral tem como ponto de partida a história de um santo, um relato de um milagre. Através de um exemplo bastante conhecido, vamos ver como essas narrativas servem de marcadores de identidade, permitindo uma

identificação dos migrantes com a história. Assim, várias lendas apresentam viagens de Nossa Senhora: depois de ser descoberta no mato e levada, ela volta ao seu lugar de origem onde é fundada uma capela; núcleo de uma futura cidade ou de um novo santuário. Geralmente dois protagonistas entram em cena: a mãe do Cristo e um colono com um estatuto definido (vaqueiro, caçador ou missionário), morando há vários anos na região. A Virgem aparece sempre como uma figura autóctone porque ela volta sempre de onde vem. Apresenta uma força vital porque consegue levar junto consigo os homens e convertê-los. Ela é viva e o seu deslocamento é impossível, uma vez que está no seu lugar de origem e que a sua aparição sempre se dá num espaço ainda não habitado. Este tipo de história corresponde aos modelos clássicos das aparições de Nossa Senhora e se encontram em outras regiões do mundo. Porém é preciso salientar que a narrativa é sempre integrada à história local e que corresponde ao período de exploração da região. Essa explicação da fundação de um vilarejo ou de uma cidade por um santo pode ser ligada às várias histórias que dão à região sua especificidade. Assim, as circunstâncias e os personagens podem mudar, mas o objetivo é sempre ilustrar o poder da Virgem e do milagre inicial; quer dizer de reforçar a fé dos fiéis.

Esse esquema quase universal da aparição da Virgem e a repetição dos episódios que são marcados por um ritmo ternário mostram que, uma vez que a trama narrativa parece fixada, é transmitida desde as primeiras tentativas de evangelização missionária sem muita modificação. Porém a história é atualizada por uma adaptação dos elementos variáveis (personagens, lugar, data, circunstância, etc.) a um conteúdo local. Parece mesmo possível avançar que essas adaptações locais são o fruto de reinterpretações que reproduzindo a estrutura narrativa, vão descrever as relações que os sertanejos tem com o mundo sobrenatural.

O MILAGRE DA VOLTA

Temos um exemplo narrativo de uma estátua da Virgem voltando para o seu lugar de origem, através da história de Nossa Senhora das Vitórias em Carnaúba dos

Dantas contada por Seu Rivaldo. Mesmo tendo migrado há bastante tempo (1953), ele sempre volta lá, onde ainda moram alguns membros da sua família (irmãs, tios e primos). Resumindo a narrativa, podemos analisá-la como um mito fundador de um santuário bem como um relato de migração, já que apresenta uma história de retorno para o lugar de nascimento graças à intervenção de Nossa Senhora:

Pedro Alberto, nativo de Carnaúba dos Dantas, vai para Amazônia como seringueiro. Ele fica muito doente (beribéri, cólera, lepra, febre forte, segundo as versões). Num sonho ele vê uma mulher vestida de branco (identificada como uma santa): se ele quiser ficar curado é preciso levar até o Monte do Galo uma estátua à sua imagem. Ele fica curado e junta dinheiro para voltar. Pedro Alberto começa a procurar a santa e encontra grandes dificuldades porque não a reconhece. Enfim, ele descobre que se trata de Nossa Senhora das Vitórias. Ele volta para C. dos Dantas pedindo esmola e "idealiza" o santuário do Monte do Galo que era antes famoso por ser um "Reinado Encantado". Até hoje, o Monte do Galo em C. dos Dantas é um dos maiores lugares de romaria do Rio Grande do Norte.

Essa história insiste sobre a aparição noturna da Virgem, o que irá determinar a volta do exilado. Comparando com os outros relatos de aparição a estrutura narrativa se modifica, mesmo quando a temática geral é respeitada. A Virgem que é muitas vezes associada a uma santa pelos seus nomes diferentes¹⁰, deseja voltar ao seu "lugar de vida": o Monte do Galo, mesmo que apenas na forma de uma representação material. Essa romaria, que é o preço pago para conseguir uma cura milagrosa é, ao mesmo tempo uma volta simbólica. Normalmente o contrário acontece: o homem pede à santa uma ajuda. Aqui parece que Pedro Dantas leva de volta a santa seridoense perdida na Amazônia. A imagem santa funciona então como um marcador de autoctonia: ela lembra a Pedro Dantas que o Seridó é o seu lugar de nascimento. Pagando a promessa, o protagonista está recompensado (uma cura milagrosa). Ele deverá retribuir com um sacrifício que será feito por meio de uma procura. O gesto emblemático que consiste em

trazer uma estátua para um lugar ainda deserto, selvagem e misterioso, é realizado depois, construindo um santuário.

Comparando com outras lendas de fundação, a história do Monte do Galo difere num outro ponto: este lugar sacralizado não determina o nascimento de uma cidade, já que existe um vilarejo a dois quilômetros. Porém, o Monte se tornará um centro de romaria e Pedro Alberto tomará conta do santuário até a sua morte. Essa narrativa que conta a fundação de um lugar santo pode ser lida como um conto maravilhoso já que aqui todas as regras essenciais do esquema narrativo são respeitadas. Descrevendo e explicando uma devoção, essa narrativa gera práticas rituais fundadas no culto aos santos e na retribuição simbólica que necessita da participação efetiva do miraculado nas romarias. Assim, a história fática é sempre reinterpretada no modo milagroso ou maravilhoso. Enfim, o lugar reservado aos ancestrais - primeiros proprietários fundiários legais ou construtores de santuários - na legitimação da distribuição desigual das riquezas, deixa transparecer uma representação da sociedade que se inspira no modelo da família extensa. Assim em Carnaúba dos Dantas todo mundo acha que pertence a uma família única. É desta maneira que se ilustram as ligações de solidariedade entre os indivíduos sobretudo entre os que têm estatutos desiguais: a família torna-se o modelo ideal pelo qual as relações devem ser realizadas. Mas, se tradicionalmente a filiação e a aliança são geradoras de identidade coletiva, o modelo da família parece também organizar o sagrado. A mãe do Cristo tem um papel determinante na elaboração do sentimento de autoctonia. Essa entidade feminina sobrenatural, associada à figura da mãe, que aparece na natureza e nos sonhos, tem então um papel importante na elaboração e no fortalecimento da identidade do migrante que continua a ter uma ligação forte com sua região de origem¹¹.

Seu Rivaldo, mesmo passando a morar na Zona Norte desde 1983¹², não se considera como um verdadeiro morador do Conjunto Nova Igapó, sentindo-se ainda um carnaubense, na tentativa de perpetuar um mito familiar. Ele insiste em dizer que o seu avô, José Alberto Dantas, foi um dos

fundadores e o orador oficial na inauguração do *cruzeiro comemorativo da fundação de Carnaúba* erguido no topo do Monte do Galo no dia 25 de outubro de 1928¹³. Além disso, reproduzindo a lenda de fundação, Seu Rivaldo se identifica com os fundadores do Monte e também com a história do lugar. Todo ano, quando volta em outubro para participar das festas de Nossa Senhora das Vitórias, ele pode reviver o sentimento ainda bastante forte, de pertencer à "grande e nobre família unida" de Carnaúba dos Dantas. Além disso, essa referência a um lugar fundador lembra três elementos-chaves que tem um papel determinante na definição de uma identidade dos habitantes do interior. A referência a um corpus narrativo comum e bastante estável indica sobre o grau de afinidade com o lugar de nascimento.

No mito fundador do Monte do Galo - como nas outras lendas de fundação de cidades - um primeiro elemento de natureza sagrada pode ser destacado: a cidade é fundada por um santo(a) autóctone que foi descoberto(a) no mato - o sagrado é sempre associado à natureza. Um segundo elemento pertencente ao maravilhoso aparece: a existência de mundos antigos, adormecidos e subterrâneos - os "Reinados Encantados". Enfim, um elemento histórico complementa esta representação do passado e do espaço tão singular, podendo ser encontrado na presença dos heróis-desbravadores que vieram povoar uma terra inocupada e trouxeram a civilização. Na nossa história trata-se de um seringueiro que vê a santa em sonhos, mas podem ser vaqueiros ou colonos que se encontrando numa situação perigosa, chamam o nome da(o) santa(o) para alcançarem os seus pedidos. Se essas narrativas remetem ao lugar de origem, à história do local bem como ao passado da pessoa e sobretudo à infância, e, de fato à elaboração de uma identidade individual, elas se encontram geralmente integradas às histórias de vida dos seus locutores que descrevem a infelicidade na hora da partida, as dificuldades encontradas durante o exílio, a vida familiar, o trabalho, etc. Assim, é preciso examinar a importância do lugar de origem e seu papel na rememoração de uma narrativa fundadora de uma identidade do grupo - formada no modelo da família estendida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma pesquisa centrada na vida real dos entrevistados privilegia os temas ligados à vida cotidiana dos migrantes bem como ao exílio, à partida da terra natal, e às vezes, a possível volta para o lugar de nascimento. Aponta também para a importância do papel da família e da solidariedade na ocasião da migração, destacando o trabalho como a principal razão do exílio. Permite ainda resgatar um discurso comparativo sobre a vida na região de origem e no lugar de destino, a volta para o Nordeste - para os migrantes que se deslocaram para o Sul ou outros Estados fora do Nordeste - e, afinal, a instalação e a vida em Natal e na Zona Norte. Enfim, chegando ao nível das narrativas mais tradicionais, que são vivenciadas nos folhetos e nos romances de cordel, como nas histórias de Trancoso, observa-se que estas sofrem um processo de esquecimento e que são geralmente denegridas pelos mais jovens que desconhecem este tipo de literatura, lembrando a sua origem rural. Outras histórias tomam o seu lugar, que, geralmente, seguem uma estrutura narrativa similar. Parece que os tipos de histórias mudam com as identidades dos migrantes.

Assim, a dificuldade que encontramos em colher as narrativas - sobretudo escritas mas também as histórias de Trancoso - pode ser explicada pelo fato de que os migrantes, ao chegar na cidade, se esforçam em apagar o estigma do camponês chegando na cidade que é sempre aplicada quando se fala de migrantes. Outras narrativas surgem e, geralmente, o maravilhoso volta com a presença do tema dos mundos subterrâneos que é atualizado com a referência à história recente¹⁴. Finalmente, algumas correspondências podem ser anotadas entre o processo narrativo e a descrição da realidade, a lógica ficando num nível mais profundo. Assim, na realidade como na ficção narrativa, há uma divisão do universo social entre os homens e as mulheres bem como uma continuidade entre o mundo humano e o sobrenatural. Essa bivalência se reencontra nas formas narrativas onde se torna difícil o estabelecimento da distinção entre a realidade e a ficção ou, o escrito da oralidade. O mundo sobrenatural - que é uma mistura de elementos cristãos e de figuras pertencen-

cendo as bestiário maravilhoso - é onnipresente. Ele se integra numa representação do mundo necessariamente harmônica: os homens entram em contato com os espíritos e os santos para resolverem seus problemas. A presença dos monstros e animais diabólicos na natureza é explicada e aponta para um problema social; no caso da metamorfose de um humano em animal, o pecado (incesto, criança abandonada pela mãe, maldição, etc.) torna-se visível e é punido pela passagem do mundo humano ao reino animal.

Em todos os casos, parece que houve uma acumulação de estórias que foram contadas e recontadas pelos diferentes locutores e poetas. Fora a forma versificada, não existe diferenças fundamentais entre uma estória de Trancoso (oral) e um romance (escrito), ainda menos quando o romance é contado ou decorado. As duas formas adotam uma estrutura narrativa parecida, os personagens são os mesmos, o uso das figuras metafóricas é igual, etc. Parece mesmo que existe uma grande continuidade entre o oral e o escrito. Se a maior parte dos migrantes perdeu seus folhetos de cordel e seus romances, não quer dizer que os esqueceram. Graças à escrita, à leitura e à rememoração das poesias e das estórias, os migrantes defendem e reatualizam os seus valores culturais. Os textos, que lembram um passado mas também um lugar de nascimento, tornam-se veículos de tradição e de identidade. Porém, na zona urbana, pode-se observar o desaparecimento progressivo das expressões da cultura tradicional como os dramas, a cura pelas plantas, os rituais e as procissões e, sobretudo os folhetos de cordel. Para os migrantes, esse desaparecimento vem acompanhado da desagregação das relações sociais que existem nas zonas rurais. A organização espacial das cidades e sobretudo das periferias - conjuntos habitacionais e prédios -, destrói o tipo de sociabilidade tradicional baseada na família numerosa, no conhecimento mútuo e na vizinhança - mesmo se algumas formas de sociabilidade permanecem, como por exemplo a feira semanal. Além disso a identificação dos leitores de cordel com os personagens diminui e explica, em parte, a indiferença dos mais jovens. Os filhos dos migrantes se sentem atraídos por ou-

tras formas culturais que são as da cultura urbana. Assim, quando se estuda a história dos folhetos, o seu modo de transmissão ou mesmo a vida dos poetas, constata-se que as criações narrativas e poéticas são estrangeiras ao universo urbano e que pertencem a uma cultura de migrantes de primeira geração, oriundos das zonas rurais ou continuando a ter fortes ligações com a comunidade de origem. Longe de ser uma reflexão pessimista sobre o desaparecimento total de uma cultura tradicional é um fenômeno clássico; o êxodo rural e a migração representam mutações tão radicais que justificam esse desaparecimento.

* Julie A. Cavignac é Antropóloga, Profª adjunta I da UFRN (GRAL CNRS UMR 5595 - Toulouse/França).

NOTAS

- 1- Este artigo é uma versão resumida do trabalho apresentado no VIII Encontro de Ciências Sociais Norte-Nordeste - Fortaleza, 1997, no GT *Memória, Narração e História Oral* e tem como base a pesquisa *Memória de Migrantes: estudo etno-literário de uma comunidade da Zona Norte (Natal)*, financiada pelo CNPq, (1994-1996).
- 2- Esse desenvolvimento pode ser também atribuído ao crescimento geral do Estado; em 1996, o Rio Grande do Norte foi o segundo Estado do Brasil inteiro a ver o seu saldo populacional crescer.
- 3- É preciso sublinhar que para os Natalenses a Zona Norte e os habitantes "do outro lado do rio" tem uma reputação péssima, sobretudo no que diz respeito à qualidade de vida: transporte, segurança, serviços, ação política efetiva, saneamento básico, etc. Os moradores de Igapó são até chamados de "índios" pelo fato de ter sido uma antiga aldeia indígena.
- 4- Alanin Morice (1993: 356) que estuda os migrantes trabalhando na construção em Santa Rita, cidade vizinha de João Pessoa, também nota a existência da categoria "Trabalhador agrícola-pedreiro".
- 5- Incluindo os parentes próximos ou mais distantes, a sociabilidade estende-se aos antigos vizinhos, aos amigos ou às pessoas com quem estabeleceu uma ligação qualquer (compadre, patrão, colega, etc.).
- 6- O primeiro Círculo Operário de trabalhadores Cristãos atendia nas Quintas até a Redinha. Foi fundado pelo Padre Augusto Bretão em 19/10/56. Prestava assistência médica e em odontologia através de estagiários. Sua segunda sede foi na Escola Potiguaçu (Governo de Silvio Pedrosa).
- 7- Na pesquisa, realizada entre 1994 e 1996, 25 pessoas foram entrevistadas (a grande maioria moradores de conjuntos habitacionais), na tentativa de se colher o testemunho de vários membros de um grupo familiar junto com a memória dos folhetos de cordel, narrativas orais, apontamentos sobre a história da Zona Norte, etc.
- 8- Muitos romances de cordel e as estórias de Trancoso apresentam o motivo narrativo do exílio inserido numa aventura romanesca que, geralmente, tem um final feliz.
- 9- Cf. minha comunicação na mesa redonda "Antropoética nordestina", no Congresso da ABA regional, Recife, maio de 1997.
- 10- Isto aparece claramente com os casos de Santa Rita (dos Impossíveis) que é chamada de Nossa Senhora dos Impossíveis e da padroeira do Seridó e, dum

modo geral, do sertão que é também chamada Nossa Senhora Sant'Ana.

11- Quando se trata da Zona Norte, a identificação parece difícil porque a referência aos santos fundadores não é imediata. No caso de Igapó, novas figuras lendárias vão aparecer: são os primeiros - e até hoje únicos - proprietários legítimos da terra; eles doaram uma parte das terras para a Igreja - hoje a praça - e as pessoas foram se apossando delas.

12- Seu Rivaldo José Dantas nasceu em Carnaúba dos Dantas em 1939, foi para Acari em 1953 (pequena cidade vizinha) para estudar e se mudou para Caicó em 1972 para trabalhar "no batalhão" e dois anos depois foi para Campina Grande. Em 1978, quando ele se aposentou, ele decidiu morar em Natal, onde já tinha alguns membros da sua família (irmão e primos maternos), mas só veio morar na Zona Norte em 1983 (antes tinha morado em Nova Descoberta e no Alecrim).

13- Seu Rivaldo forneceu-nos uma cópia do "Discurso oficial pronunciado pelo Sr. José Alberto Dantas no dia 25 de outubro de 1928": aqui o autor propõe um histórico da cidade e do "clã" Dantas mas não fala da visão de Pedro Alberto Dantas.

14- Estamos realizando uma outra pesquisa intitulada *Imagens da colonização: contos maravilhosos, narrativas e memórias da Zona Norte (Natal/RN) ou o nascimento de uma identidade mestiça* que tenta apontar para a presença de mundos encantados e a sua ocorrência na memória dos moradores de Igapó. Mais do que simples histórias pouco acreditáveis, informam sobre uma representação local do espaço e do tempo - sobretudo o imaginário ligado à colonização.

BIBLIOGRAFIA

- AGIER, Michel
(1997) "Mobilidades: algumas formas recentes de diferenciação social". *Imagens e Identidades do Trabalho* (coll.), São Paulo, Hucitec, ORSTOM: 75-112.
- ANDRADE, Ilza Araújo Leão
(1987) *Mapeamento e análise dos conflitos urbanos em Natal*. Natal, (mimeo), (MCs).
- CABANES, Robert
(1995) "Hommes et femmes entre culture d'entreprise et culture ouvrière. Un exemple brésilien". In: *Salariés et entreprises dans les pays du sud. Contribution à une anthropologie politique* (coll.). Paris, Karthala.
- CAVIGNAC, Julie
(1997) *La littérature de colportage au nord-est du Brésil De l'histoire écrite au récit oral*. Paris, ed. du CNRS, coll. Pays Ibériques/Amériques.
- CAVIGNAC, Julie
(1997) "Romances d'exil: Littérature de cordel et migrations au Brésil". *Autre part*, 1: 15-39.
- CLEMENTINO, Maria do Livramento
(1995) *Economia e Urbanização: O Rio Grande do Norte nos anos 70*. Natal, UFRN, CCHLA.
- MENEZES, Marilda Aparecida de (org.)
(1992) *Histórias de Migrantes*. São Paulo, Ed. Loyola/CEM.
- MENEZES, Marilda Aparecida de
(1996) "Trabalhadores camponeses migrantes. Histórias de Vida e Identidade". *Raízes*, ano XV, 12: 147-156.
- MORICE, Alain
(1993) "Une légende à revoir: l'ouvrier du bâtiment brésilien dans feu ni lieu". *Cahiers des Sciences Humaines*, 29 (2-3): 349-371.
- SARTI, Cynthia Andersen
(1995) "São os migrantes tradicionais?" *Travessia-Revista do Migrante*, CEM, ano VIII, nº 23, setembro-dezembro, pp. 11-13.

MEMÓRIAS DE TRABALHADORES RURAIS NA CIDADE

Charles D'Almeida Santana*

Entre os anos de 1960 e 1980 o cotidiano em Salvador modificava-se por força da presença de lavradores expulsos do campo baiano e por conta de diversas facetas do processo de industrialização pelo qual passava. Simultaneamente, a região dos municípios de Conceição do Almeida e Santo Antonio de Jesus, no Recôncavo Baiano, experimentava uma profunda transformação em seus modos de vida e de luta no campo. A concentração de terras, a extinção das roças de café e de fumo, o fechamento de engenhos de açúcar e a ampliação da criação de gado, processos históricos articulados entre si, empurravam os trabalhadores rurais para cidades próximas, outras regiões e estados brasileiros. Nessas circunstâncias, obviamente, a migração foi a alternativa para uma expressiva parcela dos agricultores da região, especialmente para as novas gerações que se viram sem perspectiva de encontrar terras para o trabalho.

A cidade de Salvador foi um dos principais destinos dessa onda migratória. Esta opção pela capital deve-se à ampliação de oferta de empregos, em toda sua Região Metropolitana, e à proximidade entre as duas regiões. Assim, os trabalhadores dos municípios considerados participaram, por variados caminhos, no processo cultural, no fervilhar da vida tanto rural quanto urbana da Bahia. Neste texto, nossos olhares voltam-se a alguns impasses que surgem quando buscamos interpretar, nas dinâmicas do dia-a-dia na capital baiana, a participação de trabalhadores oriundos daquela determinada região rural do Estado.

LEMBRANÇAS DO CAMPO NA CIDADE

Vale dizer que, durante o período, os múltiplos limites e pressões da cidade sobre os migrantes e os diferentes impactos desses migrantes na construção e reconstrução de espaços urbanos, em Salvador, são incorporados no universo do cotidiano cidadão. Nesse processo, destaca-se a importância de memórias de trabalhadores do campo na cidade, lembranças que apontam continuidades e nítidos laços entre o urbano e o rural objetivados nos "lugares da memória" qualitativamente construídos e reconstruídos por migrantes.

A qualidade aqui pensada trata do cruzamento de inúmeras experiências e vivências do homem do campo em um mundo urbano. Suas representações sociais experimentaram velozes e efêmeras transformações em face das circunstâncias cambiantes, quer seja no ponto de partida, quer seja no ponto de chegada. As tradições, enquanto conteúdo da memória, são explicitamente selecionadas à proporção em que os trabalhadores relacionavam-se com uma realidade absolutamente nova, atraente e objeto do "fazer futuro" para os ex-lavradores.

Sabe-se que as ações humanas, no dinamismo urbano, estão envolvidas por uma complexa gama de instituições, práticas e representações inexistentes na realidade campesina. "Há mais em jogo, e mais a perder, na cidade; ali o equilíbrio é mais precário, e o perigo, maior; os breves momentos de descanso são mais difíceis de perceber; o sucesso e o fracasso manifes-

tam-se sob formas novas e mais problemáticas" (Williams, 1990: 303).

Nessa conjuntura, os trabalhadores rurais que chegaram à capital baiana, desambientados, conseguiram manter relações semelhantes àsquelas tradicionais no campo, especialmente no que se refere a práticas de solidariedade. Por exemplo, a de compadrio que, para além da política de coronéis, apresentava-se no interior do Estado em diversas formas: a de batismo, a de crisma, a de casamento, a de fogueira e a de parteira.

A busca de suas identidades cidadinas, marcada por tropeços e acertos, significava uma convivência com compreensões mistas do urbano como um distante reino da luxúria e o lugar onde poderiam conquistar direito ao trabalho. Temor e admiração foram, provavelmente, as primeiras sensações na vida urbana; ceder às luzes ou padecer no caos; sobreviver à *"sauda-de das festas de São João, das festas da fogueira"*, ou, conforme as recordações de Antonio Oliveira¹, morrer como *"um peixe fora d'água"*, junto a um *"monte de gente supersofisticada, no Elevador Lacerda, que elevador era esse? E o medo daquele negócio quebrar e ficar preso. E como sair?"*

RECORDAÇÕES E RESISTÊNCIAS

Enfim, situações semelhantes encontradas em estórias preservadas/modificadas na tradição oral dos trabalhadores, podendo ser compreendidas a partir de diversas versões. Entre variadas possibilidades de leitura, uma diz respeito a visões da cidade elaboradas no mundo agrário brasileiro e a importantes dimensões da memória de lavradores ao chegarem em Salvador. Na literatura de Cordel, por exemplo, surpreendemos traços de rememorações de agricultores sobre o viver na cidade.

Nesse sentido, é significativo o conto intitulado *"Juvenal e o Dragão"*. Nesta literatura oral, a vida urbana, genericamente denominada de reino, é vista controlada por uma fera assassina de belas jovens e lugar de mesquinhas e artimanhas praticadas por pessoas desprezíveis. Contudo, Juvenal, um lavrador que decidiu correr o mundo, migrar para a cidade, encontra o dragão e salva uma princesa, por extensão a população de toda a cidade, ma-

tando-o com o auxílio de seus três cães. Termina feliz para sempre na condição de herói, de rei da cidade e adorado pela jovem, com quem se casa. Toda narrativa tematiza a morte na cidade, a desordem urbana, e a alternativa da paz social ser restabelecida por um simples, corajoso e arrojado agricultor. Portanto, o trabalhador rural aparece como aquele que pode vencer na cidade.

Mas, enquanto a implacável realidade, percebida como se fosse um "dragão", tentava submetê-los por inteiro, eles forjaram um cotidiano matizado por um tipo específico de resistência. Em meio a incertezas acerca da alternativa de vida a ser escolhida, sua presença na cidade desenvolveu-se carregada de uma incessante e criativa procura de atividades que permitisse resistir à própria morte física e espiritual. Tal perspectiva mostra-se notadamente no que se refere às "festas da fogueira", no mês de junho.

Nos dias próximos a São João e São Pedro, os espaços urbanos eram redecorados como pontos de venda de milho, amendoim, toros de árvores. Algumas ruas, asfaltadas ou não, recebiam o implante de pés de banana ao lado da fogueira a ser queimada. As labaredas iluminavam as casas daqueles que, por não conseguirem viajar para o interior, bebiam licor ao mesmo tempo em que relembavam as "festas da fogueira" na roça. Outros divertiam-se em eventos organizados pelo poder público que, se de um lado aproveitava, de outro rendia-se às pressões surdas dos migrantes em Salvador.

MEMÓRIAS DO CAMPO E DA CIDADE

Em outro sentido, os lavradores vivenciaram, na cidade de Salvador, o moderno e o antigo também em outras práticas sociais enquanto resistência aos traumas da exploração, uma fuga da miserabilidade, ao fundirem costumes, hábitos e valores do seu mundo rural de origem a outros cidadãos. Um dos melhores destaques é o da religiosidade: o misticismo interiorano, pouco ortodoxo, mesclou-se com o de Salvador, criando novas práticas religiosas.

Os migrantes procuravam indistintamente o catolicismo popular e o oficial, a

rezadeira com galhos de plantas, o jogador de búzios, a cartomante, a umbanda, o candomblé, as rezas ou ladainhas em latim "aportuguesado" (um tipo de culto feito em frente a um singular altar de divindade cristã, podendo ser seguida de festa com atabaques, caruru, incorporação de caboclo, cacachaça, samba-de-roda, etc.). As religiões de origem africana, anteriormente reprimidas pela polícia na capital, ampliaram-se. Ainda na condição de absolutamente conservadoras e confinadas em seus próprios terreiros, onde permitia-se a frequência somente a iniciados, elas são invadidas pelos migrantes, "renovando-se". Dessa perspectiva, e em uma sintonia tensa do campo com a cidade, os terreiros de candomblé teriam cedido ao peso de extralavadores rurais.

Assim, à medida em que os migrantes forjavam paisagens urbanas impregnadas de costumes, hábitos e valores agrários, seletivamente incorporados nas práticas sociais, tendia a reduzir a sensação de estranhamento quanto ao mundo urbano, de perceber-se perdido em meio à multidão como uma perda da própria identidade. Frente às dificuldades encontradas ao tentar sobreviver em uma realidade histórico-cultural desconhecida, os trabalhadores "transportaram" tradições do campo baiano e, de algum modo, reforçaram costumes e hábitos proporcionando a criação de um universo repleto de inúmeras maneiras de viver. O novo cotidiano realizava-se intensamente nas ruas, nos "finais de linha" de ônibus, na praia durante todos os dias do ano.

A população de Salvador tem o seu dia-a-dia adornado pelos versos dos repentistas, dos cantores de chula e samba-de-roda nas praças, no transporte coletivo e nas casas, no Mercado Modelo, no Pelourinho. São diversas cidades. E uma *"outra Salvador - que é a mesma - também existe. Salvador do trabalho diário e estafante, do subemprego, dos momentos vários de auge econômico e das prolongadas crises de estagnação, da produção de riquezas e, sobretudo, da pobreza cotidiana e difícil"*. (Faria, 1980: 23).

Nesse contexto, em que variados condicionantes pressionam no sentido da criação de novas modalidades de relações, uma diferente forma de viver o dia-a-dia

mostra-se na veloz dinâmica urbana dos trabalhadores, nos espaços da cidade, em suas práticas diárias. Vivências que marcaram profundamente a construção de sua identidade e o seu envolvimento na invenção de modos de vida urbanos: a manutenção de relações objetivas com o interior baiano.

Já nas utopias, projetos e representações quanto à futura vida em Salvador, notamos dimensões indicativas do retorno ao campo. Ao nível das intenções, após conseguirem emprego na cidade, eles voltariam para a próxima festa de São João, para o Natal ou casamento de alguém; para buscar seus parentes ou comprar um sítio. Realizando plenamente ou não seus projetos, eles encontraram alternativas eficazes para manter vínculos com o lugar de origem: são redes de encontros cujo principal objetivo é a troca de notícias, recados, cartas e recordações.

Dada à proximidade entre a capital e algumas áreas do interior, as viagens e as comunicações ocorreram com uma frequência suficiente a lhes permitir uma forte sensação de continuidade de pertencimento ao mundo agrário, articulando dramaticamente o passado e o presente do campo e da cidade. Um reforço à memória que modifica sua interação com a vida cidadina, assim como a própria memória.

Concomitantemente, a vida nas áreas rurais da Bahia passava por mudanças sintetizadas na formação de grandes propriedades, no extermínio de quintais de café, no desaparecimento de vilas camponesas, na generalização da pecuária bovina, no desemprego e na expulsão de trabalhadores rurais das roças.

Processos diferenciados no campo e na cidade. Mas todos articulados historicamente em um único movimento em que subordinava a produção rural ao núcleo industrial do Estado. No âmago de tal movimento, os migrantes refaziam espaços e modos de vida na cidade de Salvador, num processo de redefinição dos sujeitos e dos modos de ser da própria cidade, criando uma "cidade ilegal", "clandestina", dentro da "cidade legal", "cidadã", implantada nos anos da ditadura militar no Brasil.

É de se pensar a importância do viver espaços e tempos diferentes e divergentes, no intuito de analisar o cotidiano dos tra-

balhadores migrantes e suas identidades históricas. Em um mesmo instante, eles viveram maremotos no campo e na cidade: múltiplas pressões vividas pelas mesmas pessoas, no seio de um único movimento histórico-cultural. São cobranças da capacidade de lidar com realidades do urbano e do rural que acarretam apropriações necessárias repletas de antagonismos e conflitos.

Tal capacidade de convivência pode ser percebida nas experiências dos migrantes quanto à realidade vivida e nas lutas travadas na cidade. Suas representações sociais participam efetivamente na elaboração da história consubstanciada em valores, hábitos, costumes saturados por elementos de suas memórias do mundo rural, lembranças que abrem possibilidades de mergulhar no "tempo contido no instante em que a luz da estrela cadente cintila para uma pessoa". (Benjamin, 1989: 129)

SALVADOR DE MIGRANTES

A memória dos migrantes contribuiu decididamente no processo cultural urbano de Salvador. Estudar a presença de ex-trabalhadores rurais, na capital baiana, significa considerar uma específica transplantação de hábitos, valores, tradições e saberes camponeses na construção da paisagem social da cidade, cujo cotidiano coexiste com uma ruptura no seio das relações em todo Estado. Imediatamente à sua chegada, chocados com o mar e o porto, a multidão e as vitrines, as luzes, suas representações a respeito da cidade sofreram alternâncias.

Antes, a "cidade da Bahia" era o lugar da luxúria, da exuberância desmedida, onde os doutores se formavam. Agora, é o lugar de "fazer um futuro", onde ex-lavradores agem no dia-a-dia em circunstâncias mais complexas, reinventando a vida e "instituindo espaços novos de convivência em que as experiências sociais desses sujeitos se confrontam no desenho da nova cidade" (Cruz, 1994: 82), mas sem permitir o aniquilamento de todas as dimensões de suas identidades anteriores.

Olhar Salvador do ângulo do trabalhador oriundo do campo baiano significa penetrar no "Canto do Povo de um Lugar". É repensar a política modernista da técnica infalível, contraposta a um fazer-se su-

jeito histórico resistente ao anonimato e à automação urbano-industriais. Uma vez recém-imersos em um mundo de heterogeneidades e de pressões daquela realidade urbana sobre suas vidas, suas estratégias de sobrevivência passaram a marcar a cidade: um outro lugar da tradição, da história e da memória.

* Charles d'Almeida Santana é doutorando em história na PUC-SP e Prof. da Universidade Estadual de Feira de Santana e da Universidade do Estado da Bahia, campus de Santo Antonio de Jesus.

NOTA

1- Antonio Oliveira é ex-trabalhador rural do Recôncavo e reside em Salvador desde 1967, aproximadamente. Este depoimento data de janeiro de 1997.

BIBLIOGRAFIA

- BENJAMIN, Walter
(1989) *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo, Brasiliense. Obras Escolhidas, v.3.
- CERTEAU, Michel de
(1994) *A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer*. Petrópolis, Vozes.
- CRUZ, Heloisa de Faria
(1994) *Na cidade, sobre a cidade; cultura letrada, periodismo e vida urbana. São Paulo-1890/1915*. Tese de Doutorado, USP, Dpto. de História.
- FARIA, Vilmar E.
(1980) "Divisão Inter-Regional do Trabalho e Pobreza Urbana: o caso de Salvador". In: Guaracy Adeodato de Souza (org.). *Bahia de Todos os Pobres*. Petrópolis, Vozes/CEBRAP.
- FERNANDES, Ana (org.)
(1990) *Anais da 3ª Semana de Urbanismo*. Salvador.
- RONCAYOLO, Marcel
(1986) Cidade. In Região. *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa, Imprensa nacional - Casa da Moeda, vol.8.
- OLIVEIRA, Francisco de
(1987) *O Elo Perdido - classe e identidade de classe*. São Paulo, Brasiliense.
- SANTANA, Charles d'Almeida
(1998) Trabalhadores Rurais do Recôncavo Baiano: memórias e linguagens. In: Projeto História, *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Dpto. de História da PUC/SP*, nº 16, fev/98, pp. 193-209.
- SOUZA, Angela Maria Gordilho
(1990) *Invasões e Intervenções Políticas: uma política de atribuição espacial em Salvador, 1946-1989*. Rio de Janeiro, Instituto de Planejamento Urbano e Regional-UFRJ, mimeo.
- WILLIAMS, Raymond
(1979) *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro, Zahar.
- WILLIAMS, Raymond
(1990) *O Campo e a Cidade na História e na Literatura*. São Paulo, Cia de Letras.

MEMÓRIA COMO RESISTÊNCIA

O MIGRANTE

Teresinha Bernardo*

A memória de diferentes grupos sociais constitui um bem cujo valor é inestimável, principalmente diante do atual processo de globalização que se vive e que, para alguns estudiosos, possui o significado da homogeneização: anulam-se as diferenças mas permanecem as desigualdades.

No entanto, os pesquisadores da cultura sabem que, nesses processos interativos, as produções humanas - fruto de determinadas relações sociais - longe de desaparecerem, florescem com toda a sua força. Em outras palavras, refiro-me aqui ao trabalho, aos hábitos alimentares, à religião com os seus ritos e mitos, às histórias que são transmitidas de geração em geração (se bem que modificadas), às danças, às músicas, às maneiras de expressar a amizade, o amor, a raiva, a dor. Essas expressões culturais, quando analisadas pelo viés da memória, desnudam o cotidiano dos diferentes grupos de convívio que os indivíduos participaram no passado e vivem no presente.

É nesta perspectiva que a memória é um recurso excelente de resistência, pois permite, talvez melhor que qualquer outro meio, não somente lidar com a dimensão objetiva dos fatos vividos mas também com o lado subjetivo dos indivíduos que constituem os diferentes grupos sociais.

O estudo da memória pode possibilitar ainda muito mais, à medida que permite descortinar situações conflituosas, jogos de poder entre pessoas e grupos sociais e pro-

cessos como o de construção de identidades. Ou seja, a memorização possibilita reconstruir identidades tanto individuais quanto coletivas dos diferentes grupos sociais. Esse processo possui um movimento que é próprio do seu tempo. Temporalidade essa que se caracteriza pela reversibilidade, mais precisamente, um movimento marcado pela saída do presente, ida ao passado e retorno ao presente.

Esse movimento da memória é análogo ao do migrante: este sai da terra de origem, vem para a cidade, no caso São Paulo, e regressa à terra natal. A expectativa de retorno parece invadir a maior parte dos migrantes que aqui aportaram. A volta às origens ocorre por meio de dois movimentos. O primeiro dá-se no plano do real - retorna-se à terra natal nem que seja por alguns dias - a saudade como fruto da memória faz com que a volta ocorra na realidade. O segundo ocorre no plano das lembranças: regressa-se à terra onde nasceu às vezes conscientemente, às vezes inconscientemente. No primeiro caso, afloram as lembranças porque o indivíduo ou grupo quer lembrar; no último, sonha-se com a terra natal, que também é lembrança.

Assim, na memória do migrante detectam-se elementos que significam resistência. Resistência porque de uma maneira ou de outra ele sempre retorna. Isso ocorre porque o migrante não saiu de sua terra natal movido pelos seus próprios desejos, mas, ao contrário, foi obrigado a abandonar a terra onde nasceu, onde vivem seus

entes queridos, onde estão enterrados os seus antepassados, onde ele pensava em ter continuidade gerando seus próprios filhos, onde ele constituiu a sua identidade, onde ele tinha raiz.

Assim, o migrante, ao voltar, ao lembrar, ao sonhar, resiste. Segundo Claudelir Clemente, essa resistência expressa-se, por exemplo, nas lembranças "dos folguedos de São João, no qual as chamas das fogueiras esquentam e aproximam os corpos que os fazem sentirem-se vivos". Essas reminiscências emergem no momento em que o migrante "depara com a iluminação pomposa dos arranha-céus...". (Clemente, 1998: 89)

Assim, percebe-se que a lembrança está diretamente referida ao presente. Mas o migrante rememora muito mais. No presente, ao lembrar do sabor da comida do passado lembra-se também de sua mãe. E a mulher-migrante percebe que hoje também é mãe e cozinha para seus filhos os alimentos que saboreava na sua infância e na adolescência. E assim resiste. Por meio de receitas caseiras, que na maioria das vezes foram transmitidas pela oralidade, cozinha aqui o que saboreava lá. E dessa forma não somente traz para o presente o seu passado como enriquece a cultura paulista com o aroma e o sabor dos pratos de sua terra de origem.

No entanto, a comida não tem só sabor, ela também tem aroma. Pelo cheiro que a comida exala, homens e mulheres migrantes retornam para os seus locais de origem, por meio da "memória

involuntária”, tão bem definida por Proust (Proust, s/d). Relembra o trabalho, a família, os amigos, deixados em um passado recente ou distante em algum lugar da Bahia, Pernambuco, Maranhão, Ceará, Piauí...

Esse passado é então confrontado com o presente. Mesmo quando a situação atual apresenta-se favorável, o migrante jamais esquece a sua raiz. Tanto isso é verdade que não é raro o migrante, sempre que pode, utilizar-se do telefone para saber as notícias da terra natal. A ansiedade é tanta que a carta não satisfaz. É no presente imediato que ele quer respostas.

Apesar disso, a troca de cartas entre os migrantes e o “povo que ficou lá” é um fato recorrente. Desta forma, tem-se o “documento” que atesta a importância da terra natal para quem foi obrigado a deixá-la.

O significado dessa terra também transparece quando os migrantes encontram alguém que escute suas histórias. Nesse momento transformam-se em verdadeiros narradores, inclusive porque preenchem os requisitos básicos que Benjamin aponta para a arte de narrar. “Quem viaja tem muito que contar, diz o povo e com isso imagina o narrador como alguém que vem de longe” (Benjamin, 1985: 198). Benjamin também considera o trabalhador sedentário como um bom narrador. E o migrante parece reunir essas duas características: vem de longe e torna-se um trabalhador sedentário na Metrópole. Assim, ele conta, como ninguém, histórias da seca, dos milagres, das festas e do trabalho anterior.

Percebe-se desta forma que o olhar migrante vive no presente, na metrópole paulista. É nela que ele acorda, ama, trabalha, passeia, odeia. Mas este olhar acompanha a sua memória, que se volta para o passado no presente. E nas lembranças da família o migrante encontra o aconchego e o afeto que fazem com que ele resista na vida metropolitana. Na verdade, o migrante traz do passado e da terra natal a energia que, transformada em força, faz com que ele enfrente o presente metropolitano, repleto de discriminação na maioria dos casos.

Ao olhar o passado no presente, trava-se um conflito na memória do

migrante: de um lado ele recorda que, no passado, apesar de ter sido obrigado a abandonar a terra onde nasceu, sempre foi brasileiro. No presente, na Metrópole paulista, ele é o “baiano”. Mais precisamente, transformaram-no em estrangeiro.

O “baiano”, ao sentir a discriminação, a exclusão, encontra mais uma razão para criar aqui, com os recursos que a memória oferece, espaços repletos de baianidade, ou como diz corretamente Claudelir Clemente, de nordestinidade. Desta forma, na Metrópole paulista encontram-se pedaços da Bahia, de Pernambuco, do Ceará, do Maranhão, de Alagoas, do Brasil.

A música e a dança, resgatadas pela memória auditiva e gestual, também permitem o retorno ao passado no presente. Aqui são os sentimentos de alegria e de prazer que invadem o migrante. São os desejos que fluem fazendo com que ocorra o encontro dos amigos e dos afetos. A música e a dança, apesar de fugazes, permitem perceber que o que foi pode voltar. Na verdade, a música e a dança possibilitam o mesmo movimento de volta ao passado proporcionado pelo sabor e pelo aroma da comida.

No entanto, o encontro com os amigos não ocorre somente por meio da música e da dança, pois é um fato recorrente. Existem em São Paulo redes de solidariedade intensa entre os migrantes, embora sem visibilidade para a sociedade englobante. Na verdade, essas redes parecem movimentar-se no subterrâneo, mas são tecidas com fios suficientemente firmes, que tornam quase impossível sua ruptura.

O passado migrante retorna também por meio dos chás, das garrafadas, da arte de benzer e de curar. Ao benzer, o migrante reza e, assim, pela lembrança da força mágica das palavras e dos gestos, o passado encontra o presente.

No entanto, é na umbanda que se percebe o poder da memória e da criação do migrante com toda a sua intensidade. Na verdade, a dor e a angústia do migrante de ter sido banido do lugar onde nasceu e de ser discriminado nas terras paulistas onde trabalha faz com que ele, por meio da memória e do imaginário, crie na

umbanda o seu duplo - o “baiano” - entidade dessa expressão religiosa.

Surpreende perceber que a entidade “baiano” é uma expressão exclusiva da umbanda paulista, não existindo em outros estados brasileiros. Na verdade, o “baiano” representa o migrante, seja ele pernambucano, alagoano, cearense; portanto, discriminado.

É ao “baiano” que o migrante vai contar a sua dor, os seus problemas, a sua angústia. O baiano sabe e entende como ninguém os seus problemas. O “baiano” é o migrante. Ao criar na umbanda o seu duplo, o migrante expressa a discriminação sofrida e internalizada.

Mas ao mesmo tempo, pode-se interpretar o “baiano”-entidade como um enfrentamento, uma resposta à discriminação. Se por um lado o “baiano”-entidade representa o migrante, por outro ele também tem um aspecto divino que está acima das discriminações terrenas. Vive no sobrenatural e, no imaginário, simboliza o homem forte, corajoso, tenaz, qualidades importantes para o masculino.

Assim, pelo trabalho das lembranças, reconstrói-se aqui o que se deixou lá. A análise da memória permite captar não só as lembranças, o imaginário, mas também as reconstruções reais. É nesta perspectiva que a memória significa resistência. E por isso os processos de homogeneização estão longe de ocorrerem no caso dos migrantes. Assim, enquanto existir esse grupo social na metrópole existirá a sua memória, expressa no trabalho, na música, na dança, na comida e na arte de benzer e de curar.

***Teresinha Bernardo é Prof^ª Dra. do Dpto. de Antropologia e do Curso de Pós-Graduação PUC/SP.**

BIBLIOGRAFIA

- CLEMENTE, Claudelir
(1998) *Apreciando o Movimento*. São Paulo, Dissertação de Mestrado, PUC/SP, p. 89.
- PROUST, Marcel
(s/d) *O Tempo Redescoberto*. 10^ª ed., São Paulo, Globo.
- BENJAMIN, Walter
(1985) *Magia e Técnica, Arte e Política*. 4^ª ed., São Paulo, Brasiliense, p. 198.

MEMÓRIAS DE UM IMIGRANTE ANARQUISTA

Rene E. Gertz

Editora La Salle, Canoas, 1989, 167 p.

Além da memória do personagem em questão - imigrante anarquista - essencial para o enriquecimento das informações sobre as idéias e ações do anarquismo no Brasil, a publicação enriquece a bibliografia sobre a imigração alemã no Rio Grande do Sul. Preenche uma importante lacuna ao apresentar uma face oculta da imigração alemã no Brasil, qual seja, o engajamento político desses imigrantes.

MEMÓRIAS DE UM IMIGRANTE JAPONÊS NO BRASIL

Tomoo Handa

**T.A. Queiroz/Centro de Estudos Nipo-Brasileiros,
São Paulo, 1980, 220 p.**

Este livro apresenta um quadro da vida dos imigrantes japoneses nas fazendas paulistas de café no começo do século. Faz uma reflexão sobre a experiência da imigração, suas causas, os seus resultados, o dia-a-dia na fazenda.

MEMÓRIAS DE UM IMIGRANTE ITALIANO

Julio Lorenzoni

Ed. Sulina, Porto Alegre, 1975, 264 p.

A obra foi escrita como diário, pelo imigrante Julio Lorenzoni. Nesse diário, que posteriormente toma o nome de memórias, estão narradas as peripécias da viagem dos que partiram de Gênova, a vida a bordo do navio Colombo, a chegada ao Brasil, a fixação na terra, a formação dos primeiros núcleos: Silveira Martins, Garibaldi, Caxias do Sul, Bento Gonçalves, e outros. Todos no Rio Grande do Sul.

MEMÓRIAS DE KOSCIANSKI

In: Anais da Comunidade Brasileiro-Polonesa (Volume III)

Romão Wachowicz

**Superintendência do Centenário da Imigração
Polonesa ao Paraná, Curitiba, 1971, 44 p.**

O autor transcreve o relato das memórias de Estanislau Koscianski, sua trajetória de imigração, sua personalidade e os diversos acontecimentos de sua vida.

UM IMIGRANTE E A REVOLUÇÃO:

Memórias de um Militante Operário

Eduardo Dias

Ed. Brasiliense, São Paulo, 1983, 122 p.

Trata-se de um livro de memórias de um militante operário e imigrante espanhol. Este relato traz informações sobre a história do movimento operário em São Paulo e suas implicações políticas.

ITALIANOS DO BRAS

Imagens e Memórias

Suzana Barretto Ribeiro

Brasiliense, São Paulo, 1994, 162 p.

Durante os anos 20 e 30, os imigrantes italianos residentes no Bras tiveram seu cotidiano intensamente registrado pelos fotógrafos ambulantes e pelos estúdios fotográficos estabelecidos no bairro. A reconstrução desse período histórico, baseada nas fotografias da época e nos depoimentos dos descendentes de imigrantes, evidenciam elementos que contribuíram para a formação da identidade social do grupo, numa abordagem diferente dos trabalhos históricos realizados com base nos documentos convencionais de pesquisa.

MEMÓRIAS DE UM COLONO NO BRASIL: 1850

Thomas Davatz

Edusp, São Paulo, 1972, 240 p.

Trata-se do relato de um dos colonos suíços que vieram para trabalhar na fazenda Ibicaba, do Senador Vergueiro. Refere-se em especial a revolta dos colonos contra o Senador, a intervenção da polícia e o seu retorno a Suíça. É um documento da história da imigração contada a partir do ponto de vista do colono estrangeiro.

SEJA UM COLABORADOR

Travessia está aberta à publicação de artigos de pesquisadores e estudiosos que analisam a realidade em que o migrante está envolvido, a partir dos diferentes ramos do conhecimento: social, político, cultural, econômico, antropológico, educacional, etc.

A revista destina-se, fundamentalmente, a um público intermediário; quer ser uma ponte entre a produção acadêmica e a produção popular. Se for do seu interesse, envie artigos para a redação, seguindo as orientações abaixo elencadas:

- * De preferência, artigos que se enquadrem dentro dos temas previamente anunciados, conforme consta ao lado;
- * Tamanho: aproximadamente 250 linhas de 75 toques, incluindo notas e bibliografia;
- * Intercalar o texto com alguns intertítulos;
- * Clareza de linguagem e simplificação dos conceitos;
- * Na medida do possível, enviar algumas fotos com os respectivos créditos, as quais serão posteriormente devolvidas;
- * Os artigos devem ser inéditos;
- * Fazer constar breve identificação do autor, endereço e telefone;
- * Notas: utilizar apenas nos casos em que o texto requer alguma explicação relevante;
- * Referências: devem constar no interior do texto, entre parênteses, com o nome, ano e quando específicas, a página. Ex.: (Silva, 1996, p.3);
- * Bibliografia - Pode-se seguir este padrão:
 - a) Livros: nome do autor; ano entre parênteses; título do artigo em itálico; local da publicação; nome da editora. Exemplo: FERNANDES, Florestan (1977) *A Sociologia no Brasil*. Petrópolis, Vozes.
 - b) Artigos: nome do autor; ano entre parênteses; título do artigo entre aspas; nome do periódico em itálico; volume (se houver) e nº; mês(es); nº da página. Exemplo: SARTI, Cynthia Andersen (1995) "São os Migrantes Tradicionais?". *Travessia-Revista do Migrante*, nº 23, setembro-dezembro, p.11.

NB: Por tratar-se de artigos breves, pede-se utilizar os recursos acima com parcimônia.

O autor de artigo publicado receberá dez exemplares da revista.

O Conselho Editorial reserva-se o direito de submeter os artigos à sua apreciação.

PRÓXIMOS LANÇAMENTOS

**TRAVESSIA
Nº 33**

MERCOSUL

(Jan-Abr/99)

**Prazo para
envio
dos artigos:
(20/10/98)**

**TRAVESSIA
Nº 34**

**ASSOCIAÇÕES
DE
MIGRANTES**

(Mai-Ago/99)

**Prazo para
envio
dos artigos:
(28/02/99)**

**TRAVESSIA
Nº 35**

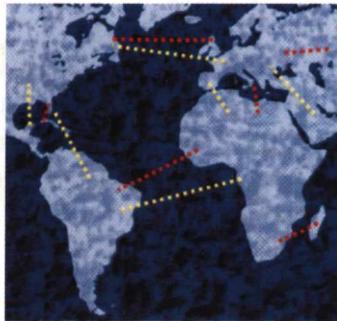
**GERAÇÕES
NA MIGRAÇÃO**

(Set-Dez/99)

**Prazo para
envio
dos artigos:
(30/06/99)**

O FENÔMENO MIGRATÓRIO NO LIMIAR DO 3º MILÊNIO

Desafios Pastorais



 EDITORA
VOZES

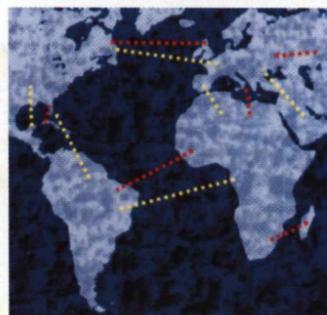
Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM)
Centro de Estudos Migratórios (CEM)
Setor Pastoral Social da CNBB
Laboratório de Geografia Urbana – USP
Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios (CSEM)

ORGANIZADORES

Neste final de século, em que o capitalismo globalizador reúne povos tão diferentes e distantes num único mercado, o fenômeno migratório parece ser a grande contrapartida em nível regional e mundial. Nunca ele se apresentou em proporções tão preocupantes. Radicaliza-se a espoliação do trabalho, junto com a flexibilização da produção e o crescimento do desemprego. Crescem o preconceito, a xenofobia e as barreiras, impedindo a circulação de trabalhadores pobres e refugiados. Essas preocupações, que concernem ao Brasil, à América Latina e a todo o mundo globalizado, estiveram no cerne das discussões do simpósio realizado nos dias 18 a 21 de novembro de 1996 em São Paulo, que reuniu pesquisadores e agentes de pastoral. Aqui trazemos as muitas e valiosas contribuições daquele simpósio, rico em reflexão e partilha de experiências, ajudando as pastorais sociais e as igrejas na busca de novas respostas para os desafios que a migração nos coloca no limiar do Terceiro Milênio.

O FENÔMENO MIGRATÓRIO NO LIMIAR DO 3º MILÊNIO

Desafios Pastorais



Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM)
Centro de Estudos Migratórios (CEM)
Setor Pastoral Social da CNBB
Laboratório de Geografia Urbana - USP
Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios (CSEM)

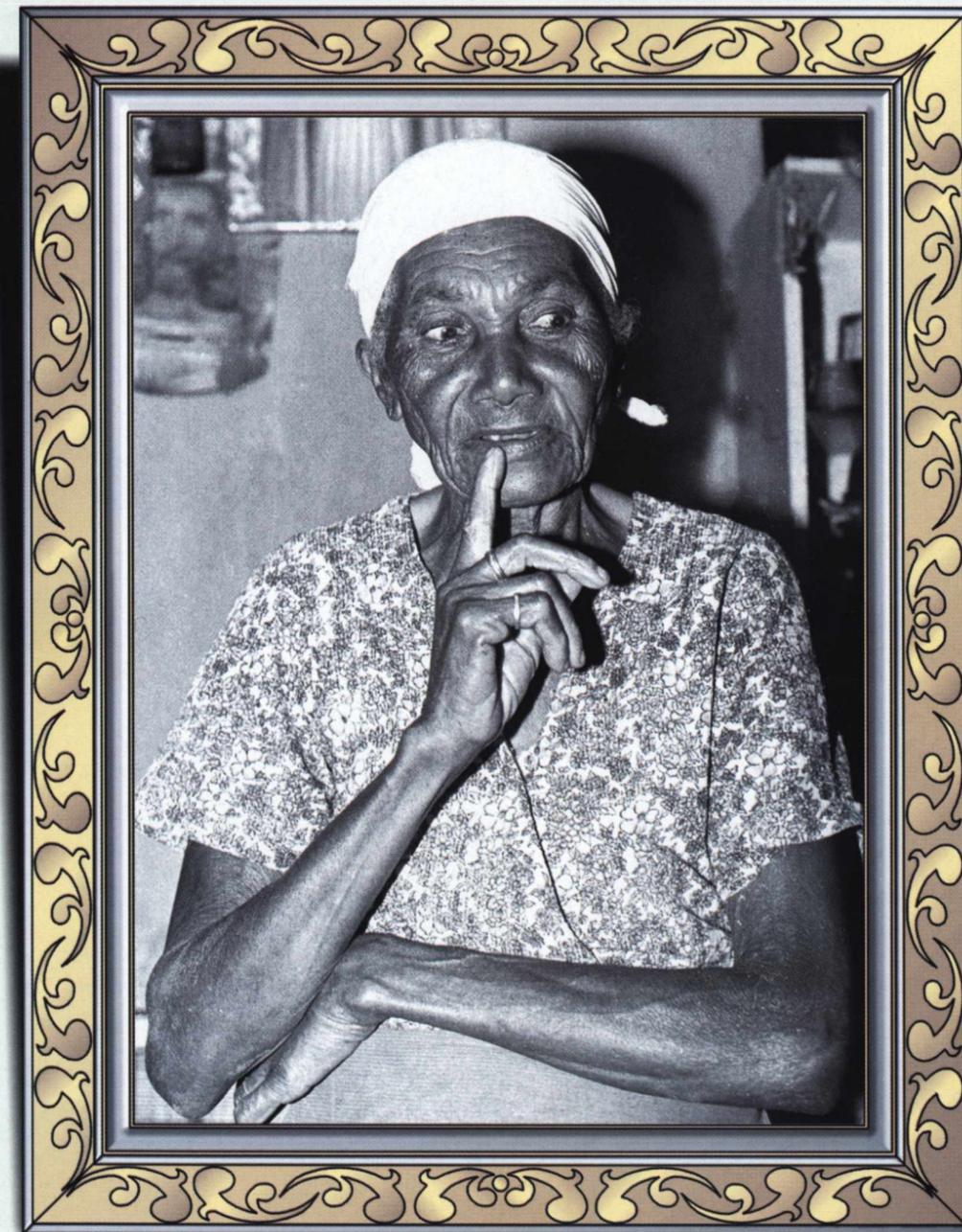
ORGANIZADORES

Neste final de século, em que o capitalismo globalizador reúne povos tão diferentes e distantes num único mercado, o fenômeno migratório parece ser a grande contrapartida em nível regional e mundial. Nunca ele se apresentou em proporções tão preocupantes. Radicaliza-se a espoliação do trabalho, junto com a flexibilização da produção e o crescimento do desemprego. Crescem o preconceito, a xenofobia e as barreiras, impedindo a circulação de trabalhadores pobres e refugiados. Essas preocupações, que concernem ao Brasil, à América Latina e a todo o mundo globalizado, estiveram no cerne das discussões do simpósio realizado nos dias 18 a 21 de novembro de 1996 em São Paulo, que reuniu pesquisadores e agentes de pastoral. Aqui trazemos as muitas e valiosas contribuições daquele simpósio, rico em reflexão e partilha de experiências, ajudando as pastorais sociais e as igrejas na busca de novas respostas para os desafios que a migração nos coloca no limiar do Terceiro Milênio.

TRAVESSIA

revista do migrante

Publicação do CEM - Ano XI, número 32, Setembro - Dezembro / 98



MEMÓRIA